



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**BEATRIZ GARCIA ROCHA
EMANUELLE ANJOS SILVA**

**CFESS E O COMBATE AO RACISMO: DISCUSSÕES, REFLEXÕES E
ENFRENTAMENTOS**

Recife-PE

2022

**BEATRIZ GARCIA ROCHA
EMANUELLE ANJOS SILVA**

**CFESS E O COMBATE AO RACISMO: DISCUSSÕES, REFLEXÕES E
ENFRENTAMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Flávia da Silva Clemente

Recife-PE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Rocha, Beatriz Garcia.

CFESS E O COMBATE AO RACISMO: DISCUSSÕES, REFLEXÕES E
ENFRENTAMENTOS / Beatriz Garcia Rocha, Emanuelle Anjos Silva. -
Recife, 2022.

118p : il.

Orientador(a): Flávia da Silva Clemente

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -
Bacharelado, 2022.

1. Racismo. 2. Serviço Social. 3. Conselho Federal de Serviço Social. 4.
CFESS Manifesta. 5. Enfrentamento. I. Silva, Emanuelle Anjos. II. Clemente,
Flávia da Silva. (Orientação). III. Título.

360 CDD (22.ed.)

BEATRIZ GARCIA ROCHA
EMANUELLE ANJOS SILVA

**CFESS E O COMBATE AO RACISMO: DISCUSSÕES, REFLEXÕES E
ENFRENTAMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Flávia da Silva Clemente (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Tatiane Michele Melo de Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Este trabalho é dedicado a todas/os as/os assistentes sociais que estão enfrentando em seu cotidiano as manifestações do racismo, em luta pelo projeto ético-político profissional e por uma sociedade livre de qualquer opressão.

AGRADECIMENTOS

A Deus e todas as divindades, por guiarem meus caminhos a bênçãos e vitórias, e me concederem forças e perseverança para alcançar meus objetivos.

Aos meus pais (Jair e Luciana), por toda a dedicação, empenho e apoio incondicional a mim e aos meus estudos, sem duvidarem nem por um instante antes de embarcar juntos comigo nessa aventura que foi fazer faculdade longe de casa.

À minha tia Ivonice e minha prima Iana, por terem me recebido e acolhido de braços abertos em seu lar, me dando suporte durante todos esses anos.

À minha avó (Maria Eunice), minha madrinha (Marlene) e todos os meus demais familiares paternos e maternos, que sempre estiveram contribuindo para o meu crescimento.

À minha tia do coração (Ivna), por ter desempenhado um papel essencial na minha vida desde o meu nascimento até os dias atuais, me apoiando de todas as maneiras possíveis.

Aos meus amigos da Bahia, que mesmo com a distância e as atribuições da vida universitária de cada um, buscaram se fazer presentes, emanando as melhores energias para mim e celebrando comigo as conquistas obtidas ao longo do caminho.

Aos novos amigos que fiz em Pernambuco, e foram sem dúvidas muito importantes para que eu permanecesse na faculdade, mesmo nos momentos em que titubeei. Em especial a Ariadne, que foi uma parceira da graduação e da vida desde quando nos conhecemos.

À minha companheira de trabalho, Emanuelle, que para além disso é uma grande e querida amiga, e sei que dividirá comigo outros muitos momentos.

À nossa orientadora de monografia, Flávia Clemente, com quem tive a honra de desenvolver a matéria de Pesquisa em Serviço Social e soube desde então que gostaria que me orientasse nesse processo de Trabalho de Conclusão de Curso, e que para mim é um exemplo de luta e referência profissional.

Aos professores e demais colegas, por ajudarem a trilhar meu caminho profissional construído a partir desse importante passo que é a graduação.

A todos que de alguma forma me apoiaram, incentivaram e prestaram suporte, mas não foram diretamente citados: gratidão!

Beatriz Garcia Rocha

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de abrir meus agradecimentos sem começar pela pessoa mais importante presente na minha vida. Por isso, primeiramente agradeço a minha mãe, Ana Maria dos Anjos, por ter me ensinado desde cedo a importância da educação e por ter batalhado tanto para que hoje essa graduação e esse Trabalho de Conclusão de Curso me fosse possível. Seu amor e sua força me moldaram e me fizeram chegar até aqui, muito obrigada por tudo.

Agradeço também a minha irmã, Luzimar dos Anjos, que sempre se fez presente nessa jornada e que me apoia nos momentos difíceis desde que me entendo por gente.

Gostaria de agradecer especialmente a minha avó, Estelita Gregório, que faleceu em 2016 e não pode presenciar a minha entrada no ensino superior em 2017. Tenho certeza de que de onde você estiver, sei que está vibrando intensamente com mais essa conquista da sua neta.

Agradeço à Beatriz Garcia Rocha, minha parceira deste trabalho, por sua enorme dedicação conjunta, pelo companheirismo, conhecimento compartilhado e empatia mútua nesse processo tão importante para nós duas. Você é luz por onde passa e obrigada por passar por aqui e me agraciar com a sua amizade nessa caminhada.

Gostaria de agradecer também a minha companheira Maria Alina, que sempre me apoiou e incentivou durante esses anos e principalmente nesse processo. Agradeço aos meus amigos Yasmim Oliveira, Rayanne Maria, Aida Mayra e especialmente a Ecio José, pelo suporte, carinho e amizade que perduram nessa vida.

Por último, mas não menos importante, agradeço à nossa orientadora, Flávia Clemente, pela atenção, disponibilidade, cuidado, paciência e todo conhecimento que nos foi transmitido durante a elaboração dessa pesquisa, e antes disso, enquanto ainda estudantes da graduação.

Emanuelle Anjos Silva

*“Com a fé de quem olha do banco a cena
Do gol que nós mais precisava na trave
A felicidade do branco é plena
A pé, trilha em brasa e barranco, que pena
Se até pra sonhar tem entrave
A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é quase*

*Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
‘Cuidado, não voa tão perto do sol
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei’
O abutre quer te ver de algema pra dizer:
‘Ó, num falei?!’*

*No fim das conta é tudo Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Quis tocar o céu, mas terminou no chão
Ismália, Ismália
Ismália, Ismália
Ismália, Ismália*

Quis tocar o céu, mas terminou no chão.”

(Emicida – Ismália, 2019)

RESUMO

Essa monografia tem como tema principal o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social diante de uma realidade latente e estrutural presente na sociedade brasileira, que é o Racismo. Temos como objetivo conhecer as ações que foram pautadas contra o racismo pelo CFESS durante o período de 2011 a 2020, usando como ferramenta de análise o CFESS Manifesta – um dos principais instrumentos de compartilhamento e difusão de conteúdo do CFESS com a categoria profissional –, a fim de demonstrar a importância do debate racial dentro da profissão. Nesse processo, utilizamos do método marxista do materialismo histórico-dialético para refletir criticamente a ocorrência do racismo na sociedade brasileira e, ainda, o posicionamento do CFESS frente a essa questão. Realizamos assim uma pesquisa exploratória, a partir da coleta de dados documentais, com abordagem qualitativa. Em se tratando do levantamento de dados, nossa principal fonte foi o site oficial do CFESS, onde é possível encontrar os documentos do CFESS Manifesta produzidos pelas três diferentes gestões que aqui nos debruçamos; quais sejam: “Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)”, “Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)” e, por fim, “Gestão É de Batalhas que se Vive a Vida! (2017-2020)”, totalizando 110 manifestos veiculados. Nos respaldamos ainda em diversas biografias produzidas e publicadas no âmbito do Serviço Social e de áreas correlatas, nos atendo às discussões acerca da categoria profissional e do racismo. Dividindo o trabalho em três momentos distintos, buscamos inicialmente trazer aspectos importantes para o debate racial no Brasil, ressaltando conceitos-chave para o seu entendimento; em seguida, tratamos do processo de concretização do Serviço Social enquanto profissão no País, caracterizando desde os primórdios de sua configuração até como este se orienta na atualidade, buscando ainda elucidar como se desenvolveu o debate da questão racial dentro dos espaços expressivos da profissão; e, por fim, nos dedicamos à análise dos documentos do CFESS Manifesta previamente selecionados. A partir dos resultados obtidos, foi possível compreender que a discussão do racismo nessa importante ferramenta de comunicação do CFESS ainda é escassa, portanto é preciso adotar uma conduta profissional antirracista e continuar reafirmando o compromisso do Serviço Social com a população negra e com o debate racial.

Palavras-Chave: Racismo; Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social; CFESS Manifesta; Enfrentamento.

ABSTRACT

This monography has as main subject the Federal Council of Social Service's position in the face of a latent and structural reality present in the Brazilian society, which is racism. We aim to know the actions that were guided against racism by CFESS during the period of 2011 to 2020, using CFESS Manifesta [CFESS Manifests] as analysis tool – one of the main instruments for sharing and disseminating CFESS content with the professional category –, in order to demonstrate the importance of racial debate within the profession. In this process, we used historic-dialectical materialism Marxist method to critically reflect the occurrence of racism in Brazilian society and, also, the CFESS's position on this issue. Thus, we carry out an exploratory research, based on the documental data collection, with a qualitative approach. In terms of data collection, our main source were the official CFESS's website, where is possible to find the CFESS Manifesta [CFESS Manifests] documents produced by the three different managements that we are here dealing with; namely: “Gestão Tempo de Luta e Resistência [Management Time of Fight and Resistance] (2011-2014)”, “Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada [Management Weaving on Fighting the Desired Morning] (2014-2017)” and, finally, “Gestão É de Batalhas que se Vive a Vida! [Management It is Through Battles That Life is Lived] (2017-2020)”, totalizing 110 veiculated manifests. We still rely on several biographies produced and published in the Social Service scope and related areas, focusing on discussions about the professional category and racism. Dividing the paper in three distinct moments, we aim to incially bring important aspects to the racial debate in Brazil, highlighting concept-keys to yours understanding; then, we deal the process of implementing Social Service as a profession in the Country, characterizing from the beginnings of its configuration to how it orientates today, seeking to elucidate how the debate of the racial issue developed within the expressive spaces of the profession; and, finally, we dedicated to CFESS Manifesta [CFESS Manifests] documents' analysis who were previously selected. From the obtained results, it was possible to comprehend that the racism's discussion in this CFESS's important communication tool is still scarce, therefore, it is necessary to adopt an anti-racist professional conduct and keep reaffirming the Social Service's commitment to the black population and to the racial debate.

Key-words: Racism; Social Service; Federal Council of Social Service's; CFESS Manifests; Confrontation.

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS** – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
- ABESS** – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
- ACN** – Associação Cultural do Negro
- AI-5** – Ato Institucional número 5
- BH** – Belo Horizonte
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- Brics** – Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul
- CA** – Centro Acadêmico
- CAPs** – Centros de Atenção Psicossocial
- CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CBCISS** – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base
- CECAN** – Centro de Cultura e Arte Negra
- CEDEPSS** – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
- CF** – Constituição Federal
- CFAS** – Conselho Federal de Assistentes Sociais
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CN** – Coordenação Nacional
- CNSS** – Conselho Nacional de Serviço Social
- COFI** – Comissão de Orientação e Fiscalização
- Colacats** – Comitê Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social
- COVID-19** – Coronavírus
- CR** – Coordenação Regional
- CRAS** – Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social
- CRESS/SP** – Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo
- DA** – Diretório Acadêmico

DC – Desenvolvimento de Comunidade

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DF – Distrito Federal

DRU – Desvinculação de Receitas da União

EAD – Educação a Distância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EN – Encontro Nacional

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social

ESPII – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

EUA – Estados Unidos da América

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FENEX – Federação Nacional de Executivas de Cursos

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNB – Frente Negra Brasileira

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MBL – Movimento Brasil Livre

MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social

MNU – Movimento Negro Unificado

MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

NME – Nova Matriz Econômica

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PE – Pernambuco

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PF – Polícia Federal

PIA – Plano Individual de Atendimento

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNE – Política Nacional de Estágio

PNF – Política Nacional de Fiscalização

PR – Paraná

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade

SP – São Paulo

STF – Supremo Tribunal Federal

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TEN – Teatro Experimental do Negro

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UHC – União dos Homens de Cor

UNE – União Nacional de Estudantes

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Os Números do Preconceito Racial.....	34
Imagem 2: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil	35
Imagem 3: Maioria no País, Pretos e Pardos têm Dificuldade para Ocupar Postos na Elite	36
Imagem 4: Relatórios de Assistentes Sociais acerca do Racismo na Profissão	69
Imagem 5: Website do CFESS na Aba "Publicações"	84
Imagem 6: Taxa de Crescimento do PIB nos Governos entre 1990-2014	87
Imagem 7: Taxa Média de crescimento do PIB do Brasil, por década	98

SUMÁRIO

Introdução.....	16
1. Debate Racial no Brasil.....	21
1.1. A Raça e o Racismo Através dos Tempos.....	21
1.2. As Diferentes Concepções do Racismo: Estrutural, Individual e Institucional.....	26
1.3. O Racismo na Atualidade.....	31
1.4. A Resistência Negra e os Movimentos Antirracistas.....	38
2. História do Serviço Social no Brasil: das Origens à Atualidade.....	48
2.1. Processo de Reconceituação do Serviço Social: da Gênese Assistencialista ao Congresso da Virada.....	48
2.2. O Serviço Social Pós-Congresso da Virada: Discussões e Posicionamento Crítico.....	60
2.2.1. O Serviço Social e o Debate Racial.....	67
2.3. As Entidades Representativas do Serviço Social: ABEPSS, ENESSO e Conjunto CFESS/CRESS.....	70
3. CFESS e o Combate ao Racismo: Análise das Publicações do CFESS Manifesta entre os Anos de 2011 a 2020.....	80
3.1. O Significado do CFESS Manifesta para a Categoria Profissional.....	80
3.2. Gestão “Tempo de Luta e Resistência”: 2011-2014.....	84
3.3. Gestão “Tecendo na Luta a Manhã Desejada”:2014-2017.....	93
3.4. Gestão “É de Batalhas que se Vive a Vida! ”: 2017-2020.....	97
Considerações Finais.....	106
Referências.....	111

Introdução

Nosso tema é o óbvio. Acho mesmo que os cientistas trabalham é com o óbvio. O negócio deles – nosso negócio – é lidar com o óbvio. Aparentemente, Deus é muito treteiro, faz as coisas de forma tão recôndita e disfarçada que se precisa desta categoria de gente – os cientistas – para ir tirando os véus, desvendando, a fim de revelar a obviedade do óbvio. O ruim deste procedimento é que parece um jogo sem fim. De fato, só conseguimos desmascarar uma obviedade para descobrir outras, mais óbvias ainda. [...] Uma obviedade que vocês conhecem bem, por ser patente, é que os negros são inferiores aos brancos. Basta olhar! Eles fazem um esforço danado para ganhar a vida, mas não ascendem como a gente. Sua situação é de uma inferioridade social e cultural tão visível, tão evidente, que é óbvia. Pois não é assim, dizem os cientistas. Não é assim, não. É diferente! Os negros foram inferiorizados. Foram e continuam sendo postos nessa posição de inferioridade por tais e quais razões históricas. Razões que nada têm a ver com suas capacidades e aptidões inatas mas, sim, tendo que ver com certos interesses muito concretos. (Darcy Ribeiro, 1986, “Sobre o Óbvio”).

Darcy Ribeiro foi uma importante e reconhecida figura no cenário nacional, principalmente no âmbito da educação e da identidade latino-americana. De forma bastante perspicaz, o autor discorreu acerca da (não tão) obviedade das coisas em “Sobre o Óbvio”, e como é papel do cientista absorver esse óbvio da realidade e desvendá-lo. Nesta monografia, buscaremos contribuir no desvelamento de um assunto que de tão óbvio para a sociedade brasileira, é até considerado “natural”: o racismo.

Apesar de existirem diversas pesquisas e estudos científicos que apontem o Brasil como um país racista, os brasileiros não enxergam a si mesmos dessa forma, mas afirmam ver o racismo acontecer diariamente; um levantamento realizado pelo Instituto Locomotiva¹ - encomendado pelo Carrefour -, neste ano, apontou que 84% dos entrevistados percebem o racismo, mas apenas 4% se consideram preconceituosos. Como bem pontuou Florestan Fernandes (1995, p.02): “o Brasil não evita, mas tem vergonha de ter preconceito”.

¹ Fonte: Revista Digital Exame – “No Brasil, 84% percebe racismo, mas apenas 4% se considera preconceituoso”. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/no-brasil-84-percebe-racismo-mas-apenas-4-se-considera-preconceituoso/>>. Acesso em mai. 2022.

Segundo dados do IBGE² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2016, 9,9% dos pretos e pardos compunham a taxa de analfabetismo do país. Ainda em 2016, havia 1835 crianças em situação de Trabalho Infantil e, dentre essas, 66,8% eram pretas ou pardas, e o rendimento de todos os trabalhos da população de pretos e pardos também era inferior se comparado ao de brancos. Fica evidente assim que o Brasil tem sua estrutura e institucionalidade baseada em um forte racismo, onde pessoas pretas, pardas e indígenas sofrem com a exclusão, o desemprego, a desigualdade, o acesso precário à educação, a pobreza, etc., em uma escala muito maior do que as pessoas brancas.

Este estudo tem a finalidade, então, de refletir acerca dessa realidade latente em nosso país, entretanto sob uma ótica diferente – voltada para o enfrentamento do racismo a partir das iniciativas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e como isso impacta na formação das/os Assistentes Sociais e na dimensão socioeducativa da profissão. O Assistente Social, enquanto profissional que está diretamente envolvido na elaboração, coordenação e execução de políticas públicas, precisa estar sempre atualizado para que seja possível unir teoria e prática de forma crítica no enfrentamento diário das expressões da “questão social”, dentre elas as desigualdades fomentadas pelo racismo. Dessa forma, é de grande valor analisar o papel do CFESS junto a essa formação no que tange às ações relacionadas a propagação do debate desse tema e ao seu combate.

De acordo com a autora Maria Campos Eurico (2013), desde o surgimento do Serviço Social, onde o mesmo era extremamente atrelado às influências da Igreja Católica, a “questão social” era tratada como um problema moral e religioso, e as relações raciais não eram analisadas e muito menos problematizadas adequadamente à época. Apenas na década de 80, após o “Congresso da Virada” (ocorrido em 1979), o Serviço Social vai trilhando uma nova direção através do movimento de ruptura e da incorporação da teoria marxista em sua *práxis*. É também através da aprovação do novo Código de Ética Profissional, em 1993, que o Serviço

² Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Agência. IBGE mostra as cores da desigualdade”. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em mai. 2022.

Social passa a se posicionar contra qualquer tipo de discriminação, abrindo espaço para o debate das questões étnico-raciais dentro da prática profissional.

Entendemos, porém, que apesar de o debate racial vir sendo amplamente discutido na categoria na atualidade, há se de considerar que existem sempre novas roupagens acerca de como o racismo se manifesta, e leituras inovadoras a serem feitas sobre este tema; por tal razão, somada à motivação pessoal das autoras em pesquisar a questão racial por identificação e interesse, o presente trabalho possui um potencial expressivo em agregar ao Serviço Social uma outra perspectiva em torno do debate que se propõe a princípio, demonstrando como, com o passar dos anos, foi se desenvolvendo dentro do CFESS diversas ações de combate ao racismo, evoluindo conjuntamente com a aproximação da profissão com as lutas da classe trabalhadora, e, conseqüentemente, evidenciando como podemos continuar a trilhar esse árduo caminho em busca de uma sociedade antirracista.

Buscando responder ao problema de pesquisa: “quais foram as ações realizadas pelo CFESS em combate ao racismo entre os anos de 2011 a 2020?”, essa pesquisa possui como objetivo geral “conhecer as ações realizadas pelo CFESS em combate ao racismo no período histórico de 2011 a 2020”, e como objetivos específicos: esboçar a ocorrência do racismo na sociedade brasileira; caracterizar o processo de renovação do CFESS e sua aproximação com as lutas sociais; e, evidenciar a relevância do combate ao racismo pela categoria profissional.

Para isso, no âmbito do CFESS, analisaremos o CFESS Manifesta – uma série de publicações do Conselho que visa auxiliar os assistentes sociais em torno da construção de um ponto de vista crítico e político acerca da realidade social em que vivemos cotidianamente. Selecionamos o recorte temporal de 2011 a 2020 não só pelo fato de abranger três gestões distintas do CFESS, mas também pela ascensão e avanço das telecomunicações que mudaram a forma de comunicação na atualidade, ocorridas neste período, viabilizando o acesso a produção de conteúdo de grupos antes considerados sem voz, sendo o CFESS um bom utilizador dessas ferramentas de comunicação (SGORLON; TORRES, 2021).

Vale ressaltar que utilizamos do método marxista do materialismo histórico-dialético para analisar criticamente a ocorrência do racismo na sociedade brasileira e,

ainda, o posicionamento do Conselho frente a essa questão. Realizamos então uma pesquisa exploratória, haja vista que

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato. (GIL, 2008, p.27).

A abordagem aqui utilizada é a da pesquisa qualitativa, por atender melhor ao alcance dos objetivos desejados. Os instrumentos de coleta de dados foram através de pesquisa documental, por se tratar de um meio de análise mais abrangente e o mais adequado ao tipo de trabalho que desenvolvemos, tendo em vista que usamos os documentos elaborados pelo CFESS na série de lançamentos intitulada "CFESS Manifesta", entre os anos de 2011 a 2020, que possuem uma ligação direta com a temática do Racismo.

Quanto ao levantamento de dados, nossa principal fonte foi o site oficial do Conselho Federal de Serviço Social, onde é possível encontrar os documentos produzidos pelo "CFESS Manifesta" entre os anos de 2011 a 2020 através de três exemplares: "CFESS Manifesta: Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)", com 56 produções; "CFESS Manifesta: Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)", com 27 produções; e, por fim, "CFESS Manifesta: Gestão É de Batalhas que se Vive a Vida! (2017-2020)", com 27 produções; totalizando assim, 110 produções analisadas.

Em relação às bibliografias utilizadas, nos respaldamos em diversas obras produzidas e publicadas no âmbito do Serviço Social e de áreas correlatas, como por exemplo: nas revistas *Libertas*, *Serviço Social & Sociedade*, *Temporalis*, *Katálysis*, etc. Selecionamos ainda livros relevantes acerca da discussão e do estudo do racismo na sociedade brasileira, no universo das Ciências Sociais, e do processo histórico do Serviço Social enquanto profissão, como: "Racismo Estrutural", de Sílvio Almeida; "Sociologia do Negro Brasileiro", de Clóvis Moura, "O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado", de Abdias Nascimento, "Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64", de José Paulo Netto, entre outros.

Dessa maneira, buscamos nesse trabalho identificar as ações assumidas pelo CFESS em face ao enfrentamento da questão racial, elucidando o racismo presente na sociedade brasileira - e no sistema capitalista como um todo - e entendendo o Serviço Social como profissão defensora dos direitos das classes trabalhadoras; pretendemos demonstrar então a importância do posicionamento do Conselho Federal da categoria em propor ações de combate à questão racial pelos profissionais.

Para tanto, a monografia é constituída por três diferentes momentos: primeiramente, visando desvelar a ocorrência do racismo na sociedade brasileira, traremos à tona a questão do debate racial no Brasil, perpassando conceitos importantes para o entendimento do tema, como ele se materializa na atualidade e os movimentos de luta e resistência negra antirracista. Em seguida, iremos caracterizar o processo de renovação do Serviço Social e do CFESS, assim como a aproximação da categoria com as lutas sociais; para isso, traçaremos resumidamente o percurso histórico do Serviço Social no Brasil, desde o seu surgimento, passando pelo marco do Congresso da Virada, até como este se põe atualmente. Por considerar relevante ao debate, trataremos também das entidades representativas do Serviço Social: ABEPSS, ENESSO e Conjunto CFESS/CRESS, ressaltando suas funções e importância profissional às/aos assistentes sociais.

No terceiro e último capítulo, iremos de fato trabalhar nas publicações do CFESS Manifesta, evidenciando a priori o significado deste veículo informacional para os profissionais assistentes sociais, trazendo em seguida cada uma das gestões que serão analisadas, buscando enfim salientar a relevância do combate ao racismo pela categoria.

1. Debate Racial no Brasil

Neste primeiro momento, buscamos trazer aspectos importantes para a discussão do debate racial no Brasil. Inicialmente, pontuamos como o conceito de raça evoluiu historicamente, assim como se deu o processo da questão racial no Brasil. Em seguida, trazemos as diferentes concepções do racismo segundo Silvio Almeida (2019) – estrutural, individual e institucional, para evidenciar que esse fenômeno não é simples, mas sim carregado de uma complexidade que demanda sua investigação científica para melhor compreensão. Posteriormente, demonstramos alguns aspectos do racismo na atualidade e, por fim, salientamos que existem movimentos antirracistas que resistem e lutam por uma transformação social.

1.1. A Raça e o Racismo Através dos Tempos

A palavra “raça” é amplamente utilizada desde sua origem, em diversas áreas do conhecimento, carregando em si conceitos que variaram através dos tempos; “como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial” (MUNANGA, 2004, p.01). Segundo o autor citado, na história das ciências naturais, o primeiro uso da palavra foi em Zoologia e Botânica, onde o naturalista sueco Lineu – como é conhecido em português – aplicou-a na classificação das plantas, subdividindo-as em 24 raças ou classes – classificação essa inteiramente abandonada no século atual.

Já na história das ciências humanas, o autor indica que a primeira aplicação do termo com o sentido em que é atribuído na modernidade – “na classificação da diversidade humana em grupos fisicamente contrastados” (MUNANGA, 2004, p.01) – se deu no ano de 1684, pelo antropólogo francês François Bernier.

Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes. (MUNANGA, 2004, p.01).

Ainda em se tratando do século XVII, de acordo com Almeida (2019), esse período, associado ao projeto iluminista de transformação social, foram importantes marcos na construção do homem que entendemos hoje, principalmente em relação ao fato de não mais este ser apenas um sujeito cognoscente, capaz de produzir conhecimento e saber, mas também agora ser objeto desse próprio conhecimento, ou seja, aquele que pode ser conhecido;

A novidade do Iluminismo é o conhecimento que se funda na observação do homem em suas múltiplas *facetras e diferenças* 'enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística)'. Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a *comparação* e, posteriormente, a *classificação*, dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre *civilizado e selvagem*, que no século seguinte daria lugar para o dístico *civilizado e primitivo*. (ALMEIDA, 2019, p.26, grifos do autor).

Objetivando facilitar a busca e a compreensão, o ser humano desenvolveu uma aptidão cognitiva de classificação, onde classificar coisas, objetos e pessoas por grau de semelhança ou critérios diferenciais, permitem ao homem uma organização e otimização de seu entendimento de mundo; por exemplo, No Reino Animalia, componente natural do planeta Terra, alguns animais como os gatos e os leopardos **aproximam-se** por apresentarem semelhanças, ao mesmo tempo em que esses seres **se diferem** das tartarugas, por características diversas, apesar de ambos **fazerem parte do mesmo Reino** – estando assim, **separados uns dos outros dentro de uma mesma conjunção** (MUNANGA, 2004, grifos nossos)

O mesmo foi feito com os homens; apesar de serem todos seres humanos, por critérios de semelhança, no século XVIII a cor da pele foi considerada característica fundamental para diferenciar esses seres entre si, estabelecendo-se então um divisor de água entre as chamadas raças, dividindo a espécie humana em três raças estancas: a negra, a branca e a amarela (MUNANGA, 2004).

No século XIX, acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. para aperfeiçoar a classificação. [...] No século XX, descobriu-se graças aos progressos da Genética Humana, que haviam no sangue critérios químicos mais determinantes para consagrar definitivamente a divisão da humanidade em raças estancas. O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes a uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes a raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça. [...]

Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. **Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.** (MUNANGA, 2004, p.04-05, grifos nossos).

De acordo com o autor, essa invalidação científica, respaldada também pela antropologia³, não significou, no entanto, a inaplicação do conceito de raça para essa finalidade de identificação; porém, a separação dos seres humanos por cor, se tida apenas para diferenciar uns dos outros, não seria problemática - o problema real à humanidade é a hierarquização, estabelecendo uma escala de valores entre as pessoas brancas, amarelas e negras e colocando as primeiras como superiores às demais, resgatando assim o que vimos anteriormente sobre a “pureza” das raças (o que pregam os naturalistas desde o século XVII).

[...] os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2004, p.05).

A raça é, portanto, considerada construção sociológica e categoria social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2004), “tornando-se (ainda) uma ideologia necessária para justificar o processo de escravidão dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo” (SCHUCMAN, 2010, p.43). Assim, especificando a questão racial no contexto do continente americano, Segundo Quijano (2005), neste território “a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação entre europeus e não-europeus” (QUIJANO, 2005, p.118), onde o processo histórico do colonialismo⁴ e escravismo característicos da América

³ “No século XX, parte da antropologia constituiu-se a partir do esforço de demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos. A constatação é a de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça; [...] *a raça é um elemento essencialmente político*, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico” (ALMEIDA, 2019, p.31, grifos do autor).

⁴ “O iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, irá travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. As revoluções inglesas, a americana e a

foi responsável por legitimar definitivamente a raça como critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade, ou seja, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005).

Em se tratando de Brasil, esses processos se deram de forma muito singular. De acordo com Moura (1992), quase que concomitantemente com a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, em 1500, desembarcam no País as primeiras levas de escravos sequestrados da África; é então que se inicia a transformação da sociedade brasileira a partir do trabalho e do povoamento forçado do negro.

A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazido como imigrante forçado e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza. (MOURA, 1992, p.07).

Em acordo com o que traz o autor supracitado, Abdias do Nascimento, em sua obra “O Genocídio do Negro Brasileiro” (2016), salienta que

O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto degradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal. A nobilitante ocupação das classes dirigentes – os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos – consistia no exercício da indolência, no cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria. (NASCIMENTO, 2016, p.43).

Além disso, as condições nas quais os negros viviam no Brasil eram extremamente precárias; Moura (1992) destaca que a média de “vida útil” do escravo era de 7 a 10 anos, e, ainda assim, foram eles os grandes responsáveis por povoar a

francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da *civilização*. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os *primitivos*, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo*.” (ALMEIDA, 2019, p.26-27, grifos do autor).

nação brasileira através de seu espraiamento por todo o país, atuando como *semeador de cidades*⁵, principalmente por via da formação de núcleos quilombolas em âmbito nacional.

O negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo. (MOURA, 1992, p.15-16).

Vale salientar ainda sobre o regime escravista no Brasil a gritante influência da Igreja Católica na intensificação da punição sobre os negros; como afirma Nascimento (2016):

Em verdade, o papel exercido pela Igreja Católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos “infiéis”, mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro. [...] Cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos. (NASCIMENTO, 2016, p.46-47).

No ano de 1850, como bem evidencia Moura (1992), é extinto o tráfico de escravos da África para o Brasil, iniciando-se assim a crise do sistema escravista. Essa crise e eventual fim desse regime não significou, no entanto, a degradação também daquilo que o havia sustentado desde o seu primórdio: o racismo⁶.

O histórico do racismo no Brasil está diretamente associado à história do próprio país, como podemos observar, já que ele sempre foi instrumento essencial de manutenção de uma sociedade onde a figura do negro é tida como inferior, estúpida, primitiva e tantos outros adjetivos capazes de designar uma qualidade que os tornasse “menos humanos” para justificar toda a violência e os abusos aos quais era (e é) submetida essa população.

⁵ Termo utilizado pelo autor Clóvis Moura, em sua obra “História do Negro Brasileiro” (1992), para destacar o papel do negro escravo no povoamento e na construção de cidades por todo o território nacional.

⁶ “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam.” (ALMEIDA, 2019, p.32, grifos do autor).

Segundo Munanga (2004), o racismo enquanto conceito foi criado apenas por volta da década de 1920, não havendo, no entanto, uma definição única, estando apenas relacionado geralmente com a raça, por razões lógicas e ideológicas.

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. [...] De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2004, p.08).

O autor ressalta que, no novo milênio (século XXI), estamos passando a vivenciar um racismo que vai além das questões da raça no sentido biológico da palavra, sustentado por diferenças físicas e bioquímicas; entramos em um período em que o racismo é construído com base nas diferenças culturais e identitárias – transpassando assim a questão da raça e alcançando a problemática da etnia⁷.

O racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesma de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. (MUNANGA, 2004, p.13).

Sabemos, portanto, que o racismo assume formas e variações diferentes no contexto do século atual, onde cada vez mais estudiosos vêm debatendo e estudando o tema, oferecendo perspectivas variadas de como se constitui essa problemática no cotidiano da população brasileira e mundial, no entanto, uma coisa é sempre igual – o racismo se sustenta na hierarquização das diferentes populações, onde os brancos ocupam exclusivamente o lugar de superioridade perante as demais.

1.2. As Diferentes Concepções do Racismo: Estrutural, Individual e Institucional

Antes de discorrermos de fato acerca das diferentes concepções do racismo, salientamos que nos atemos à obra “Racismo Estrutural” (2019), de Silvio Almeida, para definir os conceitos dos racismos estrutural, individual e institucional, porque o

⁷ Munanga (2004) ressalta a definição de etnia como “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2004, p.12). Assim, o conteúdo da etnia é sociocultural, histórico e psicológico.

livro engloba todas essas concepções de forma muito coerente e de fácil entendimento, com retidão no que precisa ser transpassado.

Dito isso, entendemos que

[...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. [...] As expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. (ALMEIDA, 2019, p.21).

É necessário salientar, portanto, que o racismo não é um fenômeno que se revela na obviedade; ele recorre ao entendimento da totalidade social em toda sua complexidade para concebê-lo. Isso significa dizer, por exemplo, que acontecimentos como a morte de um jovem negro na favela por uma “confusão” policial⁸ podem ser naturalizados se não percebermos esse evento através do olhar de compreensão da estrutura racista da sociedade.

Segundo o autor, “**o racismo é sempre estrutural**, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p.20-21, grifo nosso). Destacamos esse trecho e esse conceito para salientar que todas as manifestações sociais do racismo encontram, até certo ponto, respaldo de ser e acontecer no fato de que a construção estrutural da sociedade é estabelecida a partir da tida “superioridade” de uma raça sobre outra.

Isso significa dizer que, concebendo o racismo como estrutural, entendemos que tanto os comportamentos individuais como os das instituições são fruto de uma sociedade onde o racismo é uma regra e não uma exceção; ou seja, uma sociedade em que casos de racismo não são isolados ou eventuais, nem mesmo causados por um comportamento inapropriado de um único indivíduo ou de um grupo específico deles, mas sim decorrentes da construção social em si, da estrutura em que se baseia a sociedade e que reverbera em todos que nela vivem.

⁸ “PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas”. Esse é o título da notícia disponível no site do El País <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html> acerca do ocorrido na favela Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro de 2018, levando a morte do pai de família Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, de 26 anos.

A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. [...] (ou seja) o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. (ALMEIDA, 2019, p.50-51).

O racismo, enquanto componente estrutural da sociedade, é um processo político e histórico (ALMEIDA, 2019). É político porque depende do exercício de poder político para possibilitar a imposição de desvantagens sociais a outros grupos senão os que mantêm privilégios diversos; esse exercício se dá em duas dimensões, basicamente: institucional – por meio da regulação jurídica e extrajurídica, ferramentas através das quais o Estado cria os meios necessários para que o racismo seja incorporado às práticas cotidianas – e ideológica – são produzidas (e reproduzidas) narrativas que acentuem a unidade social e descaracterizem as divisões, como as de classe, o racismo e o sexismo (ALMEIDA, 2019).

Já no que tange a ser um processo histórico, Almeida salienta que

A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. [...] Podemos dizer (então) que o racismo se manifesta: a) de forma circunstancial e específica; b) em conexão com as transformações sociais. [...] Cada sociedade possui uma trajetória singular que dará ao econômico, ao político e ao jurídico particularidades que só podem ser apreendidas quando observadas as respectivas experiências históricas (formações sociais). (ALMEIDA, 2019, p.55).

Sobre a concepção individual, ele afirma que esta perspectiva se trata de conceber o racismo a partir do critério da subjetividade – como uma “patologia” ou anormalidade decorrente do próprio indivíduo; ou seja

Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. (ALMEIDA, 2019, p.36).

Através desse ângulo, haveria indivíduos racistas, no entanto, por ação própria ou grupal, e não por consequência da construção social ou das instituições em si. Desse modo, o racismo se manifesta, principalmente, na forma de discriminação direta (ALMEIDA, 2019). O autor salienta que é sim importante responsabilizar aqueles que praticam o racismo, por ser um crime e uma imoralidade, porém concebê-

lo como apenas isso é frágil e limitado, descaracterizando a história e a reflexão acerca dos efeitos concretos deste.

É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente – “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros” etc. – e uma obsessão pela legalidade. No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”. (ALMEIDA, 2019, p.37).

Almeida destaca que “a concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais” (ALMEIDA, 2019, p.37). Sob essa ótica, entendemos o racismo como resultado do funcionamento das instituições⁹, atuantes de forma a conferir vantagens e desvantagens a determinados grupos, a partir da leitura de suas respectivas raças.

As instituições vão exercendo seus papéis ao absorver os conflitos e os antagonismos inerentes à vida social; essa absorção corresponde ao processo de normalizar, ou seja, estabelecer normas e padrões que orientarão a ação dos indivíduos – “é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos” (ALMEIDA, 2019, p.38) –, moldando o comportamento das pessoas, tanto no aspecto racional quanto no emocional (ALMEIDA, 2019).

É possível inferir então, através dessa afirmação sobre as instituições, que elas são resultado dos conflitos e das lutas pelo monopólio social; como tanto, elas também carregam em si o dinamismo existente na própria sociedade e toda sua contradição. Sendo assim, **os conflitos raciais também são parte das instituições.** (ALMEIDA, 2019, grifos nossos).

[...] a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. [...] A concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. [...] Com efeito, **o racismo é dominação.** (ALMEIDA, 2019, p.39-40, grifos nossos).

⁹ “As instituições são modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais”. (HIRSCH, 2007, p.26 apud ALMEIDA, 2019, p.38).

Por consequência à concepção do racismo institucional tratar o poder como elemento central da relação racial, ela representa um avanço qualitativo significativo quando comparada com a limitada análise de ordem comportamental presente na concepção individual (ALMEIDA, 2019).

[...] detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, **a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio.** (ALMEIDA, 2019, p.40, grifos nossos).

Como no racismo institucional o domínio se dá através de parâmetros discriminatórios baseados na raça, objetivando manter a hegemonia do grupo racial no poder, a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornam-se horizonte civilizatório para o conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas e privadas depende, primeiramente, da existência de normas que, direta ou indiretamente, dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres e, em segundo lugar, da impossibilidade de discussões acerca das desigualdades raciais e de gênero, para que se torne “natural” o estabelecimento de poder do grupo formado por homens brancos, como se fosse um consenso pré-definido entre os demais indivíduos sociais (ALMEIDA, 2019).

O autor cita ainda que o primeiro livro a usar o adjetivo “institucional” para se referir ao racismo foi: “*Black Power: Politics of liberation in America*” (1967), de Charles V. Hamilton e Kwame Ture, onde os autores, tendo por base a sociedade estadunidense, propõem um rompimento com as análises que restringem o racismo a comportamentos individuais – ou seja, essa foi também a primeira obra a distinguir o racismo individual de um racismo que se manifesta através de toda a comunidade (o racismo institucional).

Almeida ressalta quão importante foi a contribuição de Hamilton e Ture quando ambos demonstram que, apesar de serem formalmente cidadãos dos EUA, os negros estadunidenses não deixam de ser “sujeitos coloniais” em relação à sociedade branca; e é justamente o racismo institucional que atua na manutenção dos privilégios aos brancos e, sempre que necessário, descaracteriza a condição deste ser um racismo imposto e mantido pelo poder, o limitando a um racismo meramente subjetivo – individualista (ALMEIDA, 2019).

Para caracterizar o que foi expresso, o autor traz um exemplo contido na própria obra:

Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam cinco crianças negras, isso é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando nessa mesma cidade – Birmingham, Alabama – quinhentos bebês negros morrem a cada ano por causa da falta de comida adequada, abrigos e instalações médicas, e outros milhares são destruídos e mutilados física, emocional e intelectualmente por causa das condições de pobreza e discriminação, na comunidade negra, isso é uma função do racismo institucional. Quando uma família negra se muda para uma casa em um bairro branco e é apedrejada, queimada ou expulsa, eles são vítimas de um ato manifesto de racismo individual que muitas pessoas condenarão – pelo menos em palavras. Mas é o racismo institucional que mantém os negros presos em favelas dilapidadas, sujeitas às pressões diárias de exploradores, comerciantes, agiotas e agentes imobiliários discriminatórios. (HAMILTON; TURE, 1967, p.2 apud ALMEIDA, 2019, p.44).

Começamos trazendo a concepção do racismo estrutural para salientar que o racismo é, de fato, sempre estrutural. Compreendemos, no entanto, que até se chegar a essa conclusão, foi necessário desmembrar esse complexo conceito, ou seja, concebê-lo inicialmente como um problema individual, avançando em seguida ao entendimento de que na verdade ele é parte das instituições normatizadoras da sociedade para, enfim, chegar à máxima de que os indivíduos e as instituições são racistas porque toda a estrutura social é racista (ALMEIDA, 2019).

1.3. O Racismo na Atualidade

O Brasil foi o último país onde a escravidão foi abolida, e as heranças desse regime tão cruel seguem enraizadas até a atualidade na sociedade brasileira. Moura (1998), ressalta que a estrutura escravocrata de dominação ainda permanece latente, através do mantimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de dominação e opressão, conservando o racismo como base pertencente do capitalismo que visa garantir e sustentar a hegemonia e a manutenção do poder da burguesia branca dentro de uma sociedade que aceitou e instaurou uma ideologia colonialista, tratando o negro como ser predisposto a servir, isento de dignidade e humanidade, conduzindo uma constância hegemônica de uma estrutura escravista que, mesmo após a abolição da escravatura, continua engessando o negro em seu lugar de escravo.

O Brasil, onde 56% da população se identifica como pretos ou pardos, é uma nação com desigualdades abissais na comparação com posições ocupadas por brancos. Só 4,7% dos cargos executivos das 500 maiores empresas do

país são preenchidos por negros, enquanto eles representam 75% dos mortos pela polícia e 62% dos presos. Não é por acaso que a pandemia de Covid-19 matou 55% dos negros e 38% dos brancos que foram internados. Fazem parte dessa estrutura racista as péssimas condições sanitárias dos bairros mais pobres e a concentração de um número maior de negros nessas regiões. (GHIROTTI¹⁰, 2020, s/p).

Vivemos em um país racista. Esse é um fato que, apesar de muitos insistirem em negá-lo ou quererem diminuir sua gravidade, se comprova com dados como os citados. Seja no âmbito da vida, do trabalho, da educação, da saúde ou da moradia, o corpo negro é sempre inferiorizado em relação ao corpo branco. No percurso histórico do País, memórias apagadas ocultaram a presença negra na construção brasileira como uma tentativa de desarticulação de uma consciência crítica, criando uma falsa história de “democracia racial” que funciona como meio de perpetuação da discriminação e do racismo, culpabilizando os negros (MOURA, 1998).

Sobre o mito da “democracia racial”, Nascimento (2016) pontua que,

[...] segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. (NASCIMENTO, 2016, p.35).

Moura (1988) afirma que usaram da “democracia racial” como uma forma de tornar semelhante um fato sociopolítico – a democracia – com um fato biológico – a miscigenação – para encobrir as condições reais sob as quais os contatos entre diferentes etnias se concretizam no Brasil.

[...] com esses argumentos, consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente esta população poliétnica e quais os mecanismos específicos de resistência à mobilidade social vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura. Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente, e de capitalismo dependente, em seguida. Com essas duas realidades estruturais durante o transcurso da nossa história social foram criados mecanismos ideológicos de barragem aos diversos segmentos discriminados. [...] Elide-se, assim, a escala de valores que a estrutura de dominação e o seu aparelho ideológico impuseram para discriminar grande parte dessa população não-branca. Essa elite de poder que se auto identifica como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu

¹⁰ Redator da reportagem exclusiva da Revista VEJA Abril Digital. Disponível em: <https://veja-abril-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista/amp/?amp_js_v=a6&_gsa=1&usqp=mq331AQKKAFQArABIIACAw%3D%3D#aoh=16461001941060&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s&share=https%3A%2F%2Fveja.abril.com.br%2Fbrasil%2Fpesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista%2F>. Acesso em fev. 2022.

e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repelido à medida que se aproxima do negro. Esse gradiente étnico que caracteriza a população brasileira, não cria, portanto, um relacionamento democrático e igualitário, já que está subordinado a uma escala de valores que vê no branco o modelo superior, no negro o inferior e as demais nuances de miscigenação mais consideradas, integradas, ou socialmente condenadas, repelidas, à medida que se aproximam ou se distanciam de um desses polos considerados o positivo e o negativo, o superior e o inferior nessa escala cromática. Criou-se, assim, através de mecanismos sociais e simbólicos de dominação, uma tendência à fuga da realidade e à consciência étnica de grandes segmentos populacionais não-brancos. Eles fogem simbolicamente dessa realidade que os discrimina e criam mitos capazes de fazer com que se sintam resguardados do julgamento discriminatório das elites dominantes. (MOURA, 1988, p.62).

Outra ideologia utilizada na atualidade para descaracterizar o racismo é o racismo reverso; conceito cuja ideia central é a de que os negros praticam racismo contra os brancos – que vem se discutindo também a criminalização deste como ato de racismo (DAMASCENO; AZEVEDO, 2021). As autoras citadas afirmam que “movimentos de reafirmação da hegemonia eurocêntrica começam a tomar forma a partir da perversão das construções jurídicas, historicamente estabelecidas em favor de minorias, a exemplo do racismo reverso” (DAMASCENO; AZEVEDO, 2021, p.313).

As autoras ressaltam que essa é uma grande falácia inventada na tentativa de expor que os negros vêm objetivando retirar os direitos e os privilégios do grupo branco – condição essa de poder que, historicamente, a população negra não possui;

Portanto, levando em consideração a longa historicidade do racismo e do racialismo contra os africanos e afrodescendentes no Brasil, [...] o racismo reverso não é apenas um equívoco, mas uma demonstração de como agem a *diferença colonial* e a *colonialidade de poder* através do judiciário e da inversão de referências históricas a favor do grupo privilegiado. [...] Historicamente, existem fatos marcantes que indicam possíveis interpretações e análises sobre as causas da manifestação da concepção *reversa* como presença peculiar do racismo brasileiro e uma tentativa *branca* de esvaziar o conceito através de uma relativização forçada. (DAMASCENO; AZEVEDO, 2021, p.323, grifos das autoras).

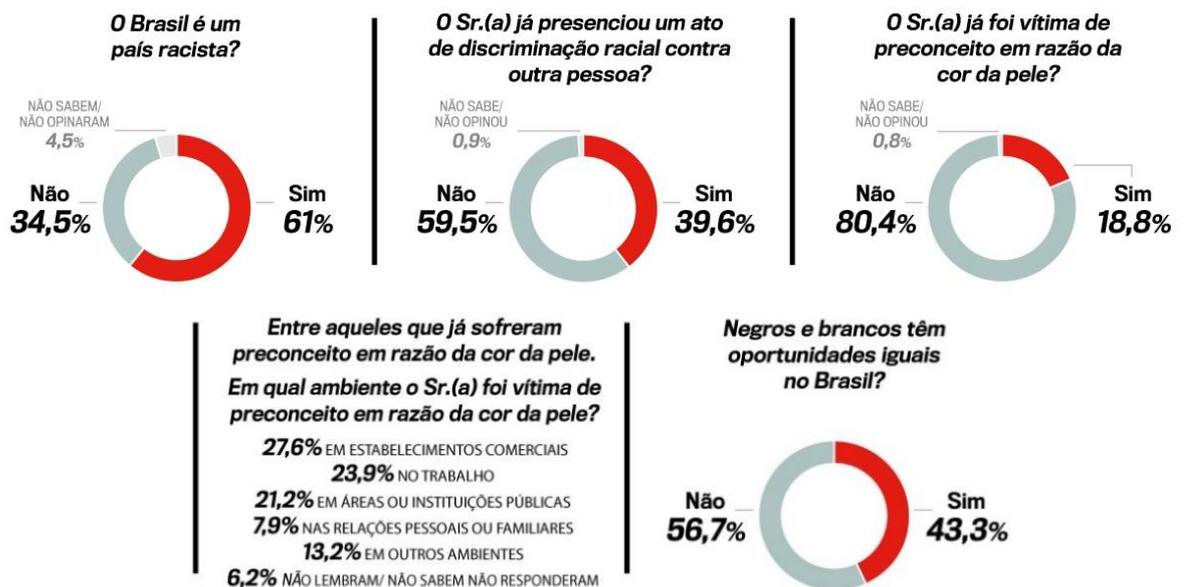
Segundo Schwarcz (1996), “todo brasileiro se sente como em uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (SCHWARCZ, 1996, p.155), já que o Brasil é um país onde é reconhecido que o racismo existe e a maioria consegue apontar um parente, amigo ou alguém próximo que considera racista, mas o brasileiro nunca se enxerga na posição de racista; está sempre ao redor dele, pois não é admitido que os mesmos o pratiquem.

Uma pesquisa encomendada pela Revista VEJA Abril ao Instituto Paraná Pesquisas, realizada no ano de 2020¹¹, mostrou que 61% dos entrevistados admitiram que o Brasil é um país racista, enquanto 34% negaram o problema; os dados mostram a presença do racismo no Brasil e a desigualdade social que o mesmo causa. Segundo dados do informativo IBGE: “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”¹², a população negra tem 2,7 de chance a mais de ser vítima de assassinato do que pessoas brancas, além de maiores índices de taxa de analfabetismo, distribuição de renda e representação política. No mercado de trabalho também não é diferente: 68,6% dos cargos gerenciais são ocupados por brancos e apenas 29,9% são ocupados por pretos ou pardos.

Imagem 1: Os Números do Preconceito Racial

OS NÚMEROS DO PRECONCEITO RACIAL

Quase 40% já presenciaram um ato de discriminação no Brasil



Fonte: Revista VEJA Abril Digital

¹¹ Disponível em VEJA – Reportagens exclusivas, notícias, informação e opinião: < https://veja-abril-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista/amp/?amp_js_v=a6&_gsa=1&usqp=mq331AQKKAFAQArABIIACAw%3D%3D#aoh=16461001941060&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s&share=https%3A%2F%2Fveja.abril.com.br%2Fbrasil%2Fpesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista%2F>. Acesso em fev. 2022.

¹² Disponível em Portal IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre>>. Acesso em fev. 2022.

Imagem 2: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Lélia Gonzalez expõe que:

Se colocamos a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, constatamos que, no caso brasileiro, grande parte dela se torna supérflua e se constitui em uma massa marginalizada em face do processo hegemônico. Claro está que todas as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem justamente sobre essa população. E, “coincidentemente”, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem à população negra brasileira. (GONZALEZ, 1979, p.01).

A consequência disso é que a população negra acaba sendo empurrada para empregos na informalidade, quase sempre em situações insalubres e precárias, e com renda abaixo da média. Como bem explicita o sociólogo Carlos Hasenbalg:

Após a abolição final, o racismo, a discriminação e a segregação geográfica dos grupos raciais bloquearam os principais canais de mobilidade social ascendente, de maneira a perpetuar graves desigualdades raciais e a concentração de negros e mulatos no extremo inferior da hierarquia social. (HASENBALG, 2005, p.233).

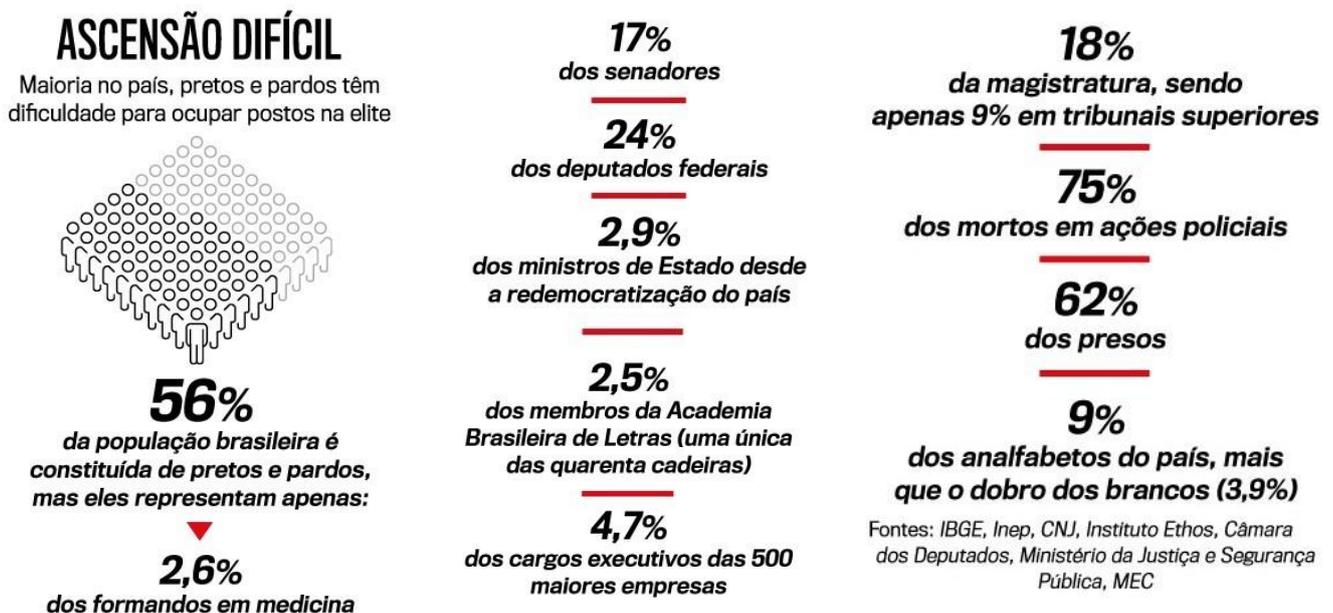
Uma reportagem do Nexo Jornal, intitulada “a pobreza brasileira tem cor e é preta”¹³, aponta que dados do IBGE de 2014 demonstraram que 76% dos mais pobres no Brasil são negros – em 2004, esse número estava em torno de 73%, o que nos permite observar que passada uma década, o problema só se agravou. Já, conforme dados coletados pela organização social TETO Brasil, nas favelas paulistas, em 2016, 70% de seus moradores são negros, incluindo os que se autodenominam pretos e pardos.

¹³ Disponível em NEXO Jornal: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>>. Acesso em fev.2022.

Apesar dos dados mais do que comprovarem que a parcela de pessoas mais pobres do Brasil é de negros (pretos e pardos) e que a ascensão social dessa população é bastante dificultosa, há ainda aqueles que defendam a ideia da constituição de um sistema meritocrático no País; que denota “a ascensão social ou institucional derivada do mérito e do esforço individual” (MARQUES, 2017, p.19).

A meritocracia é, no entanto, reprodutora de desigualdades sociais; “escamoteia a realidade e as diferenças sociais, de classe, raça, etc.” (MARQUES, 2017, p.20). Partir da concepção de que brancos e não-brancos têm igual oportunidade de ascender socialmente é mais uma das falácias racistas do capitalismo. Pesquisas apontam que os negros, no ano de 2020, representavam 35% do quadro funcional das empresas, mas apenas 4,7% das posições de liderança, segundo estudo do Instituto Ethos¹⁴.

Imagem 3: Maioria no País, Pretos e Pardos têm Dificuldade para Ocupar Postos na Elite



Fonte: Revista VEJA Abril Digital

¹⁴ Disponível em VEJA – Reportagens exclusivas, notícias, informação e opinião: <https://veja-abril-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista/amp_js_v=a6&_gsa=1&usqp=mq331AQKKAFAQrABIIACAw%3D%3D#aoh=16461001941060&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s&share=https%3A%2F%2Fveja.abril.com.br%2Fbrasil%2Fpesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista%2F>. Acesso em fev. 2022.

Esse conjunto de práticas cotidianas causam ainda um efeito de debate e reflexão necessários – o Genocídio da População Negra; segundo a ONU, a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil¹⁵. Levando em conta os SIMs (Sistema de Informações sobre Mortalidade) vinculados ao Ministério da Saúde de 2012 a 2017, ocorreram 255 mil mortes de pessoas negras em decorrência de assassinato¹⁶ - cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos são assassinados por ano no País, e 77% destes são negros¹⁷ (pretos e pardos).

Por genocídio, pela definição da ONU (1948), entende-se quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) assassinato de membros do grupo; (b) causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) transferir à força crianças de um grupo para outro (ONU, 1948 apud VERGNE et al, 2015, p.517).

Para VERGNE et al (2015), "as práticas de extermínio no Brasil têm se dirigido a pobres, mas especialmente a negros pobres" (VERGNE et al, 2015, p.516), além dos vestígios desse projeto genocida estar impregnado institucionalmente nos setores, que vão desde a polícia até a mídia brasileira, passando também pela saúde pública e educação.

O filósofo Achille Mbembe argumenta que "vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de 'mortos-vivos'" (MBEMBE, 2016, p.146), e que isso é uma face da chamada necropolítica; o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. O corpo negro está exposto à ameaça da morte a todo momento devido a sua cor. Isso reflete que o Brasil não é nada cordial em relação ao racismo e que os negros ainda ocupam um lugar de exclusão e desigualdade.

O autor traz ainda a discussão da soberania no campo da política e explicita que a relação desta com a necropolítica está no fato de que "nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e

¹⁵ Disponível em G1 – O Portal de Notícias da Globo: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>>. Acesso em fev. 2022.

¹⁶ Disponível em Exame – Notícia, Negócios, Economia, Carreira e mais: <<https://exame.com/brasil/ibge-populacao-negra-e-principal-vitima-de-homicidio-no-brasil/>>. Acesso em fev. 2022.

¹⁷ Disponível em BBC News Brasil: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>. Acesso em fev. 2022.

quem não é” (MBEMBE, 2016, p.135); somando-se isso com a função repressiva do Estado – considerando aqui o Estado brasileiro – e sua legitimação através da manipulação das consciências das massas, temos fenômenos como o genocídio da juventude negra e o encarceramento em massa do corpo negro, ambos representações de como atua a necropolítica no Brasil (BUOZI, 2018).

Uma reportagem do G1 – Portal de Notícias da Globo¹⁸, evidencia que, segundo o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, existe uma forte desigualdade racial no sistema prisional brasileiro; dois em cada três presos são negros. Indício disso é que a proporção de negros nas prisões cresceu 14% em 15 anos, enquanto a de brancos caiu 19%. Em 2019, dos 657,8 mil presos em que há a informação da cor/raça disponível, 438,7 mil são negros – ou seja, 66,7% do total.

Buozzi (2018) ressalta que essas expressões são inatas ao modo de produção capitalista:

Em tempos de crise estrutural, as contradições do modo de produção capitalista são esgarçadas, voltando-se tão somente à sua lógica de autorreprodução. Por conseguinte, o controle social das massas que já não são mais funcionais ao capital ocorrem, na atualidade, em larga escala e de uma forma extremamente cruel: uma parte é presa e a outra é exterminada a céu aberto. No entanto, essas duas formas — superencarceramento e genocídio da juventude negra —, que visam evitar o desmoronamento social do capital, são vistas com naturalidade e reproduzidas no cotidiano da vida social brasileira. Os discursos de ódio, o aumento dos linchamentos, os crimes contra a vida praticados pela polícia, sob o véu da suspeita e da legalidade, demonstram a materialidade do racismo enquanto ideologia a serviço do grande capital. (BUOZI, 2018, p. 545).

Ressaltamos assim que o racismo se transmutou através dos tempos, sendo expresso de maneiras diferentes ao longo da sua história, e atualmente, apesar de ganhar cada vez mais espaço discursivo no ambiente acadêmico e na sociedade em geral, ele segue sendo cruel e assassino. No entanto, os povos negros sempre tiveram movimentos de resistência e sobrevivem a esses ataques diversos; por isso, tão antiga quanto é a memória do racismo, é também a do antirracismo.

1.4A Resistência Negra e os Movimentos Antirracistas

¹⁸ Disponível em G1 – O Portal de Notícias da Globo: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>>. Acesso em fev. 2022.

Apesar do racismo estar presente na sociedade brasileira desde os primórdios da colonização do País até os dias de hoje, como bem vimos nos tópicos anteriores, há também, simultaneamente, uma resistência construída pelos povos subalternizados e um movimento de combate a esse racismo – o antirracismo.

O primeiro exemplo de resistência da população negra é, sem dúvidas, a quilombagem¹⁹ – remetente aos tempos da escravidão. Sobre isso, Moura (1992) destaca a importância desse movimento de mudança social no desgaste do regime escravista brasileiro que vigorou durante séculos. Caracterizado como movimento emancipacionista, a quilombagem representa uma constelação de expressões de protesto do escravo, tendo como centro organizacional o quilombo.

O quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças representativas agiam menos ou mais ativamente contra ele. (MOURA, 1992, p.23).

Ainda em acordo com o autor, era no quilombo que a população marginalizada se recompunha socialmente – portanto, a quilombagem representa uma resistência que atravessa todo o período escravista, desarticulando esse sistema constantemente, e assumindo, muitas vezes, um aspecto ameaçador para a classe senhorial. O exemplo de quilombo mais expressivo no cenário nacional é o Quilombo dos Palmares²⁰.

Findado o período escravista, em 1888 – com a assinatura da Lei Áurea –, os “africanos livres” e seus descendentes eram atirados para fora da sociedade; a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a igreja e deixou o africano e seus descendentes à margem da sociedade, para que sobrevivessem como pudessem (NASCIMENTO, 2016).

¹⁹ “Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional.” (MOURA, 1992, p.22).

²⁰ Moura (1988) afirma que há muita dificuldade em entender como se estruturou, de fato, o Quilombo dos Palmares, devido à escassa documentação referente à época. Mesmo assim, em sua obra “Sociologia do Negro Brasileiro”, o sociólogo dedicou um capítulo somente à “Sociologia da República dos Palmares”. Portanto, para maiores informações acerca do tema, indicamos ler a obra referenciada.

Autoridades governamentais e sociedade dominante se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos “livres”, e seus descendentes, a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade. (NASCIMENTO, 2016, p.59).

Isso não significa, no entanto, que a população negra não encontrou maneiras de resistir e se reinventar; segundo Moura (1992), em 1915, através da Imprensa Negra²¹ Paulista – cuja primeira publicação foi “O Menelick” –, surgiu uma relevante manifestação da identidade étnica do negro brasileiro, importante acontecimento também na trajetória de sua luta por cidadania.

Os negros paulistas, sentindo a necessidade de um movimento de identidade étnica, e enfrentando as barreiras de uma imprensa branca (Grande Imprensa) impermeável aos anseios e reivindicações da comunidade, recorreram à solução mais viável, que era fundar uma imprensa alternativa, na qual os seus desejos, as denúncias contra o racismo, bem como a sua vida associativa, cultural e social se refletissem. (MOURA, 1992, p.70).

Os jornais editados pelos negros paulistas se sucederam até o ano de 1963; esses veículos comunicativos serviram organizacionalmente aos negros. As discussões pautadas em suas páginas, que iam desde problemas específicos da comunidade até denúncias contra o racismo e a violência através de fatos, em publicações “feitas por negros para negros”, levou a população negra de São Paulo a fundar o maior movimento político negro no País: a Frente Negra Brasileira (MOURA, 1992).

Os dois jornais mais importantes, “O Clarim da Alvorada” e “A voz da Raça”, tiveram papel saliente e significativo no despertar da consciência étnica do negro paulista. O primeiro municiou a comunidade de dados e informações preciosas para que o negro se auto identificasse na sua negritude. O segundo foi o órgão da Frente Negra Brasileira, movimento que marcou profundamente a consciência do negro, não apenas em São Paulo, mas também em outros Estados, e elevou o nível de tomada de sua identidade étnica. (MOURA, 1992, p.70).

Domingues (2007) aponta que a Frente Negra Brasileira - FNB, fundada em 1931, considerada sucessora do Centro Cívico Palmares (de 1926), foi uma das primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas.

²¹ Apesar de emergir em São Paulo, a Imprensa Negra como um todo conquistou relevância nacional, tendo expoentes em diversos lugares no território brasileiro; sobre isso, Domingues (2007) afirma que “Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de ‘segregação racial’ que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas.” (DOMINGUES, 2007, p.105).

Principal expoente do movimento negro na primeira metade do século XX, a FNB foi responsável por converter o Movimento Negro Brasileiro em um movimento de massa, com representações em todos os estados do país (DOMINGUES, 2007).

No ano de 1943, vésperas do fim do Estado Novo (1937-1945), o movimento negro ressurgiu no país após enfrentar a extinção da FNB em 1936. Nessa época, um de seus principais expoentes foi a União dos Homens de Cor – Uagacê ou UHC –, fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre (DOMINGUES, 2007).

Já no primeiro artigo do estatuto, a entidade declarava que sua finalidade central era “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (DOMINGUES, 2007, p.108).

Segundo Domingues (2007), outro agrupamento importante naquele momento foi o Teatro Experimental do Negro – TEN –, fundado no Rio de Janeiro, no ano de 1944, e que tinha como sua principal liderança uma das mais renomadas vozes antirracistas – Abdias do Nascimento. Apesar de ter como proposta original formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, progressivamente o TEN se tornou muito mais amplo; “Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país” (DOMINGUES, 2007, p.109) – foi ele também o responsável por divulgar a ideologia da negritude e, sob sua influência, foi convocada a Conferência Nacional do Negro, em 1949 (MOURA, 1992)

Um avanço significativo para o movimento foi a aprovação da primeira lei antidiscriminatória do país, batizada de Afonso Arinos, aprovada no Congresso Nacional no ano de 1951 – é importante destacar, no entanto, que o projeto havia sido elaborado desde o ano de 1945, sendo apresentado em 1946 pelo senador Hamilton Nogueira (UDN) e só recebendo de fato a aprovação cinco anos depois, demonstrando que o movimento negro não podia contar efetivamente com o apoio das forças políticas à época. (DOMINGUES, 2007)

Moura (1992) ressalta que, em São Paulo, em dezembro de 1954, foi organizada a Associação Cultural do Negro – ACN –, que possuía em seu quadro importantes representantes do movimento. Em 1958, a entidade centrou suas atividades no registro dos 70 anos da Abolição; “Discutiu-se, na época, qual deveria

ser a ideologia que o negro deveria adotar para sua libertação étnica, desdobrando-se esse debate em diversos níveis, que iam do cultural ao político” (MOURA, 1992, p.77).

Vem então, em 1964, o Golpe Militar que instaura a Ditadura Militar no país e enfraquece todos os movimentos políticos dos negros – o Movimento Negro organizado entra em refluxo porque seus militantes eram acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia no Brasil: o racismo. Entretanto, isso não significa que os negros não tenham realizado algumas ações, mesmo com todo o caráter repressivo e silenciador da Ditadura (DOMINGUES, 2007).

Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo *Palmares* (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento *Soul*, depois batizado de *Black Rio*. Nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976. Entretanto, tais iniciativas, além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado. (DOMINGUES, 2007, p. 112).

O Movimento Negro Unificado – MNU – teve influências relevantes, tanto no âmbito externo quanto no interno, que contribuíram na formação de seu discurso radicalizado contra a discriminação racial; no plano internacional, o protesto negro contemporâneo se inspirou na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses e nos movimentos de libertação dos países africanos (DOMINGUES, 2007).

Nacionalmente falando, o embrião do MNU foi a organização marxista “Convergência Socialista”;

Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. (DOMINGUES, 2007, p. 112-113).

No contexto de rearticulação do movimento negro, uma reunião acontecida em São Paulo, no dia 18 de junho de 1978, foi decisiva para a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – MUCDR –, cuja primeira organização foi um ato público realizado em 07 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal, em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro que foi torturado até a morte no 44º Distrito de Guainases, e em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê; a manifestação reuniu cerca de 2 mil pessoas e recebeu moções de apoio de alguns estados (DOMINGUES, 2007).

Uma Carta Aberta, distribuída à população, concitava os negros a formarem “Centros de Luta” nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos locais de trabalho e nas escolas, a fim de organizar a peleja contra a opressão racial, a violência policial, o desemprego, o subemprego e a marginalização da população negra. Na 1ª Assembléia Nacional de Organização e Estruturação da entidade, no dia 23 de julho, foi adicionada a palavra Negro ao nome do movimento, passando, assim, a ser chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Neste mesmo ano, foram aprovados o Estatuto, a Carta de Princípios e o Programa de Ação. No seu 1º Congresso, o MNUCDR conseguiu reunir delegados de vários estados. Como a luta prioritária do movimento era contra a discriminação racial, seu nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU). (DOMINGUES, 2007, p. 114).

O nascimento do MNU foi bastante significativo para a história do protesto negro no Brasil, principalmente por ter desenvolvido a proposta de unificar a luta dos grupos e organizações antirracistas em escala nacional, objetivando fortalecer o poder político do movimento negro; nesta fase, a estratégia que despontou no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade para contestar a ordem vigente e, simultaneamente, denunciar o problema do racismo publicamente (DOMINGUES, 2007).

O 13 de Maio, dia de comemoração festiva da abolição da escravatura, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. A data de celebração do MNU passou a ser o 20 de Novembro (presumível dia da morte de Zumbi dos Palmares), a qual foi eleita como Dia Nacional de Consciência Negra. Zumbi, aliás, foi escolhido como símbolo da resistência à opressão racial. (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Foi a partir do MNU que o termo “negro” foi adotado oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país e passou a assumir um tom de orgulho ao ser utilizado pelos militantes, descaracterizando sua conotação pejorativa e ofensiva (DOMINGUES, 2007).

O movimento negro organizado “africanizou-se”. A partir daquele instante, as lides contra o racismo tinham como uma das premissas a promoção de uma identidade étnica específica do negro. O discurso tanto da negritude quanto do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância. Houve a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana. Também se desencadeou um processo de questionamento dos nomes ocidentais como única referência de identidade dos negros brasileiros. Muitas crianças negras, recém-nascidas, passaram a ser registradas com nomes africanos, sobretudo de origem iorubá. Até no terreno religioso houve um processo revisionista. Se nas etapas anteriores o movimento negro era notadamente cristão, impôs-se a cobrança moral para que a nova geração de ativistas assumisse as religiões de matriz africana, particularmente o candomblé, tomado como principal guardião da fé ancestral. (DOMINGUES, 2007, p. 116).

Em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, em novembro de 1995, em Brasília, foi realizada a “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida”; estruturada pelas diversas organizações do movimento negro brasileiro, o evento reuniu mais de 20 mil pessoas e contou com o apoio de diversas organizações políticas de esquerda, que, naquele momento, estabeleceram de fato sua participação em favor das lutas antirracistas (GOMES, 2011).

Como resultado dessa mobilização, foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que apresentava um diagnóstico identificando a situação social, econômica, educacional e política da população negra, no Brasil. O documento exigia uma posição do governo brasileiro diante da necessária superação do racismo. (GOMES, 2011, p. 142).

O terceiro milênio traz uma nova marca na resistência e organização negra brasileira: a luta por políticas públicas de ação afirmativa²². Essa foi uma das principais reivindicações das duas marchas intituladas “Zumbi +10” que ocorreram uma década depois da primeira marcha (a de 1995), e que avaliaram a reação dos governos estaduais e federal do País diante da situação racial e dos avanços do movimento negro (GOMES, 2011).

É nesse momento que se realiza também a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, em setembro de 2001, na cidade de Durban – África do Sul;

²² “As ações afirmativas são compreendidas, aqui, não só como movimento de luta política pela correção das desigualdades raciais, mas também como locus em que confluem princípios gerais de um outro modelo de racionalidade e saberes emancipatórios produzidos pelo Movimento Negro ao longo dos tempos.” (GOMES, 2011, p.148).

discute-se principalmente o lugar da questão racial na política pública, sobretudo no campo educacional, levantando pautas acerca da educação básica e a superior, e ainda o mercado de trabalho (GOMES, 2011).

Segundo Sueli Carneiro,

Avanços significativos se processaram no combate ao racismo do ponto de vista legal, constituindo uma nova e vigorosa área de atuação e produção de conhecimento, a do “Direito e Relações Raciais”, com crescente engajamento de operadores do direito, instituições jurídicas e a proliferação dos SOS Racismo, tanto no Brasil como em alguns países da América Latina. Avançou a organização política das comunidades remanescentes de quilombos, adquirindo dimensões nacionais. Cresceu a participação dos negros nos meios de comunicação e a consciência da exclusão da imagem negra nesses veículos. O movimento de mulheres negras emergiu, introduzindo novos temas na agenda do movimento negro e enegrecendo as bandeiras de luta do movimento feminista. É significativo o crescimento do número de militantes negros adquirindo títulos acadêmicos, resgatando a condição do negro como sujeito do conhecimento, especialmente o conhecimento de si próprio. Passamos de objeto de estudo a sujeitos do conhecimento, fazendo com que a Universidade comece a se constituir como um importante campo estratégico de atuação. (CARNEIRO, 2006, p.210).

Como podemos perceber a partir do que pontua a autora, a chegada do terceiro milênio trouxe consigo também uma nova roupagem para o movimento negro, onde foram-se ocupando espaços diversificados, e principalmente, a partir da concepção crítica destes, foi tornando-se possível modificá-los; o espaço acadêmico, por exemplo, significou uma importante conquista ao movimento, onde cada vez mais pessoas negras viviam a oportunidade de exercer o ensino superior e poder usufruir do lugar de produtoras de conhecimento, para além de apenas objetos de estudo.

Destacamos que no século XXI, o movimento negro vem se desenvolvendo de uma maneira diferente da que se apresentou a partir da criação do MNU; o movimento *hip hop* se mostra uma das vertentes mais expressivas desse novo momento, narrando através do som *rap* protestos que combinam a denúncia racial e social, costurando assim a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade. Há ainda um resgate da autoestima do negro e a substituição do termo “negro” por “preto” (DOMINGUES, 2007). Esse é, porém, um momento que ainda estamos vivendo, nos faltando assim maiores marcos históricos para tratar a partir daqui.

Consideramos cabível destacar ainda que as mulheres negras, desde sempre, foram importantes para o movimento negro no País; Domingues (2007) ressalta que,

na FNB, as mulheres tinham mobilizações inclusive específicas delas, como a Cruzada Feminina e as Rosas Negras. Portanto, devemos ressaltar a relevância dessas autoras na resistência negra e na colaboração intelectual, principalmente com o movimento do feminismo negro.

Entre as décadas de 1970 e 1990, no Rio de Janeiro, se apresentam os primórdios do que hoje conhecemos como feminismo negro, no passado denominado de Movimento das Mulheres Negras, tendo como dois de seus principais expoentes as professoras Lélia Gonzalez e Maria Beatriz do Nascimento. Um dos marcos desse movimento foi o Encontro de Mulheres, em 1975 – o Ano Internacional da Mulher –, de onde foram pautadas propostas de construir grupos de reflexão, dar visibilidade à questão feminina e combater o seu papel subalterno na sociedade (VIANA, 2010).

Essas mulheres participavam das ações políticas denunciando a situação de subordinação em que viviam historicamente. No entanto, a palavra de ordem era a não “divisão” frente ao “inimigo maior”: o mito da democracia racial brasileira. Uma tática política defendida principalmente pelos setores marxistas do e no movimento que tinha a luta de classes, em articulação com a raça, como a prioridade. (VIANA, 2010, p.56).

Para além de outros importantes avanços no movimento feminista negro no Brasil, salientamos a fundação do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, no ano de 1983, cuja primeira coordenadora foi a própria Lélia Gonzalez (VIANA, 2010). O Nzinga “exigiu de suas componentes uma dinâmica inovadora que, além de articular as questões de sexo, raça e de classe, tentasse garantir também as individualidades, as aptidões e as histórias de vida de cada integrante” (VIANA, 2010, p. 59)

Como alvo da tripla discriminação existente na sociedade brasileira, a mulher negra enfrentava a opressão de raça e de classe por parte da mulher branca, que, segundo Lélia, foi e era beneficiária do racismo brasileiro, por reproduzir as relações de opressões sobre a primeira. (VIANA, 2010, p.59).

Segundo Akotirene (2019), apesar de ter sido cunhado anteriormente pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, é apenas no ano de 2001, na já citada Conferência Mundial realizada em Durban, que a interseccionalidade conquista popularidade acadêmica;

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a

interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (AKOTIRENE, 2019, p.19).

Por fim, apontamos que Carneiro (2006) traz um questionamento reflexivo importante em sua publicação: **“somos um movimento de denúncia ou de transformação?”**;

Construímos massa crítica sobre diferentes temas: educação, saúde, direito e relações raciais, a luta pela terra, gênero; com a nossa prática política e nossa experiência histórica de opressão, redefinimos as noções de democracia, cidadania e direitos humanos. Isto faz de nós agentes civilizatórios desta sociedade. Contudo, ainda não construímos uma organização política reconhecida como interlocutora dos interesses da nossa coletividade, que articule os avanços nos diferentes campos, em torno de um projeto político que tenha como eixo fundamental a mudança das condições de vida de nossa gente, que otimize o capital político, o capital financeiro, o capital social, os recursos humanos e materiais dispersos nas diferentes formas de combate ao racismo. Ainda não construímos uma organização política capaz de identificar os elementos mobilizadores de nossa comunidade, de forma a possibilitar a massificação do movimento, de demonstrar força política e organizativa, e capacidade de colocar em risco a governabilidade, que é o que usualmente obriga o poder a negociar. Não temos uma forma organizativa que nos permita disputar poder real nessa sociedade. (CARNEIRO, 2006, p.213).

Como bem traduz a autora, muito se avançou no que se trata do debate da questão racial no Brasil, mas ainda há muito a ser feito na luta antirracista no país. Conceitos como o da interseccionalidade nos ajudam a enxergar de maneira mais ampla que a discussão racial é imprescindível a uma transformação no sistema societário como um todo – e no campo intelectual estamos avançando bem –, porém é preciso movimentar as estruturas, e isso só é possível, como precisamente salientou Carneiro (2006), através da organização e expressão política de fato.

2. História do Serviço Social no Brasil: das Origens à Atualidade

No presente capítulo, trataremos do processo de concretização do Serviço Social enquanto profissão no Brasil, caracterizando desde os primórdios de sua configuração até como este se orienta na atualidade, perpassando o marco do III CBAS e sua importância para a “virada” da categoria e elucidando como se desenvolveu o debate da questão racial dentro dos espaços expressivos da profissão. Por fim, evidenciaremos o papel das entidades representativas do Serviço Social (ABEPSS, ENESSO e Conjunto CFESS/CRESS), assim como sua relevância no posicionamento crítico e político dos/as assistentes sociais.

2.1. Processo de Reconceituação do Serviço Social: da Gênese Assistencialista ao Congresso da Virada

Historicamente, a assistência ao outro é uma prática antiga da humanidade, presente em diversas sociedades e sob diferentes formas. Ao passar do tempo grupos religiosos e de caráter filantrópico foram conformando práticas de ajuda e apoio, e a assistência era tida ainda como um gesto de caridade e benevolência para com o próximo (MESTRINER, 2001).

É a partir da crise mundial do capitalismo que o Estado se posiciona frente a sociedade, inserindo-se assim na relação capital-trabalho, assumindo responsabilidades pelas condições de vida em que se encontra a população. No Brasil, é durante o governo de Getúlio Vargas e com a criação do “Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”, em 1930, cujo objetivo era fiscalizar, controlar e ordenar ações junto à força de trabalho, que o Estado brasileiro progressivamente passa a reconhecer a “questão social” como uma questão política a ser resolvida sob sua direção, marcando assim o surgimento da Assistência Social como política de governo no Brasil (SPOSATI et al, 1985).

Durante a década de 1930, diante do profundo processo de industrialização vivido pelo País, o Serviço Social surge como forma de atender às novas situações expressas enquanto necessidades da sociedade brasileira como um todo, já que “a mão-de-obra já não era apenas a masculina, mas também feminina e infantil, o que

implicou em novas demandas de serviços de atendimento social" (FEHLBERG, 2009, p.19).

É no período pós Segunda Guerra mundial que as medidas de proteção social são generalizadas, através do *Welfare State*, em alguns países da Europa. Assim, em 1936 o Serviço Social passa a ser implantado no Brasil. No entanto, ainda é nítido que a visão que se tinha era de que o próprio Serviço Social seria a superação da Assistência, já que a mesma era tida como caridade e solidariedade; isso faz com que o Serviço Social se insira nesse contexto como uma forma de intervenção das agudizações da "Questão Social", e com forte influência da Igreja Católica, Estado e Mercado, que na época visava combater os problemas sociais que se instalavam na sociedade (MENDONÇA; SANTOS, 2019).

As autoras explicam que:

Neste caminho, a burguesia buscando aumentar o seu poder econômico, organizou as primeiras indústrias. Os burgueses se tornaram proprietários de máquinas automáticas de tecer e donos também da matéria-prima. E contratavam trabalhadores para confeccionar os produtos que seriam comercializados. Assim, os burgueses foram acabando com a atuação dos pequenos trabalhadores, em geral artesãos, que atuavam como autônomos, uma vez que, em suas indústrias, passaram a produzir mais rápido, com mais qualidade e em maior quantidade. A execução do trabalho dentro das fábricas era especializada, e desse modo, cada trabalhador realizava uma função específica. Surge neste sentido a divisão do trabalho, bem como, surgem novas classes: a classe trabalhadora (operários que vendem a sua força de trabalho) e a classe dos donos dos meios de produção (empresários). As condições nas quais se desenvolviam este trabalho eram de exploração, altas jornadas e precarização. (MENDONÇA; SANTOS, 2019, p.04).

Diante desse novo cenário de capitalismo monopolista e explorações simultâneas para com a classe trabalhadora, a classe operária se desenvolve e se organiza, adentrando o cenário político e manifestando uma crescente insatisfação com as condições subalternas e pauperizadas as quais eram expostos. Em razão desses conflitos antagônicos entre capital e trabalho, as expressões da "questão social" se intensificam. (MENDONÇA; SANTOS, 2019)

Segundo SANTINI et al, (2014, p.28):

Como estratégia, a burguesia utilizou-se da filantropia, incentivando a sua organização e sistematização, como o cadastro dos assistidos, a utilização de inquéritos sociais, as visitas domiciliares e o treinamento e a formação de novos agentes da assistência para veicular, junto à classe proletária, a ideologia dominante. Assim, visavam frear e desorganizar o movimento dos trabalhadores, passando a ideia de que o capitalismo era inevitável e irreversível e que era uma ordem social justa e adequada.

Salientamos então que o Serviço Social não surge enquanto profissão por causa da "Questão Social" em si, ele se gesta e se desenvolve quando num dado momento da história o Estado torna pública a existência da "Questão Social", e a partir daí, passa a atuar no enfrentamento das suas expressões. No entanto, é nítido que o Estado passa a intervir de forma manipulativa, visando controlar o descontentamento que se instaurava; e é dessa forma que o Serviço Social é utilizado como mediador desses conflitos (Canal Pótere Social, 2019).

O que merece ser marcado é que a evolução da "questão social" apresenta duas faces, indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, em face das mudanças do modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.79).

É no dia 1º de julho de 1938, que o presidente Getúlio Vargas decreta a Lei nº 525/1938, que instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social, fixando assim as bases organizativas do Serviço Social em todo o Brasil. Em seu Art. 4º era designado as competências do CNSS:

Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Serviço Social:

- a) promover inquéritos e pesquisas relativamente ao gênero de vida de todas as categorias de pessoas e famílias em situação de pobreza ou miséria, ou, por outra qualquer forma, socialmente desajustadas;
- b) elaborar o plano de organização do serviço social, para ser executado em todo o país, e compreensivo dos órgãos administrativos e das obras assistenciais destinadas a amparar a pessoa e a família, uma vez que se encontrem em qualquer situação de deficiência ou sofrimento causado pela pobreza ou pela miséria ou decorrente de qualquer outra forma de desajustamento social;
- c) sugerir aos poderes públicos as inéditas tendentes a ampliar e melhorar as obras por eles mantidas e destinados à realização de qualquer modalidade de serviço social;
- d) delinear os tipos das instituições do caráter privado destinadas à realização de qualquer espécie de serviço social e estudar a situação das instituições existentes para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal. (BRASIL, 1938).

Entendemos assim que inicialmente, a Assistência se configurava em bases ideológicas que estavam relacionadas ao interesse da classe trabalhadora, mas que também serviam aos interesses das classes dominantes; era possível perceber que a atuação do Serviço Social no Brasil, era posta em prática diante de um panorama que não era atrelado a um viés científico, mas sim de caráter doutrinário (SILVA; SILVA; JUNIOR, 2016.)

A estrutura corporativa do Estado Novo, visando sua legitimação, incorpora de alguma forma reivindicações populares, o qual institui direitos trabalhistas pelo viés corporativo, com claro intuito de controlar a classe trabalhadora. Ressaltando, que ainda hoje se percebe a herança cultural da era Vargas (1930 a 1945). Vargas, conhecido como “pai dos pobres”, governou o país de forma ditatorial e populista, reconheceu a “questão social” (até então tratada como caso de polícia) como estratégia de controle social e ideológico, criou o Ministério do Trabalho para controlar os sindicatos vinculados ao Estado, conhecidos como “sindicato pelego”. Neste governo se consolida a ideia do favor do Estado protetor, paternalista, que ainda hoje permanece no ideário popular brasileiro e norteia as relações sociais estabelecidas, reforçando a ideia de submissão da população ao Estado. (SILVA, 2006 apud SILVA, 2007. Pág 272).

Segundo Aldaíza Oliveira Sposati et al (1985), a Assistência começa a se configurar tanto como uma esfera programática da ação governamental para prestação de serviços, quanto como um mecanismo político com o intuito de amortecer tensões sociais. A assistência social era vista como atividade de pronto-socorro social, ou seja, as de ajuda material ou financeira destinadas às populações com graves problemas de subsistência, em geral procedidas por voluntários ou auxiliares sociais. Tais atividades passam a ser relegadas pelos profissionais de Serviço Social, tanto pelo seu caráter paliativo e clientelista, quanto pelas limitações que traziam à afirmação do Assistente como profissional no quadro institucional.

A assistência vai ganhando nova amplitude, passando a englobar a prestação de serviços sociais básicos, os programas de desenvolvimento comunitário. Estas atividades destinavam-se a romper o ciclo de dependência e provocar a integração de indivíduos e grupos no mercado de trabalho e na sociedade, além de trazer à tona a ineficácia social das políticas sociais vindas de um Estado monopolista e totalmente comprometido com o processo de expansão capitalista. Partindo disso tudo o Serviço Social é levado a rever suas propostas de ação (SPOSATI et al, 1985).

Dessa forma, como bem foi expresso anteriormente, compreendemos que as origens do Serviço Social foram fortemente vinculadas à Igreja Católica e ao desenvolvimento de ações filantrópicas. Avançadas as décadas, no entanto, a demanda por uma intervenção técnica mais arrojada – organizada e mais bem planejada –, capaz de atender à racionalidade exigida pelo Estado, tornou-se crescente; desencadeadas nas instituições de prestação de serviços sociais e articuladas às exigências postas pelas mudanças na configuração da “questão social” brasileira, assim como a partir do enfrentamento governamental para tais expressões,

essas demandas surgidas não mais seriam suficientemente respondidas com ações espontâneas e filantrópicas como as das décadas de 1930 e 1940 (TRINDADE, 2001).

No processo de estruturação da base sócio-organizacional que sustenta o desenvolvimento do Serviço Social, começam a se estruturar (com mais consistência) os respaldos teórico-metodológicos e ético-políticos fundamentadores da profissão, bem como começa a se organizar um arsenal técnico que possibilita sua intervenção. [...] Os procedimentos acumulados ao longo das experiências anteriores estão agora matizados pelas recomendações de tecnificação das práticas sociais da Igreja, pelo influxo da Sociologia e da Psicologia e pela racionalização do Estado. (TRINDADE, 2001, p.10).

Nesse novo contexto, o lapso temporal demarcado entre 1947 e 1961 foi chamado de “A Incidência do Metodologismo e Desenvolvimentismo” sobre o Serviço Social Brasileiro (ANDRADE, 2008, p.290). Acerca dessa tratativa, a autora destaca que:

No período de 1947 a 1961, o contingente (de profissionais) atingiu um patamar tal que as lutas, os enfrentamentos do corpo profissional, já não se dirigiam mais para aqueles primeiros objetivos, mas passaram a configurar uma luta pela especificidade da sua intervenção. Começou a circular a seguinte proposição: não basta afirmar a necessidade do trabalhador social, agora já é preciso dizer que só o Trabalhador Social, só o assistente social é capaz de resolver os problemas. Fica claro que esta mudança está vinculada a duas questões: 1) o quadro sociopolítico do país e 2) o próprio nível de institucionalização profissional, a regulamentação da profissão das práticas, que surgem no início dos anos 1950. (ANDRADE, 2008, p.291).

As colocações da fase anterior seguem desaguando neste novo ciclo, porém, em alguns aspectos, as preocupações são radicalmente diferentes umas das outras; em principal, surge a inédita questão de buscar os insumos científicos para a intervenção do assistente social. Observa-se então a incorporação da sociologia norte-americana na esfera do Serviço Social brasileiro, estabelecendo um alto nível de sistematização na resolução dos problemas sociais (ANDRADE, 2008).

O que nos chega não são mais as vagas ideias sobre caridade e fraternidade. Chega uma proposta articulada de catalogação, classificação e até de morfologização dos problemas, um conjunto técnico de intervenção já formalizado. Os norte-americanos não estavam mais tateando, já haviam formalizado uma teoria de intervenção em grupos, uma teoria do tratamento individualizado, ou seja, algo muito mais sofisticado. Pois bem, isto é o que chega ao Brasil. (ANDRADE, 2008, p.292).

Essas tendências absorvidas a partir do que foi pontuado anteriormente, de acordo com Andrade (2008), são responsáveis pelo que se vê durante toda a década de 1950 e início da década de 1960 – onde o Serviço Social passa a incorporar a política desenvolvimentista no ensino; isso significa que “ao Serviço Social caberia

contribuir para o aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos” (ANDRADE, 2008, p.283-284).

No ano de 1954, assistimos a ocorrência de um grande avanço para a categoria, quando, em abril, o presidente Getúlio Vargas assina o Decreto Lei nº 35.311, de 08/04/1954, regulamentando o ensino do Serviço Social no Brasil (BRASIL, 1954 apud ANDRADE, 2008);

Em seu artigo 2º, são definidas como finalidades do curso:

- I- Promover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social;
- II- Aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social;
- III- Contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais. (BRASIL, 1954 apud ANDRADE, 2008, p. 286).

As escolas de Serviço Social vão, em consequência, aumentando expressivamente sua quantidade, assim como vai se ampliando a categoria profissional; nesse período, há a legalização da profissão, o aumento da demanda institucional e o tratamento da questão metodológica do Serviço Social – que adquire relevância e se evidencia pela necessidade de afirmação profissional no âmbito da sociedade brasileira (ANDRADE, 2008).

No cenário mundial, durante os anos de 1950, a ONU empenha-se em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade como meio de solucionar os problemas de desenvolvimento (do capitalismo) enfrentado pelos países; logo, por recomendação da Organização das Nações Unidas, as Américas buscam impulsionar esses programas no continente (ANDRADE, 2008).

Como se pode ver, a preocupação do Serviço Social brasileiro com o DC está atrelada a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista, principalmente o Estado. (ANDRADE, 2008, p.284).

A partir daí, são realizados diversos eventos por todo o Brasil – a exemplos, em 1951 é realizado o primeiro seminário sobre DC, em Porto Alegre, em 1953 a ONU promove o Seminário de Bem-Estar Rural e em 1957 é realizado o Seminário de Adultos para o DC –, e o próprio Estado passa a reconhecer no método do Serviço Social de Comunidade um instrumento possível na colaboração para o desenvolvimento da nação (ANDRADE, 2008).

O Desenvolvimento de Comunidade, segundo a autora, foi uma estratégia lançada buscando garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo das ideologias não democráticas; partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo, julgava-se serem necessárias algumas mudanças para melhorar e desenvolver o sistema capitalista – para que essas populações paupérrimas não concordassem com uma transformação no sistema.

Acerca desse método incorporado na categoria profissional, Trindade (2001) afirma que

Quando o Serviço Social passa a atuar nos processos de desenvolvimento de comunidade é possível identificar mudanças no seu eixo de intervenção profissional: de uma prática restrita a atendimentos individuais e grupais centrados na promoção da tríade “ordem, moral e higiene”, a profissão volta-se também para o desenvolvimento de práticas cujo objetivo se expande para a promoção da harmonia social na relação Estado/Sociedade, através de uma abordagem mais coletiva. A intervenção em organização de comunidade busca melhorar o meio, as condições imediatas, deixando de centrar-se, apenas nas mudanças comportamentais do indivíduo e da família. Além disso, pode-se afirmar que o engajamento do Serviço Social no desenvolvimento de comunidade também significa uma busca de modalidades interventivas mais abrangentes do que o Serviço Social de Caso e de Grupo, ainda que estes continuem sendo aprimorados e utilizados nas grandes instituições assistenciais. Os processos educativos até então assumidos pelos assistentes sociais atingem indivíduos e pequenos grupos; com o desenvolvimento de comunidade os profissionais se engajam num trabalho voltado a parcelas mais abrangentes da população. Isso traz algumas inovações aos procedimentos interventivos do Serviço Social. (TRINDADE, 2001, p.13).

Partindo das ações de desenvolvimento de comunidade, o assistente social tem a oportunidade de trabalhar em uma equipe multidisciplinar, visto que passa a existir uma coletividade no trabalho que adquire maior impulso nas instituições. As intervenções voltadas às comunidades assumem um caráter educativo e mobilizador, atingindo diversos segmentos populacionais e diferentes áreas (com destaque à saúde e educação). Essa relação estabelecida entre profissionais de áreas distintas possibilita ao Serviço Social ampliar seus instrumentos de abordagem, absorvendo técnicas derivadas de outras disciplinas e fazendo com que o assistente social não mais limite sua prática às abordagens individuais (TRINDADE, 2001).

A vivência desse período entre os anos 1950 e 1960 representou um grande avanço para o Serviço Social brasileiro em relação ao que se experienciou em sua origem (ANDRADE, 2008);

[...] a reorientação da profissão, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, exigiu uma qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, tendo em vista atender às requisições de um Estado que começava a implementar políticas no campo social. A transição do eixo de influência franco-belga para a norte-americana no Serviço Social brasileiro, não criou uma incompatibilidade com os objetivos vigentes, foi considerada como um processo necessário na busca de uma organização científica e técnica que possibilitasse a instrumentação da prática. Na verdade, o Serviço Social norte-americano nos ofereceu o acesso tanto a conhecimentos diversificados quanto a métodos e técnicas, mas cabe observar que a aplicação desses conhecimentos se fez a partir de uma filtragem doutrinária. Sua grande contribuição foi a de ter atribuído um conteúdo mais “científico” à conhecida metodologia da Ação Católica – o ver-julgar-agir. Ocorreu uma modernização da profissão pela via da razão instrumental. (ANDRADE, 2008, p.296).

Doravante, os profissionais assistentes sociais passarão a enfrentar o terreno histórico da Ditadura Militar, que, para o Serviço Social, significou o início de uma revisão crítica no interior da categoria profissional – o chamado “Movimento de Reconceituação” (ANDRADE, 2008). Segundo Netto (2005), o Serviço Social no Brasil, até meados da década de 1960, não apresentava relevantes polêmicas, demonstrando relativa homogeneidade em suas intervenções, grande unidade nas propostas profissionais, abstenção político-partidária e carência de elaboração teórica significativa.

O autor afirma que existiu, no entanto, entre 1960-1964, uma sinalização da crise do Serviço Social “tradicional”; é através de quatro condutos – o amadurecimento dos setores da categoria profissional em sua relação com outros protagonistas, o desgarramento de segmentos da Igreja Católica em face de seu conservantismo tradicional, o espriar do movimento estudantil e o referencial das ciências sociais do período –, destacadamente, que a resultante desses componentes rebate no âmbito profissional de forma a criticar as práticas e representações “tradicionais” e a introduzir diferenciações no interior das práticas, exigindo uma nova roupagem ao Desenvolvimento de Comunidade²³. Esse desenvolvimento foi abortado pelo golpe de abril que instaurou a ditadura militar no País.

²³ “[...] rebatendo mediatamente o processo sociopolítico em curso e as suas tensões, divisavam-se três vertentes profissionais – uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à liberação social das classes e camadas subalternas.” (NETTO, 2005, p.140).

É na segunda metade da década de 1960, e mais expressivamente durante toda a década de 1970, que se inicia e se desenvolve, de fato, a ruptura com esse cenário, que tem em suas bases a laicização do Serviço Social; isso significa que, a diferenciação da categoria profissional em todos os níveis e a disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as instâncias (formação, intervenção, etc.), criaram condições ao exercício profissional que culminaram no processo de renovação da categoria sob a autocracia burguesa. (NETTO, 2005).

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das construções da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2005, p.131).

Netto (2005) destaca ainda que o processo de renovação se deu marcadamente em três diferentes direções; a primeira delas é a “perspectiva modernizadora”, que constituiu em um esforço de adequar o Serviço Social às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. Trata-se aqui de uma linha de desenvolvimento profissional cujos monumentos foram os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis²⁴, onde seu núcleo central é a tematização da categoria como interveniente, dinamizadora e integradora no processo de desenvolvimento.

A segunda direção se expressa a partir da segunda metade dos anos 1970, nomeada de “reatualização do conservadorismo”; essa vertente condensa o segmento do Serviço Social mais impermeável às mudanças. Refere-se a uma dimensão que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se afirma nova – se opera uma reatualização do passado católico-tradicional, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas (NETTO,2005).

²⁴ Para maiores informações acerca dos seminários, sugerimos a leitura da obra “Teorização do Serviço Social: Documentos Araxá, Teresópolis e Sumaré”, elaborada pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais).

A terceira e última é a “intenção de ruptura”, que se desenvolveu em momento simultâneo à segunda direção. Com significado de romper com o Serviço Social “tradicional”, essa vertente possui como substrato nuclear uma crítica sistemática à “tradição” teórica, metodológica, ideológica e interventiva da categoria. Na sua evolução ela recorre progressivamente à tradição marxista (NETTO,2005).

Ainda em consonância com o autor, entendemos que é na validação teórica, mais que em qualquer outra parte, que se desenvolve o processo renovador da categoria; de um lado, procura-se fundamentar sistematicamente os componentes do processo profissional – desde a análise histórica, passando pela intervenção técnica até às variáveis sociais que interferem na ação profissional –, e de outro, recorre-se a um vasto elenco de fontes teóricas e ideoculturais para operar esta fundamentação.

Em suma, o movimento configurado nesta abrangência franqueia o Serviço Social às incidências *atuais* do “mundo do trabalho” e do “mundo da cultura” e confere às suas elaborações um relevo estritamente intelectual. Não é um puro acaso, portanto que um dos traços mais salientes dessas elaborações seja a *ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social: a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido – é só no marco desta abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal.* (NETTO, 2005, p. 133, grifo do autor e grifo nosso).

Nos atendo a intenção de ruptura, ressaltamos que esse movimento, marcado principalmente pela aproximação do Serviço Social com a tradição marxista – como já havíamos pontuado anteriormente –, foi a tentativa mais radical de superar as implicações práticas e ideológicas do sincretismo profissional²⁵. Essa renovação emerge principalmente graças ao enfraquecimento da reprodução da autocracia burguesa, consequência dos movimentos de resistência democrática que ganharam

²⁵ A estrutura sincrética do Serviço Social corresponde ao exercício prático-profissional, estruturado no universo problemático original, no horizonte do exercício profissional e na modalidade específica de intervenção. Com a consolidação da madura sociedade burguesa, há a possibilidade abstrata de “recortar” qualquer segmento da vida social como legítimo setor para a intervenção profissional de agentes como os assistentes sociais, em qualquer que seja a esfera da sociedade. No entanto, mesmo no bojo dos procedimentos burocráticos-administrativos homogêneos, persiste a ineliminável heterogeneidade das situações, que o profissional só pode elidir pela abstração, elisão que não resiste exceto no plano da formalidade institucional. A multiplicidade quase infindável das refrações da “questão social” que esbatem no âmbito da intervenção profissional cruzam dimensões que não se deixam equalizar, escapando e desbordando dos modelos formal-abstratos de intervenção. Em suma: a fenomenalidade é o sincretismo; o assistente social é aquele que se vê posicionado de tal modo que o aparente sincretismo da matéria sobre a qual opera (a “problemática”) conjuga-se à perfeição com as condições da sua operação (a intervenção profissional como reordenadora de práticas e condutas cotidianas) (MARANHÃO, 2016).

dinamismo pela reinserção da classe operária na cena política, e se espalha dos quadros da universidade para os demais setores profissionais (MARANHÃO, 2016).

Esse processo é marcado pela refuncionalização da universidade, que passa a oferecer um campo profissional novo (na carreira docente) e menos inseguro ao cotidiano profissional, capaz de promover um projeto de ruptura com o passado “tradicional” e conservador.

Tanto as requisições de novos suportes teórico-metodológicos, a demanda de uma interação de novo tipo com as teorias e disciplinas sociais, como a necessidade de sistematizar e elaborar as práticas implementadas etc., tudo isso implicaria nesse processo. Por essas razões, o projeto de ruptura explicitou-se primeira e especialmente, como produto universitário de vanguardas acadêmicas [...]. [...] foi só no espaço universitário que se tornaram possíveis a interação intelectual entre assistentes sociais, que podiam se dedicar à pesquisa, e o posterior desenvolvimento de experiências-piloto para investigar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. (MARANHÃO, 2016, p.182).

Existem, ainda, dois tempos fundamentais na construção da intenção de ruptura destacados por Netto (2005): a elaboração do “Método Belo Horizonte” e a reflexão produzida por Marilda Iamamoto. O autor aponta que o trabalho produzido pelo grupo de BH, mesmo com seus equívocos, configurou a primeira concepção de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de evidenciar ao Serviço Social uma articulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas.

O projeto de ruptura do “Método BH” se plasmou na atividade da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, na primeira metade dos anos 1970 (NETTO, 2005);

[...] o “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro *projeto profissional*, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2005, p.276-277, grifos do autor).

Já no que tange à contribuição de Iamamoto, ele ressalta que a relevância de sua reflexão está na sinalização que seu trabalho traz da maioria intelectual da perspectiva da intenção de ruptura; o que infere na consolidação acadêmica desse

projeto e na mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias (NETTO, 2005).

Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. É *absolutamente* impossível abstrair a reflexão de lamamoto da *consolidação* teórico-crítica do projeto da ruptura no Brasil. (NETTO, 2005, p.276, grifos do autor).

Partindo para os finais da década de 1970, emergiu, em maio de 1978, o novo sindicalismo – este manifestou-se de forma expressiva no ABC paulista, numa onda grevista –, ao mesmo tempo em que havia uma mobilização popular nos bairros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), contribuindo para formar sujeitos políticos na luta por condições de vida na própria comunidade (FALEIROS, 2009); “os movimentos sociais se colocaram como oposição à ditadura e tiveram como objetivo abrir os espaços para a expressão dos interesses e reivindicações da população” (FALEIROS, 2009, p.45).

Quanto ao Serviço Social, vai-se construindo, nesse cenário, uma articulação da categoria com os movimentos sociais, a partir da sua inserção em trabalhos de bairro, e em articulação com organizações políticas, com uma perspectiva influenciada pelo movimento de reconceituação. É nesse contexto socioprofissional que, em setembro de 1979, realiza-se o III CBAS – cinco anos após a realização do primeiro evento, ocorrido em maio de 1974, no Rio de Janeiro –, na cidade de São Paulo, quando é lançada inclusive a “Revista Serviço Social e Sociedade”, que se propõe a contribuir para que os assistentes sociais assumam as lutas mais gerais do povo brasileiro (FALEIROS, 2009).

O Conselho Federal de Assistentes Sociais escreve o artigo de abertura da Revista, comprometendo-se com a democracia pluralista e militante, com a transformação das políticas sociais, com uma prática social crítica em defesa dos direitos sociais e por serviços sociais públicos, com estratégias de participação, organização e cidadania (CFAS, 1979 apud FALEIROS, 2009, p.50).

Segundo o autor, o congresso demarcou simbolicamente o movimento de ruptura de um modelo de relação do Serviço Social com o poder dominante; o denominado “Congresso da Virada” significou a manifestação da consciência de classe para o operariado e profissionais a eles aliados, proporcionada pelos movimentos sociais estruturados à época – “havia, pois, na própria dinâmica das contradições do

capitalismo a condição de possibilidade de uma aliança com os dominados, em contraposição à lógica modernizadora” (FALEIROS, 2009, p.53). É partindo desse marco histórico para a categoria que o Serviço Social vai gradualmente se reformulando e se transformando criticamente nas décadas seguintes, como veremos a posteriori.

2.2. O Serviço Social Pós-Congresso da Virada: Discussões e Posicionamento Crítico

São múltiplas as mediações que constituem o tecido de relações sociais que envolvem esse processo de produção e reprodução social da vida em suas expressões materiais e espirituais. Essas relações que constituem a sociabilidade humana, implicam âmbitos diferenciados e uma trama que envolve o social, o político, o econômico, o cultural, o religioso, as questões de gênero, a idade, a etnia etc. Dimensões com as quais se defronta cotidianamente o Serviço Social e em relação às quais se posiciona quer do ponto de vista explicativo quer do interventivo [...]. (YAZBECK, 2009, p.01).

O Serviço Social, como bem pontua a autora, encontra-se situado no complexo e contraditório espaço das relações sociais enquanto profissão regulamentada desde o ano de 1957. O posicionamento da categoria, como foi relatado anteriormente, se transformou durante os anos, até o marco histórico, no ano de 1979, do chamado “Congresso da Virada”; é considerando esse momento determinante na trajetória da profissão que dividimos neste trabalho a sua história em duas conjunturas distintas: o Serviço Social antes do Congresso da Virada, e o Serviço Social pós-Congresso da Virada. Nesta ocasião, discorreremos sobre o Serviço Social neste segundo lapso temporal.

Ainda em consonância com Yazbeck (2009), reconhecemos que é sobretudo com lamamoto, no início dos anos 1980, que a teoria social marxiana efetiva sua interlocução com a profissão; como matriz teórico-metodológica, essa teoria apreende o ser social a partir de mediações, reconhecendo que este não pode ser considerado em sua imediaticidade, mas sim a partir da compreensão dialética da realidade, em seu movimento contraditório.

Sobre isso, Boschetti pontua que:

Teórica e politicamente, o Serviço Social passou a incorporar as formulações da tradição marxista, o que possibilitou intenso e sólido avanço crítico na compreensão da realidade em uma perspectiva de totalidade, sendo o livro de Marilda lamamoto e Raul de Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social

no Brasil” o primeiro, contundente e ainda atual, marco e referência, seguido por várias obras fundamentadas na perspectiva marxiana nos anos seguintes, que foram decisivas na elaboração das novas diretrizes curriculares de 1982, e do novo Código de Ética de 1986. (BOSCHETTI, 2020, p.24).

Dentre os diversos expoentes da tradição marxiana presente no Serviço Social, Yazbeck faz um patamar geral sobre a relevância de alguns para o avanço teórico-crítico da categoria à época:

Nesta tradição o Serviço Social vai apropriar-se a partir dos anos 80 do pensamento de Antonio Gramsci e particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, à Georg Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, à E.P. Thompson e à sua concepção acerca das "experiências humanas", à Eric Hobsbawm um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear nossas produções teóricas, nossas reflexões e posicionamentos ideopolíticos. (YAZBECK, 2009, p.11).

Essa discussão acerca do referencial teórico-metodológico e interventivo da profissão a partir da tradição marxista se deu em um amplo debate em diferentes fóruns dos/as assistentes sociais; “trata-se de um debate plural, que implica na convivência e no diálogo de diferentes tendências, mas que supõe uma direção hegemônica” (YAZBECK, 2009, p.11-12). O pluralismo é uma questão problemática que permeia o Serviço Social, correndo-se o risco de cair no ecletismo, porém é inegável que a centralidade teórica da categoria é assumida pelo marxismo.

Num cenário nacional, a década de 1980, foi marcada por intensos movimentos contrários à Ditadura Militar – vigente no País até 1985 –; a exemplo, temos o movimento nacional das “Diretas Já!”, exigindo voto direto à representação no Congresso, diversas greves trabalhistas, além de movimento estudantis e culturais. Foram realizados três CBAS neste período (1983, 1986, 1989) que dedicaram-se a dar continuidade ao que se propôs no CBAS de 1979 – seguir transformando a reconceituação profissional em mediações concretas na Construção do Projeto Ético Político Profissional. Além disso, a categoria estava marcando presença nas ruas em todas as lutas pelas liberdades democráticas, nos movimentos contra a repressão, na

defesa dos direitos sociais e da Seguridade Social²⁶ na Constituinte de 1987-1988 (BOSCHETTI, 2020).

Construímos um Projeto Ético Político Profissional comprometido com as lutas da classe trabalhadora e com um Projeto Societário na perspectiva de superação do capitalismo, mas entendendo a mediação do projeto profissional nas necessárias lutas e conquistas do Estado Democrático de Direitos, ainda que nos limites da Cidadania Burguesa, na qual a Constituição de 1988 foi o marco decisivo. Engrossamos as fileiras de militância no Partido dos Trabalhadores e participamos na eleição das assistentes sociais Maria Luiza Fontenelle como primeira mulher e primeira prefeita de capital eleita pelo PT em Fortaleza em 1985 e Luíza Erundina para a Prefeitura de São Paulo em 1988. [...] Foi uma década de fundamentais resistências, de efervescência cultural e política, mas também de aprofundamento da dependência econômica, de intensa crise social, de agudização das desigualdades [...]. (BOSCHETTI, 2020, p.25).

Nos anos 1980, a pobreza se converte em tema central na agenda social, quer por sua crescente visibilidade, quer pelas pressões de democratização que caracterizam a transição; a chamada “década perdida” deixou um aumento considerável no número absoluto de pobres, além de caracterizar-se por um período de reformas neoliberais, redução da autonomia nacional, ajuste fiscal, vulnerabilização do trabalho e erosão do sistema público de proteção social em detrimento da recuperação econômica (YAZBECK, 2009).

Apesar desse cenário de retração dos investimentos públicos no campo social, passou a se constituir no Serviço Social no pós-Constituição e sistema de Seguridade Social de 1988, uma significativa mudança para os profissionais; a ultrapassagem da condição de executores de políticas sociais, para assumir posições de planejamento e gestão dessas políticas. É notável, desde os anos 1990, em todo o território nacional, a participação e o protagonismo dos/as assistentes sociais em fóruns e conselhos vinculados às políticas de saúde, de assistência social e outras, marcando presença ativa na defesa de direitos e no controle social das políticas públicas (YAZBECK, 2009).

²⁶ “A Seguridade Social, em construção no país, após a Carta Constitucional de 1988, afirma o direito dos cidadãos brasileiros a um conjunto de direitos no âmbito das políticas sociais (Saúde, Previdência e Assistência Social). A noção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais. Essa cobertura é social e não depende do custeio individual direto. A inserção do Serviço Social brasileiro nos debates sobre essa cobertura social marcou a década.”. (YAZBECK, 2009, p.17).

Partindo justamente para essa década, de acordo com Boschetti (2020), com a derrota da esquerda nas eleições presidenciais de 1989 e a vitória de Fernando Collor de Melo – impeachmado em 1992 –, abriu-se as portas no país para o acirramento do neoliberalismo, que viria a instaurar-se efetivamente no Brasil com a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1994; exemplo disso foi que

As primeiras regulamentações das três políticas constitutivas da Seguridade Social (previdência social, saúde e assistência social) foram contidas por vetos parciais (saúde e previdência) ou integrais (assistência social) do Governo Collor aos projetos de lei, e ao se instituir, restringiram a amplitude dos direitos conforme previstos na Constituição Federal: **ali começava o longo e irredutível processo de contrarreformas sociais.** (BOSCHETTI, 2020, p.26, grifos nossos).

Os anos 1990 no Brasil foram marcados por processos de privatização de empresas estatais, redução dos espaços políticos de controle democrático, contrarreformas do Estado e da previdência social, e, no âmbito da assistência social, tivemos uma perda significativa com o solidarismo primeiro damista, que desconsiderou a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) aprovada em 1993 e instaurou o Programa Comunidade Solidária como carro-chefe da assistência no País (BOSCHETTI, 2020).

Trata-se de um contexto em que são apontadas alternativas privatistas e refilantropizadas para questões relacionadas à pobreza e à exclusão social. Cresce o denominado terceiro setor, amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, não lucrativas, sem clara definição, criadas e mantidas com o apoio do voluntariado e que desenvolvem suas ações no campo social, no âmbito de um vastíssimo conjunto de questões, em espaços de desestruturação (não de eliminação) das políticas sociais, e de implementação de novas estratégias programáticas como, por exemplo, os programas de Transferência de Renda, em suas diferentes modalidades. (YAZBECK, 2009, p.16).

De acordo com a autora, é nessa conjuntura que emergem processos e dinâmicas que colocam para a profissão novas temáticas, novos – e os mesmos – sujeitos e questões, como: desemprego, trabalho precário, os sem-terra, trabalho infantil, moradia nas ruas ou em condições de insalubridade, violência doméstica, discriminações por questão de gênero ou etnia, drogas, expansão do contágio da AIDS, crianças e adolescentes de rua, doentes mentais, pessoas com deficiências, envelhecimento sem recursos e outras tantas questões sempre associadas à temática da pobreza, da subalternidade e da exclusão.

Apesar de tudo, houve forte resistência social, e o período foi vivenciado por importantes mobilizações e lutas da classe trabalhadora, como a Greve dos Petroleiros (1995), das Universidades Públicas (1998) e a Marcha do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para Brasília (1998), que foram determinantes no desgaste do governo neoliberal de FHC (BOSCHETTI, 2020).

Quanto ao Serviço Social, este seguiu firme ao compromisso de defender os princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional;

[...] participou ativamente nos processos de regulamentação das Políticas de Saúde, da Assistência Social, do Estatuto da Criança e Adolescente, e se posicionou firmemente contra o Programa Comunidade Solidária. Denunciou teórica e politicamente o desmonte da seguridade social em diversas publicações de livros, artigos e posicionamentos do Conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS, e se aliou às principais lutas da classe trabalhadora, se engajando às principais greves e mobilizações dessa Década. (BOSCHETTI, 2020, p.26-27).

No que tange ao contexto profissional, foi formulada uma nova regulamentação da profissão com atualização do Código de Ética – de acordo com a resolução 273/1996, do CFESS – e da Lei de Regulamentação Profissional – Lei Federal 8662/1993, que estabeleceram seus princípios ético-políticos-profissionais e suas atribuições e competências, em sintonia com as lutas sociais em projeção da emancipação humana e da defesa dos direitos da classe trabalhadora. Outro marco à época foi a elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, aprovadas em 1996, que estruturaram a formação profissional em consonância com o Projeto Ético Político Profissional e marcaram a maturidade da categoria na produção acadêmica crítica (BOSCHETTI, 2020).

Essa Década viu florescer e proliferar no Serviço Social publicações de livros e artigos fundamentados na tradição marxista, sobre as mais diversas temáticas, como Serviço Social, Ética, Direitos Humanos, Direitos Sociais, Questão Social, Política Social, Estado, entre tantos outros que se espalharam como referências nas ciências humanas e sociais. **Os três CBAS realizados nessa década - 1992, 1995, 1998 – formularam contundentes críticas aos governos neoliberais e assumiram intensamente a defesa dos direitos, das políticas sociais e da radicalização da democracia, como elementos fundamentais no atendimento às demandas sociais e à realização das atribuições e competências profissionais.** Na década de introdução do neoliberalismo no país, a hegemonia crítica no Serviço Social brasileiro marchou na contracorrente, não fugiu da luta, e apesar das “invasões positivistas”, não se rendeu às incidências pós-modernas que se esforçavam para se infiltrar na profissão. (BOSCHETTI, 2020, p.27, grifos nossos).

Observamos então que a posição assumida pelo Serviço Social de defesa do Projeto Ético Político Profissional vinha sendo constantemente reafirmada, e havia sim a necessidade de fazer isso em todos os âmbitos, desde os espaços acadêmicos até ocupando as ruas conjuntamente com as lutas sociais e trabalhistas. Em se tratando da academia, um dos obstáculos enfrentados pela categoria foi a interferência do chamado “pensamento pós-moderno”²⁷, que dirigia sua crítica à razão, resgatando valores negados pela modernidade e criando um universo descentrado, fragmentado, relativo e fugaz – essas críticas foram produzidas historicamente e se relacionam com a emergência de modos mais flexíveis de acumulação capital, questionando as relações sociais e todo o contexto macro societário no qual se encontra inserido o Serviço Social tanto em sua investigação quanto em sua intervenção profissional (YAZBECK, 2009).

Na virada do milênio, o Serviço Social enfrenta a continuidade dos processos de globalização iniciados no fim do século anterior, caracterizados pela valorização do capital financeiro, pelas grandes corporações transnacionais, pelos mercados, mídias e estruturas mundiais de poder e, conseqüentemente, a reverberação dessa teia de ações na configuração da “questão social”; há uma precarização, insegurança e vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, que passam a enfrentar mais gritantemente o desemprego, a informalidade e o trabalho desprotegido (YAZBECK, 2009).

Nesses anos, assim como na última década do século XX, tornaram-se evidentes as inspirações neoliberais da política social brasileira, face às necessidades sociais da população. Uma retomada analítica dessas políticas sociais revela sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado. Estas políticas focalizadas permaneceram e se expandiram no governo Lula, como é o caso dos programas de Transferência de Renda. (YAZBECK, 2009, p.23).

²⁷ “A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do micros social (em si mesmos) restaurando o pensamento conservador e antimoderno. Seus questionamentos são também dirigidos à ciência que esteve mais a serviço da dominação do que da felicidade dos homens. Assim ao afirmar a rejeição à ciência o pensamento pós-moderno rejeita as categorias da razão (da Modernidade) que transformaram os modos de pensar da sociedade, mas não emanciparam o homem, não o fizeram mais feliz e não resolveram problemas de sociedades que se complexificam e se desagregam.”. (YAZBECK, 2009, p.19-20).

Em se tratando exatamente desse governo, temos no início da década de 2000 – especificamente em 2003 – a eleição do primeiro presidente trabalhador pelo PT (Partido dos Trabalhadores); no entanto, esse foi um marco de rompimento da esquerda, onde o presidente, após se render ao mercado, deu continuidade a contrarreformas na previdência – principalmente nos anos de 2003 e 2005 –, estendendo a restrição da previdência aos servidores públicos e estimulando os planos privados de seguro social, além de abarcar cada vez mais ajustes fiscais, fazendo com que, no ano de 2004, após militantes da esquerda abandonarem o PT por não mais concordarem com a direção política a qual o partido estava se encaminhando, fosse criado o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) (BOSCHETTI, 2020).

O governo “democrático-popular” eleito assume matiz social-liberal, e fortalece o que Iasi (2019) designou de uma forma de “consciência democrática-cidadã”, que conjugou o fortalecimento de políticas de direitos humanos, a defesa da diversidade, da tolerância aos diversos padrões de conduta religiosa, sexual, política e cultural, com o desenvolvimento de medidas antissociais, como os ajustes fiscais e redução da previdência pública e o abandono dos projetos de reformas estruturais (agrária, do trabalho, urbana, universalização da seguridade social), que seriam absolutamente fundamentais para reduzir a desigualdade, e desconcentrar a propriedade e a riqueza. (IASI, 2019 apud BOSCHETTI, 2020, p.28).

Neste período, a política de Assistência Social recebeu uma atenção especial e se tornou o carro-chefe das políticas sociais, principalmente através da instituição e expansão do Bolsa Família (desde 2003), e da criação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social – (2004)²⁸; essas medidas, em conjunto com a valorização do salário mínimo, possibilitaram a redução da fome e da miséria, atendendo às necessidades básicas da classe trabalhadora, entretanto, não foram capazes de apaziguar e menos ainda de suprimir as desigualdades estruturais, e a forte concentração de renda e de propriedade no País (BOSCHETTI, 2020).

Para o Serviço Social, essa foi uma década bem marcante;

O Serviço Social se expande enormemente nessa década, como resultado da regulamentação da LDB e do novo redesenho no ensino superior provocado pelo Reuni, Prouni, Expansão do EAD, Enade. **No final da**

²⁸ “O SUAS – criado a partir da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) – é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social. É um modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir ações de assistência social.”. (YAZBECK, 2009, p.23).

década, em 2009, éramos 87.000 profissionais. Somente em um ano formamos o correspondente a 20% do que formamos em 40 anos (entre 1936 e 1976), e já éramos o segundo maior colégio de Assistentes Sociais do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Ampliamos a atuação profissional em todas as políticas sociais, especialmente na saúde, assistência social e no chamado campo sócio-jurídico. Na previdência social, lutamos e conseguimos impedir a extinção do Serviço Social no INSS e assegurar o concurso público para 900 vagas em 2008. (BOSCHETTI, 2020, p.29, grifos nossos).

De acordo com a autora, essa significativa expansão do número de profissionais assistentes sociais permitiu à categoria ocupar cada vez mais espaços, especialmente na formulação e gestão de políticas públicas, nos Conselhos de Gestão e Controle Social das Políticas Sociais e Direitos Humanos, assumindo em seu cotidiano uma intervenção pautada na defesa dos direitos da classe trabalhadora e mediando o atendimento às suas demandas e necessidades mais imediatas. No entanto, essa ampliação ocorria em concomitância com o aumento da precarização na formação e no trabalho profissional.

As Organizações da categoria (ABEPSS e Conjunto CFESS/CRESS), atentas a esse movimento da realidade, investiram fortemente em regulações para aprimoramento dos mecanismos políticos e jurídico-normativos, em resposta ao processo de precarização da formação e do exercício profissional. Lançam o Projeto Ética em Movimento, asseguram a autonomia das entidades face aos Governos e Partidos, mapeiam a formação em EAD e lançam a Campanha “Educação não é Fast Food”, qualificam a atuação nos Conselhos de Direitos, iniciam a realização de diversos Seminários Nacionais para debater e formular orientações para o trabalho nas políticas sociais, sendo o primeiro na área da assistência social em 2009. (BOSCHETTI, 2020, p.29-30).

As fissuras no campo da esquerda geraram no Serviço Social um debate acerca da possibilidade de uma crise de hegemonia do Projeto Ético Político; apesar de essa ser uma discussão ainda reflexiva na profissão, o Serviço Social segue atento às tendências destrutivas do capitalismo, e tem nas suas entidades representativas a direção política e crítica demarcada e assegurada – a categoria continua reafirmando os princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional, orientado por um projeto societário anticapitalista e construtor de mediações fundamentais no exercício profissional e na defesa dos direitos sociais. (BOSCHETTI, 2020).

2.2.1. O Serviço Social e o Debate Racial

O racismo está enraizado na nossa sociedade, por isso é preciso evidenciá-lo, para que seja possível o apreender e levá-lo ao centro do debate da profissão.

Segundo Jesus; Alves; Eurico (2019, p.02), "a discussão da questão étnico-racial por parte da categoria profissional, desde a formação até as instâncias de representação, colabora com o processo de consolidação do projeto ético-político da profissão", além de compor e reafirmar o compromisso com as lutas sociais, já que é preciso que se aponte que o racismo é sim estrutural, e que a sua continuidade está interligada com o sistema e modo de produção capitalista.

Partimos da concepção marxista de que as relações sociais se fundam por meio do trabalho. O trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si: a) a divisão social fundada nas relações entre as classes; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a ela vinculadas (CISNE; SANTOS, 2018, p.25).

Para que se possa recordar, durante o engendramento do Serviço Social, na década de 1930, a população negra continuou desprotegida, sendo jogada às margens da sociedade e enfrentando desigualdades, como a pauperização e a miséria. Sendo assim, passou a ser vista como um objeto de caridade, e em detrimento disso, acabou estabelecendo um vínculo com o eugenismo que pairava pelo território Brasileiro na época em questão. O serviço Social adentra nesse cenário enquanto fruto das relações sociais, numa configuração atrelada aos ideais da classe dominante.

De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. (GONÇALVES, 2018, p.515).

A autora em questão dialoga que mesmo entre uma harmonia entre raças ou num projeto eugenista, os Assistentes Sociais da época, não percebiam como a questão racial, estava no cerne da "Questão Social", nosso objeto de intervenção. Ela defende, levando em consideração os fatos evidenciados durante a história brasileira, que

[...] A questão racial não é apenas expressão da "questão social", ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo

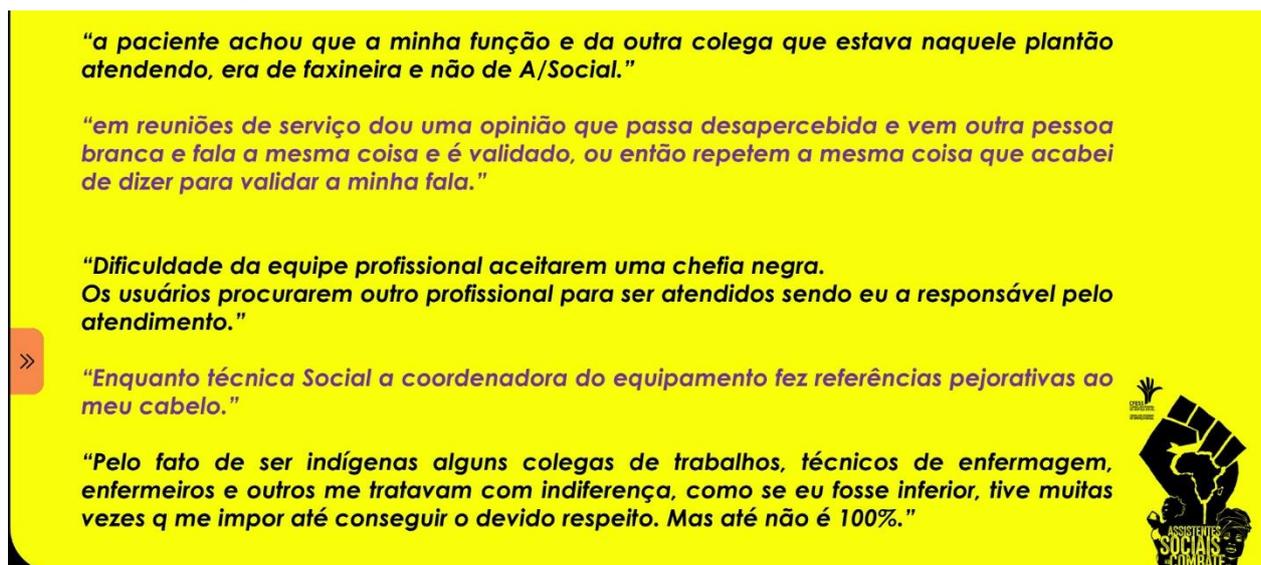
entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. (GONÇALVES, 2018, p.515).

Atualmente se faz ainda mais necessário o debate sobre a questão racial dentro do Serviço Social, para que possamos avançar cada vez mais nesse debate. Moreira (2020) analisa que a população negra é a grande maioria que faz uso dos serviços em que o Serviço Social/Assistentes Sociais atuam e, ainda assim, existe uma face contraditória que se infiltra na profissão, já que muitos profissionais do Serviço Social não entendem a importância de discutir a questão racial.

Isso pode ser evidenciado nos resultados parciais de uma pesquisa realizada pelo CRESS/SP, através do Comitê de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Um dado que merece reflexão é que 49% dos/as profissionais já presenciaram situações de preconceito/discriminação sofrido por usuários/as, porém, 61% alegaram que em seus espaços sócio ocupacionais não há nenhuma atividade ou discussão com a população usuária sobre a questão étnico-racial. Além disso, 35% relataram também que não utilizam o quesito raça/cor nos instrumentais de atendimento, pois não se trata de algo importante e que a profissão ainda não viu essa necessidade. (MOREIRA, 2020, p.88).

Nessa mesma pesquisa fica evidente que até mesmo os profissionais de Serviço Social têm contato e são alvo de racismo durante o exercício profissional, e que não se trata de algo estritamente direcionado aos usuários do Serviço em que estão atuando.

Imagem 4: Relatórios de Assistentes Sociais acerca do Racismo na Profissão



Fonte: Campanha do CFESS "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo"

Segundo o autor,

Isso evidencia o quanto precisamos avançar no debate e na formação antirracista, visto que a ausência dessa discussão contribui para percepções

como essas e, deste modo, para a reprodução do racismo institucional. (MOREIRA, 2020, p.88).

É preciso que haja um avanço dentro da profissão, no sentido de qualificar o debate em volta do Racismo e suas expressões cotidianas, para aguçar a percepção dos profissionais de Serviço Social, pois a ausência dessa discussão em volta da questão racial, termina formando profissionais acríticos no exercício profissional (MOREIRA, 2020).

Portanto, é necessário avançarmos na qualificação teórica e ético-política para o enfrentamento ao racismo e também no debate sobre as vantagens conquistadas pelo grupo racial dominante com a manutenção e o silenciamento em relação às profundas desigualdades vivenciadas pela população negra – o que demanda discutirmos criticamente os privilégios da branquitude, aqui entendido como uma estrutura de poder na qual a população branca vivencia uma série de privilégios socialmente construídos, em detrimento da população negra. Essa discussão é fundamental para avançarmos no entendimento de que esse grupo também faz parte de uma raça construída socialmente – nesse caso a dominante – e que do mesmo modo que os corpos negros “herdam” o genocídio, a violência e uma série de desvantagens, inversamente, as pessoas brancas também usufruem dos privilégios que lhes são estruturalmente atribuídos pela sua condição étnico-racial. (MOREIRA, 2020, p.88).

Por isso, o Serviço Social precisa reafirmar cotidianamente o compromisso com seu projeto ético-político e com a defesa da classe trabalhadora, principalmente a população negra que já é tão atravessada por desigualdades na sociedade; para tanto, as entidades representativas da categoria devem estar sempre atentas à questão racial, colocando-a em evidência para o debate e combatendo-a expressamente.

2.3. As Entidades Representativas do Serviço Social: ABEPSS, ENESSO e Conjunto CFESS/CRESS

As principais entidades representativas do serviço social brasileiro são: o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) – o chamado “Conjunto CFESS/CRESS” –, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Cada uma delas possui atribuições próprias, autonomia representativa e funções específicas, porém juntas elas representam a base social de sustentação política profissional, necessária à manutenção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil (RAMOS, 2011).

Tais entidades materializam uma ação política que é um dos fatores que garantem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja, com a emancipação humana. A Abepss (ao coordenar o debate sobre o projeto de formação profissional), o Conjunto Cfess/Cress (entidade responsável pela fiscalização do exercício profissional) e a Enesso (que dirige a mobilização do Movimento Estudantil de Serviço Social) têm se constituído, portanto, em locus de debates teórico-políticos e lutas que põem em cena os limites e contradições da ordem do capital, contribuindo, dessa forma, para a construção do projeto ético-político profissional, hegemônico no Serviço Social brasileiro. (RAMOS, 2011, p.114).

A ABEPSS é a mais antiga entidade representativa do Serviço Social; organizada em 1946 por conta da relevância da questão da regulamentação do ensino, colocada em pauta no Congresso Pan-Americano de 1945, a inicialmente nomeada ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) foi montada a partir das três escolas pioneiras no ensino de Serviço Social – Instituto Social (RJ), Escola de Serviço Social (SP) e Instituto Social (SP) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Tendo em vista promover o intercâmbio e a colaboração entre as escolas filiadas, além da adesão a um padrão mínimo de ensino, a ABESS desenvolveu uma campanha constante para o reconhecimento e a institucionalização do ensino e da profissão, representando o interesse coletivo das escolas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Dentre os marcos na trajetória da Associação, destacam-se, primeiramente, a Convenção de 1979, quando esta assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se de “Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social” para Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ainda ABESS. A criação do CEDEPSS (Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social), na década de 1980, é outro acontecimento importante, propulsionando os avanços teórico-metodológicos e ético-políticos da formação profissional e da ABESS, no que tange aos programas de Pós-Graduação (BEHRING; RAMOS, 2009).

Posteriormente, na segunda metade da década de 1990, mais especificamente no ano de 1996, há uma nova mudança de nome, onde a ABESS se transforma em ABEPSS (BEHRING; RAMOS, 2009); justifica-se o ocorrido

[...] em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior. (BEHRING; RAMOS, 2009, p. 158).

Entendemos, no entanto, que esses processos transpassados pela Associação não foram simples e imediatos, mas sim polêmicos – repletos de disputas e debates, em uma dinâmica de confrontos entre perspectivas diferenciadas, o que, por vezes, gerou conflitos entre as entidades e sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que contribuiu para o amadurecimento desses protagonistas e enriqueceu o debate profissional (BEHRING; RAMOS, 2009).

Uma marca na trajetória da ABESS/ABEPSS tem sido exatamente esta: o processo democrático expresso na participação intensa dos sujeitos que constroem a formação profissional, com debates enraizados nas unidades de formação acadêmica, nas regionais e no nível nacional. (BEHRING; RAMOS, 2009, p.158).

Outros marcos relevantes são: o Currículo Mínimo (1982), a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996) e a aprovação da Política Nacional de Estágio – PNE – (2012). A primeira proposta fez parte da renovação profissional, representando a conexão da formação com a realidade social brasileira, em um momento de redemocratização e ascensão das lutas dos trabalhadores; significou a afirmação de uma nova direção social hegemônica no âmbito acadêmico-profissional, que se consolidou exatamente com a elaboração das Diretrizes Curriculares – processo de construção esse no qual a ABEPSS foi incontestavelmente protagonista (BEHRING; RAMOS, 2009).

Ao longo da sua história, a ABEPSS construiu diversos instrumentos e ações de luta no sentido de fortalecer a formação em Serviço Social. Dentre esses se destacam: as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, a Política Nacional de Estágio, o Projeto ABEPSS Itinerante, as Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e Pós-Graduação, os Fóruns de Supervisão, Fórum de coordenadores de pós-graduação, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social e a TV ABEPSS. A entidade é responsável também pela edição da Revista Temporalis e por organizar o Encontro dos editores dos periódicos da área de serviço social. (ABEPSS, 2020, s/p).

Sistematizando a essência e as responsabilidades da Associação, de acordo com seu estatuto, no que diz respeito "da natureza e finalidades" da ABEPSS, tem-se:

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS com sede e foro jurídico e administrativo

em Brasília/DF, é uma entidade civil, de natureza acadêmico-científica de âmbito nacional, de direito privado, sem fins lucrativos e com duração indeterminada.

[...]

Art. 2º - A ABEPSS tem como finalidades:

I - Propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação;

II - Fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais;

III - Contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias;

IV - Propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-Graduação;

V - Estimular intercâmbios e colaborações nacionais e internacionais entre as Unidades de Formação Acadêmica, grupos de pesquisa, pesquisadores, entidades representativas da categoria dos assistentes sociais;

VI - Promover articulação entre associações acadêmicas e científicas congêneres;

VII - Apoiar iniciativas de criação de Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no país;

VIII - Acompanhar o processo de autorização, reconhecimento e renovação dos cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação;

IX - Fomentar e estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa nas universidades e/ou outras instituições voltadas para a pesquisa;

X - Estimular a publicação da produção acadêmica na área de Serviço Social e assegurar a publicação semestral da Revista Temporalis como revista nacional da ABEPSS;

XI - Divulgar cadastro de pesquisadores em Serviço Social;

XII - Promover eventos acadêmico-científicos na área do Serviço Social;

XIII - Manter atualizadas as subáreas de conhecimento e especialidades em Serviço Social nos órgãos de fomento à pesquisa, adequando-as aos eixos temáticos de orientação acadêmico-científica, definidos no âmbito da ABEPSS;

XIV - Representar e defender os interesses da área de Serviço Social, nas agências de fomento no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão;

XV - Fortalecer a concepção de ensino de graduação presencial, denso, crítico, laico e numa perspectiva de totalidade. (ABEPSS, 2017, p. 01-03, grifos nossos).

Em se tratando da ENESSO, Lima (2019) pontua que a entidade teve origem no ano de 1963, com a ocorrência do primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, que aconteceu em Porto Alegre/RS e resultou na fundação da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS). No entanto, ao enfrentar o período ditatorial brasileiro, a Executiva teve sua atuação pausada no ano de 1968 após o estabelecimento do Ato Institucional número 5 – popularmente, AI-5 –, que impediu todas as formas de organização coletiva e de expressão política existentes. É importante destacar que a ENESSO está diretamente ligada ao MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social –, que organiza e representa as/os estudantes

da profissão, e, segundo documentos históricos, se estruturava desde 1961 (ENESSO, 2014).

Nos fins da década de 1970, período marcado por importantes manifestações e greves – e ainda por uma perspectiva de abertura política no Brasil –, com a extinção do AI-5 e a rearticulação do Movimento Estudantil num âmbito nacional, tem-se a volta da vinculação do MESS e a realização, em 1978, em Londrina/PR, do I Encontro Nacional das/dos Estudantes de Serviço Social (ENESS); reunindo cerca de vinte e quatro escolas e tendo como tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”, o encontro marca o primeiro evento realizado pelo MESS, que a partir dali viria a ocorrer anualmente, e assim o MESS vai se moldando e fortalecendo sua estrutura organizativa (LIMA, 2019).

O IV ENESS, sediado em Recife (PE), pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), em 1981, foi marcado pela presença de profissionais e diversos partidos políticos, contribuindo no debate estudantil. E a nível de formação profissional, os debates propostos pelo MESS estavam sintonizados com o conjunto de discussões que se desenrolavam no corpo profissional e, por isso, evidenciava-se a necessidade de romper com o modelo tradicionalista e conservador da profissão e com a dicotomia teórica e prática. (LIMA, 2019, p.41).

O X ENESS, que aconteceu em 1988, no Rio de Janeiro/RJ, constituiu-se como marco através da criação da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE), cuja finalidade era potencializar a organização política das/os estudantes de Serviço Social junto a UNE (União Nacional de Estudantes). Quatro anos depois, em 1992, após diversas discussões e debates acerca da atuação da UNE – de que esta não estava cumprindo com seu papel representativo –, o MESS rompeu com essa entidade e voltou a se colocar e a ser reconhecido como ENESS (ENESSO, 2014).

No ano seguinte, durante a realização do XV ENESS, em São Leopoldo/RS, as/os estudantes deliberaram a mudança de nomenclatura da SESSUNE para a ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social –, objetivando manter a garantia de uma maior autonomia política com relação à UNE, assim como fortalecer as lutas específicas do Serviço Social (LIMA, 2019).

Em relação ao seu Estatuto, a ENESSO apresenta uma particularidade; a cada três anos são realizados encontros nacionais estatutários para que seja reformulado o

que for necessário no estatuto vigente até então, reelaborando as regras e normas que servem como diretriz em toda a Executiva a nível nacional nesses encontros. (ENESSO, 2019). Em sua primeira seção: “Da Natureza, Princípios e Finalidade”, o Estatuto vigente neste ano (elaborado em 2019) traz as seguintes deliberações:

Art. 1º A Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) é a entidade máxima de representação de estudantes de Serviço Social do país, sem fins lucrativos, tendo suas coordenações regionais e nacional, eleitas anualmente no Encontro Regional de estudantes de Serviço Social (ERESS) e no Encontro Nacional (ENESS), respectivamente.

§1º A ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, presencial, laica, popular, democrática, de qualidade e com acesso universal, que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência, conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um novo projeto societário sem dominação, exploração de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual ou de qualquer forma.

[...]

Art. 2º A ENESSO tem como finalidade:

- a) fomentar e potencializar a formação político-profissional das/os estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas, através da realização de seminários, oficinas, participação nos pré-encontros e pós-encontros, material informativo, construção de campanhas relativas às lutas estudantis, da categoria e da classe trabalhadora;
- b) promover e apoiar a construção e organização, onde não existam, das entidades de base, Centros Acadêmicos - CAs, Diretórios Acadêmicos - DAs e Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs, além de fomentar a importância das secretárias de escola e fortalecer politicamente as já existentes;
- c) promover e participar do debate acerca das demandas das/os estudantes de Serviço Social;
- d) promover e participar do debate acerca das demandas da classe trabalhadora;
- e) compromisso com a busca permanente de contato e articulação das/os estudantes de Serviço Social com a categoria das/os Assistentes Sociais, suas entidades regionais, nacionais e latino-americanas;**
- f) viabilizar a integração com movimentos populares e sociais classistas que fortaleçam as discussões anticapitalistas, antirracistas, antipatriarcais e anti-LGBTfóbicas. Desta forma, mantendo autonomia política e financeira em relação a esses, como forma de crescimento político das estudantes e de reforço e ampliação das lutas desses movimentos;**
- g) consolidar o contato e articulação com as demais executivas de curso, a fim de fortalecer o Movimento Estudantil com a participação efetiva da ENESSO na Federação Nacional de Executivas de Cursos - FENEX discutindo, formulando e construindo novas alternativas de luta para o Movimento Estudantil;
- h) compor a comissão organizadora dos encontros locais, estaduais, regionais, nacionais de Serviço Social junto com as escolas sede dos eventos, assim como também, participar dos encontros internacionais de Serviço Social, buscando a articulação com as demais entidades da categoria para a realização dos mesmos. (ENESSO, 2019, p.04-05, grifos nossos).

Quanto à sua organização, em âmbito nacional, a ENESSO se estrutura e se representa pela Coordenação Nacional (CN), que é responsável por executar as estratégias deliberadas nos ENESSs – essa coordenação é eleita anualmente durante a realização do evento. Em se tratando da divisão regional, a entidade se separa em sete diferentes áreas, estrategicamente pensadas para melhor realização e fortalecimento do MESS (ENESSO, 2014).

Em cada Região o MESS se organiza e se representa pela ENESSO com suas Coordenações Regionais – CRs. A coordenação regional tem como tarefa aproximar a militância correspondente com as discussões locais, regionais e nacionais, para isso é preciso articular dentro da sua região a aproximação entre as suas escolas. É um forte espaço de fortalecimento da base do Movimento. As Coordenações Regionais são eleitas anualmente, no ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social. (ENESSO, 2014, p.06).

A título de curiosidade, as regiões são divididas em: 1 – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia e Roraima; 2 – Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte; 3 – Alagoas, Bahia e Sergipe; 4 – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins; 5 – Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; 6 – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e; 7 – São Paulo (ENESSO, 2014).

No que tange ao Conjunto CFESS/CRESS, atualmente este compreende o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), com sede em Brasília/DF, somado a vinte e seis Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e uma Seccional de Base Estadual, localizada no Amapá. Criados através da Lei 8.662/93, cada entidade referida é dotada de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, com o objetivo básico de orientar, fiscalizar, disciplinar e defender o exercício da profissão do assistente social em todo o território nacional (CRESS 2ª REGIÃO, 2016).

O Conjunto CFESS/CRESS aparece pela primeira vez na profissão no ano de 1962, a partir do estabelecimento do Decreto nº 994/1962 – complementar à primeira Lei de Regulamentação Profissional (Lei 3.252/1957)²⁹ –, que previa que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS); ao serem

²⁹ A Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que foi complementada pelo Decreto do Conselho de Ministros nº 994, de 15 de maio 1962, foi revogada pela Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Para maiores informações, acessar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3252.htm>.

criados, levando em consideração principalmente o período de reordenação do capitalismo enfrentado naquele momento, os conselhos têm características e funções meramente legalistas, controladoras e burocráticas, servindo ao controle político do Estado sobre as atividades dos profissionais liberais. Nessa época, os Conselhos deveriam responder ao Ministério do Trabalho, o que limitava sua autonomia plena (ABREU, 2012).

Os Conselhos profissionais nos seus primórdios se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíram num espaço coletivo de interlocução. A fiscalização se restringia à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido. Tais características também marcaram a origem dos Conselhos no âmbito do Serviço Social. (CFESS, 2022, s/p).

Segundo Abreu (2012), a criação das entidades de fiscalização no âmbito do Serviço Social coincide com um período de desenvolvimento da profissão, que estava expandindo seus espaços ocupacionais e procurando trilhar novos caminhos para sua consolidação profissional e academicamente, diferentes daqueles que a originaram no País na década de 1930, evidenciando assim a busca pelo rompimento das bases tradicionais do Serviço Social. Durante esse processo, o então CFAS passa a dinamizar discussões acerca da ação fiscalizadora das entidades; essas pautas eram debatidas nos Encontros Nacionais entre o Conselho Federal e os Regionais, que aconteciam anualmente a partir de 1966, ano do primeiro evento.

Nos fins da década de 1970, iniciam-se os processos de rearticulação do movimento sindical no Brasil, onde os assistentes sociais tiveram participação ativa. Dessa forma, no ano de 1979, a categoria assume sua aproximação com as lutas dos trabalhadores e com as articulações dos movimentos sociais, quando da “virada” ocorrida no 3º CBAS (o qual já discorreremos anteriormente); esse novo direcionamento assumido pela profissão reverberou também em sua concepção quanto aos Conselhos e a fiscalização do exercício profissional (ABREU, 2012).

Sintonizada com as lutas pela redemocratização da sociedade, parcela da categoria profissional, vinculada ao movimento sindical e às forças mais progressistas, se organiza e disputa a direção dos Conselhos Federal e Regionais, com a perspectiva de adensar e fortalecer esse novo projeto profissional. Desde então, as gestões que assumiram o Conselho Federal de Serviço Social imprimiram nova direção política às entidades, por meio de ações comprometidas com a democratização das relações entre o Conselho Federal e os Regionais, bem como articulação política com os movimentos sociais e com as demais entidades da categoria, e destas com os profissionais. (CFESS, 2022, s/p).

Por conseguinte, a necessidade de revisão da Lei de Regulamentação ficava cada vez mais gritante; ao longo das décadas de 1980 e 1990, o Conjunto apostou na construção coletiva, empreendendo uma série de ações voltadas à sua estruturação e aproximação com a categoria, e ampliando os espaços de debates – foram estruturados novos encontros, a exemplo dos Encontros Nacionais de Fiscalização e Encontros Regionais (ABREU, 2012). Um marco do período é a revisão do Código de Ética de 1975, onde

A partir de 1983, na esteira desse novo posicionamento da categoria profissional, teve início um amplo processo de debates conduzido pelo CFESS visando a alteração do Código de Ética vigente desde 1975. Desse processo resultou a aprovação do Código de Ética Profissional de 1986, que superou a perspectiva a-histórica e acrítica onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. Essa formulação nega a base filosófica tradicional conservadora, que norteava a ética da neutralidade e reconhece um novo papel profissional competente teórica, técnica e politicamente. (CFESS, 2022, s/p).

Destacam-se ainda dois acontecimentos ocorridos à época que possuem relevância na história do Conjunto CFAS-CRAS: o primeiro é a extinção da supervisão ministerial sobre os Conselhos de fiscalização profissional, dotando-os de maior autonomia administrativa e financeira, e; o segundo é a decisão pela realização das primeiras eleições livres e diretas para a direção do CFAS, ocorridas em 1987, e que denotam a coerência da categoria com o processo de democratização das entidades (ABREU, 2012).

“Mesmo com o grande avanço obtido com a reformulação do Código de Ética Profissional de 1986, fez-se necessária a sua revisão, frente à insuficiência de alguns aspectos da formulação ética” (ABREU, 2012, p.63); o processo de elaboração do novo código preservou algumas conquistas obtidas em 1986, ao mesmo tempo em que avançou em aspectos considerados frágeis e de difícil operacionalização no exercício profissional. Assim, em 1993, com a aprovação da nova legislação (qual seja, a Lei 8.662/93)³⁰ juntamente com o novo Código de Ética Profissional, assegurou-se à fiscalização profissional possibilidades mais concretas de intervenção, tendo em vista que a Lei definiu mais precisamente as competências e atribuições privativas do assistente social, além de reconhecer formalmente os

³⁰ O conteúdo da Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>.

Encontros Nacionais CFESS-CRESS como o fórum máximo de deliberação da profissão (ABREU, 2012).

[...] esses avanços somente foram possíveis porque as direções do Conjunto tiveram intensa participação na elaboração dessa legislação: da discussão e formulação do anteprojeto da lei ao acompanhamento da sua tramitação no âmbito legislativo, processo que exigiu muitas articulações políticas com os parlamentares, para fazer constar na nova legislação conteúdos que expressassem a nova perspectiva do projeto profissional, que vinha se desenvolvendo. (ABREU, 2012, p.64).

O passo seguinte a essas conquistas, para o aprimoramento da intervenção fiscalizatória sobre a profissão, se deu através da elaboração de uma Política Nacional de Fiscalização (PNF) para o Conjunto (ABREU, 2012); instituída por conta da aprovação da Resolução CFESS 382 de 21 de fevereiro de 1999, a PNF é sistematizada a partir dos seguintes eixos:

[...] potencialização da ação fiscalizadora para valorizar e publicizar a profissão; capacitação técnica e política dos agentes fiscais e COFIs para o exercício da fiscalização; articulação com as unidades de ensino e representações locais da ABEPSS e ENESSO; inserção do Conjunto CFESS-CRESS nas lutas referentes às políticas públicas. Tais eixos se articulam em torno de três dimensões, a saber: afirmativa de princípios e compromissos conquistados; político-pedagógica; normativa-disciplinadora. (CFESS, 2022, s/p).

Esses processos denotaram na definição do CFESS e do CRESS enquanto, respectivamente, “uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil” (CFESS, 2022, s/p), e, “ (instrumentos) dotados de autonomia administrativa e financeira que têm por função precípua a fiscalização do trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais na sua jurisdição” (CRESS 2ª REGIÃO, 2016, s/p).

Reconhecemos, assim, o papel fundamental que o CFESS desempenha no direcionamento e posicionamento político e crítico da profissão, e, por isso, iremos nos ater de agora em diante no estudo das ações tomadas pela entidade em enfrentamento ao racismo, expressas por intermédio do CFESS Manifesta.

3. CFESS e o Combate ao Racismo: Análise das Publicações do CFESS Manifesta entre os Anos de 2011 a 2020

Neste último capítulo, objetivamos realizar uma análise documental das produções do CFESS Manifesta entre os anos de 2011 a 2020. Para tanto, achamos válido em um primeiro momento explicar o que é a série de publicações do Conselho Federal de Serviço Social intitulada de “CFESS Manifesta”, e sua importância para a categoria profissional, para, em seguida, adentrar nas elaborações de manifestos em cada gestão do Conselho que compõem esse período: 1ª – Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014); 2ª – Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017) e 3ª – É de Batalhas que se Vive a Vida! (2017-2020).

3.1. O Significado do CFESS Manifesta para a Categoria Profissional

O CFESS Manifesta é uma das peças comunicacionais disponibilizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); trata-se de uma publicação online, hospedada no website do referido Conselho. A primeira publicação do CFESS Manifesta data do ano de 2004. Existem comissões compostas por representantes do Conselho responsáveis por revisar as temáticas tratadas e os conteúdos difundidos nas postagens, e os temas a serem abordados são escolhidos coletivamente.

Essa peça comunicacional expressa o posicionamento político do Conjunto CFESS-CRESS frente a questões que se apresentam na realidade social e interessam sobremaneira aos(as) assistentes sociais. Nesse sentido, discute temáticas consideradas fundamentais à formação do posicionamento político dos(as) assistentes sociais, desvendando e analisando as contradições e descompassos constitutivos da sociabilidade do capital que estruturam as relações desiguais entre as classes. (SGORLON; TORRES, 2021, p.253).

Como pontua as autoras, o CFESS Manifesta é, dessa forma, uma importante ferramenta de comunicação entre o CFESS e a categoria profissional como um todo, ao estar sempre reafirmando as atribuições e competências das/os assistentes sociais. As publicações expressam ainda um esforço do Conselho em estar usufruindo das mídias sociais como um meio de disseminar de forma ampla e coletiva o acesso a informações que configuram o posicionamento político das/os assistentes sociais frente às questões que impactam e incidem na profissão, permitindo que nossas vozes ocupem esses espaços abertos pela tecnologia.

[...] o Conjunto CFESS-CRESS passa a se debruçar em estudos sobre a comunicação e suas ferramentas, objetivando utilizá-las para disseminar e reafirmar os princípios defendidos pela profissão. É importante mencionar que o Conjunto CFESS-CRESS, no ano de 2010, percebendo a relevância dessa temática, reafirma as possibilidades de intervenção sobre a comunicação, explicitado, principalmente, nas orientações que permitissem maior apropriação da comunicação para o uso de uma linguagem mais próxima do público atendido pelos(as) assistentes sociais, e na coerência dos materiais produzidos, a fim de terem, como parâmetros, os documentos já deliberados pela categoria, por exemplo, o *Código de Ética do/a Assistente Social*, entre outros. (SGORLON; TORRES, 2021, p.254, grifos do autor).

No ano de 2016, o Conjunto CFESS-CRESS lança a terceira versão da Política Nacional de Comunicação, aprovada no 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS; esta contribui com a disseminação e a democratização da informação, no sentido de levantar discussões que se voltem à perspectiva de direitos de cidadania. Nesse contexto, o CFESS Manifesta se apresenta como uma importante peça de expressão da defesa dos interesses da classe trabalhadora pela categoria profissional, além de representar um instrumento do CFESS que assegura uma mídia democrática, livre e plural (SGORLON; TORRES, 2021).

Vale ressaltar ainda que, assim como na sociedade em geral, existe na mídia uma hegemonia discursiva; se trata de imperar nesse ambiente os interesses daqueles grandes (e poucos) grupos de empresários do ramo, criando um “monopólio da informação”. O princípio defendido por eles é o de uma massificação acrítica, reiterando os interesses capitalistas de coisificação do ser humano. Há, no entanto, um viés contra hegemônico e progressista que vem estabelecendo a possibilidade de expressão por grupos “sem voz nem vez” através das redes sociais. O CFESS Manifesta faz parte desse viés, ao contestar o projeto de poder dominante no âmbito das mídias com suas publicações defensivas aos interesses e lutas da classe trabalhadora (SGORLON; TORRES, 2021).

[...] o tema da comunicação no Serviço Social se insere como ferramenta para expansão dos direitos e busca avanços nesse sentido, direcionando para uma cultura comunicacional que se coloca alternativa e oposta à hegemônica no país, que contemple as variadas demandas postas na sociedade, reconhecendo a comunicação como espaço de luta e resistência. [...] (Assim) a interlocução entre o Serviço Social e a comunicação vai ganhando direcionalidade a partir da produção de diferentes conteúdos, dentre eles o CFESS Manifesta, spot para rádio, banner, etc., reafirmando, dessa maneira, uma imagem social da profissão, cujos valores profissionais se colocam na perspectiva da justiça e da equidade social. (SGORLON; TORRES, 2021, p.256).

As autoras explicam, assim, que a importância do CFESS Manifesta reside principalmente em ser uma ferramenta de comunicação que investe na direção analítica e crítica que propõe à categoria a partir do discurso hegemonicamente assumido pelo Serviço Social – que baliza discussões, direciona ações e viabiliza intervenções mais assertivas. Dessa forma, esse veículo comunicacional apresenta uma construção discursiva que ocupa lugar importante nas relações que a profissão constrói na sociabilidade do capital, expressando o ponto de vista político e ideológico da categoria.

Assim, entende-se que o CFESS Manifesta revela a reflexão e a análise da categoria frente à realidade social, permeada por contradições, que ensejam posicionamentos firmes e coerentes com os interesses da classe trabalhadora, na direção de dar visibilidade às injustiças e desigualdades sociais que marcam a sociabilidade do capital. [...] Não obstante, o CFESS Manifesta tem sido utilizado como uma estratégia para disseminar ideais e valores defendidos pela profissão, que se inserem na luta por direitos da população, políticas públicas de qualidade, equidade social, ampliação e melhoria das condições de trabalho dos(as) assistentes sociais. (SGORLON; TORRES, 2021, p.256-257).

Salienta-se que, a partir de 2009, o CFESS Manifesta passa a ser não mais visto como peça comunicacional que explicita as bandeiras de luta, e sim como peça temática que visa mostrar como as assistentes sociais brasileiras se posicionam; o conteúdo pode, dessa maneira, ser identificado como material de consulta e subsídio para assistentes sociais no tocante à análise crítica da realidade sócio histórica, bem como na busca por inspirar nos profissionais a capacidade de refletir com criticidade sobre a sociedade capitalista (SGORLON; TORRES, 2021).

O CFESS Manifesta apresenta ainda uma diversidade temática que reflete as contradições da própria sociabilidade capitalista, reconhecendo-se nas expressões da “questão social” o foco da intervenção da assistente social; os assuntos abordados representam demandas macroscópicas presentes no País, a partir de uma perspectiva sócio histórica, requerendo do CFESS um direcionamento para a análise crítica constitutiva do trabalho da assistente social na realidade social. As publicações apontam também para a defesa de princípios e valores da profissão, explicitando uma cultura informacional voltada para os interesses da classe trabalhadora e compreendendo ser necessário ultrapassar os limites impostos pela classe dominante.

[...] o CFESS Manifesta se estabelece como instrumento de afirmação do viés analítico, político e articulador da profissão. Ao problematizar questões que incidem diretamente na dinâmica da sociedade capitalista, tais como, as lutas da classe trabalhadora pela manutenção dos direitos trabalhistas, enfatiza que essas reivindicações recaem diametralmente no trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, pois é dever desses profissionais desvelar as mediações entre o que se coloca como fenômeno da sociedade do capital e o que se apresenta, com demanda, em seu trabalho cotidiano. (SGORLON; TORRES, 2021, p.256-257).

Entendemos assim que o CFESS Manifesta se apresenta como “a voz” da categoria, na medida em que acompanha os movimentos e fatos constitutivos da sociabilidade burguesa. As pautas assimiladas pelo CFESS Manifesta instigam a apreensão e a análise do contexto, estimulando o desenvolvimento de níveis de conscientização, organização e indignação popular – há nas publicações uma tentativa de estabelecer uma cultura política que suscite nos leitores a mobilização e a articulação frente à realidade social (SGORLON; TORRES, 2021).

Dentre as temáticas expressas pelo CFESS Manifesta destacam-se: a profissão e o trabalho da assistente social (marcos regulatórios, normativos e políticos, valores e princípios, encontros da categoria, Código de Ética Profissional); trabalho e conjuntura (centralidade do trabalho na sociedade capitalista, enfatizando a posição da assistente social enquanto trabalhadora assalariada); direitos da pessoa idosa, da mulher, de crianças e adolescentes; luta contra as injustiças sociais e a favor dos direitos humanos; combate à desigualdade, à discriminação, ao preconceito e opressão de gênero, etnia e expressão sexual, e; defesa das políticas sociais com ênfase nos interesses e demandas da classe trabalhadora (educação, previdência, saúde, etc.).

Todas as publicações do CFESS Manifesta encontram-se acessáveis no website do CFESS (disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>), especificamente na aba “publicações”, onde o destaque é exatamente o referido. O website do CFESS é bastante intuitivo, sendo de fácil navegação, além de dispor de diversas ferramentas de acessibilidade (libras, voz, baixa visão, etc.); é sem dúvidas um dos mais importantes instrumentos comunicacionais da categoria na atualidade, pois publica notícias atualizadas de relevância aos profissionais, socializa contatos para comunicação direta com o Conselho, dispõe de uma agenda com eventos futuros que possam interessar e, ainda conta com um resumo da história do CFESS e das principais leis regulamentares da profissão.

Imagem 5: Website do CFESS na Aba “Publicações”

Fonte: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

Há ainda livros que sintetizam as publicações do CFESS Manifesta localizadas em cada gestão, podendo ser acessados no mesmo website, na mesma aba, porém deve-se selecionar o tópico “livros, brochuras e outros”, onde será possível encontrar desde a gestão de 2005-2008 até a de 2017-2020. Doravante, trataremos de analisar as publicações do CFESS Manifesta localizadas entre os anos de 2011 e 2020 para entender como o Conselho se posicionou em relação ao combate ao racismo neste período.

3.2. Gestão “Tempo de Luta e Resistência”: 2011-2014

A gestão “Tempo de Luta e Resistência”, encabeçada por Sâmya Rodrigues Ramos, foi eleita para gerenciar o CFESS durante o triênio de 2011 a 2014 (especificamente entre os dias 15 de maio de 2011 à 14 de maio de 2014) com 16.838 votos – equivalente a 78,26% dos votos válidos. Assim como se propõe o projeto ético-político profissional, a direção das ações tomadas pela gestão visou defender os princípios e valores do Serviço Social brasileiro, radicalmente contrários à lógica da sociabilidade capitalista. Como bem afirmam as representantes,

São mais de 30 anos de construção desse projeto profissional, que traz as marcas e particularidades de diferentes gerações de profissionais que ousam

instituir, no cotidiano, estratégias de luta e de resistência, que nos possibilitam afirmar que, apesar dos tempos sombrios de regressão dos direitos, a realidade é contraditória, aberta à dinâmica da luta de classes e à disputa de projetos societários e profissionais. (CFESS, 2014a, p.13).

No âmbito do Serviço Social, houveram importantes avanços nesse período, demarcados principalmente através dos movimentos das lutas coletivas somadas aos esforços das/os representantes da gestão à frente do CFESS. No “Relatório Final de Gestão”, disponibilizado no site do Conselho, há uma síntese das ações que foram tomadas em diferentes áreas nesse recorte temporal: no campo da ética e defesa dos direitos humanos, em defesa da formação com qualidade e contra a precarização do trabalho profissional, no Serviço Social no contexto das relações internacionais e na articulação com sujeitos coletivos na defesa dos direitos (CFESS, 2014a).

Algumas das conquistas obtidas à época são:

[...] a chamada de mais 450 assistentes sociais no concurso público do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); a implementação do *Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior*, a campanha *Educação não é fast-food*; a ampliação da visibilidade da profissão, com diversas inserções na mídia nacional; a realização de quatro seminários nacionais gratuitos, com presença de mais de duas mil pessoas (profissionais e estudantes); a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), com mais de três mil participantes, evento que promoveu um emocionante ato público, juntamente com os movimentos sociais; a continuidade da série *Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais*, com a publicação de duas brochuras: Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação e Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão, GT Questão urbana, que finalizou mais um importante documento a ser publicado; GT Gestão do Trabalho, com importantes contribuições, tal como a implantação das 30h semanais sem redução salarial para trabalhadores/as do Conjunto CFESS-CRESS. Seguimos na luta pela efetivação das 30 horas para assistentes sociais, conforme determina a Lei nº 12.317/2010, e aprovação de projetos de lei (PL), com destaque para PL Educação (inserção de assistentes sociais e psicólogos na educação básica) e do PL Piso Salarial; **reformulamos o site do CFESS para propiciar maior acessibilidade e colocamos o CFESS nas redes sociais**; lançamos o livro Código de Ética Comentado e o cartaz elaborado para o fortalecimento da luta em defesa da visibilidade trans; implementamos a campanha de gestão, intitulada *No mundo de desigualdade toda violação de direitos é violência - Sem movimento não há liberdade*, que conta com hotsite próprio e observatório sobre violações e resistências coletivas; ampliamos nossa organização no Comitê Mercosul para Comitê Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (Colacats). (CFESS, 2014a, p.13-14, grifos nossos).

Destacamos a questão do aprimoramento do site do CFESS e da entrada do Conselho nas redes sociais para pontuar – como bem evidenciamos no tópico anterior – a importância do Serviço Social em estar ocupando também esses espaços

mediáticos e permitindo que vozes e pautas subalternizadas tenham maior relevância dentro da categoria; o que é feito inclusive através das publicações do CFESS Manifesta.

Partindo para uma análise do cenário nacional político e econômico à época, extrapolando a questão da categoria profissional do Serviço Social, compreendemos que nesse período acontecia, politicamente falando, o primeiro mandato da primeira mulher eleita presidente do Brasil, a petista Dilma Vana Rousseff³¹. Eleita no dia 31 de outubro de 2010, com 56,05% dos votos válidos, a presidente viveu momentos conturbados durante seu mandato.

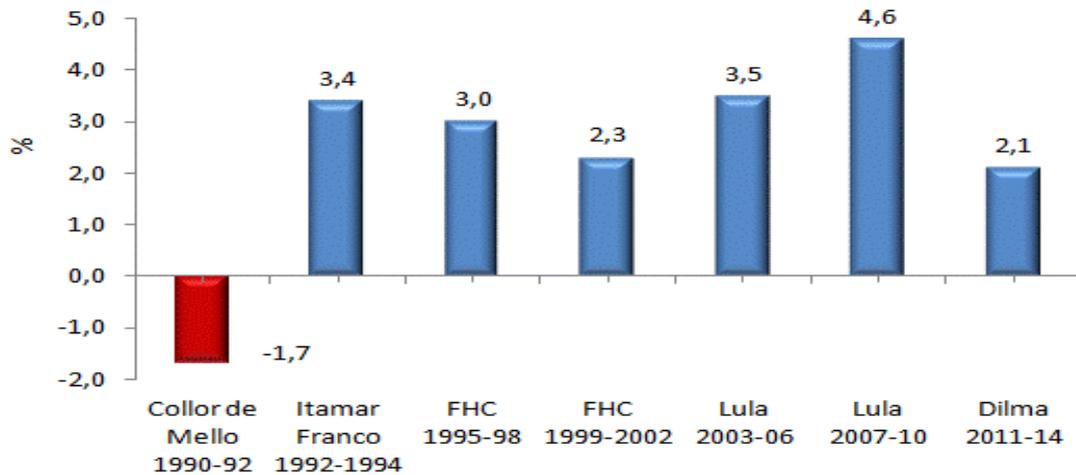
Como sucessora do então presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, Luiz Inácio Lula da Silva, muitas expectativas giravam em torno do governo Dilma; esperava-se que o período de ascensão do País como potência emergente permanecesse. No entanto, onde antes a imagem era de estabilidade econômica e política, de inclusão de dezenas de milhões de pobres à sociedade de bem-estar mínimo, passou-se a visualizar a queda do PIB (Produto Interno Bruto) e o processo de declínio internacional brasileiro.

Após uma fase de ascensão do país como potência emergente, a inserção internacional do Brasil entra em declínio entre 2011 e 2014. As causas que determinam a mudança e a nova tendência localizam-se no enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; na quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos; no emperramento da gestão pública com perda da capacidade indutora do Estado; enfim, no protagonismo de Rússia e China no seio do Brics. Esses fatores de caráter interno conduzem à deterioração de indicadores de medida da presença e da influência econômica, política e geopolítica do Brasil sobre o cenário internacional. (CERVO; LESSA, 2014, p.149).

Levando-se em consideração o período entre 1990-2014, a média do PIB do mandato de Rousseff foi maior apenas do que a do governo Collor – que foi impeachmado após dois anos de exercício. Além disso, a participação brasileira no PIB mundial caiu de 4,3% em 1980 para 2,8% em 2015; ou seja, entre variáveis crescentes e decrescentes, acabou por haver uma perda de 1,5% do PIB mundial em 35 anos. (ALVES, 2015).

³¹ Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Globo. “Dilma Rousseff é a primeira mulher eleita presidente do Brasil”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>>. Acesso em mai. 2022.

Imagem 6: Taxa de Crescimento do PIB nos Governos entre 1990-2014



Fonte: Banco Central

O programa de governo de Dilma tentou dar continuidade ao que se estruturou nos governos Lula no chamado neodesenvolvimentismo, onde buscava-se favorecer avanços no campo social, como a diminuição da extrema pobreza, redução da taxa de desemprego e aumento da renda real da população, porém sem alterar as bases econômicas e a estrutura de acumulação interna;

O programa neodesenvolvimentista, segundo Boito Jr. (2012), era caracterizado pelas medidas políticas e econômicas que visavam atender frações específicas da burguesia brasileira, que detinham a hegemonia no interior do bloco no poder, enquanto mantinham as políticas de recuperação do salário mínimo e transferência de renda para as camadas mais pobres da população. (BOITO JR., 2012 apud QUEIROZ, 2018, p.139).

Entretanto, a crise financeira internacional gerada a partir da quebra do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers, em setembro de 2008, agravou-se entre os anos de 2011 e 2013, e as medidas adotadas por Lula para seu enfrentamento, e continuadas por Dilma, não mais eram suficientes para conter os seus efeitos; elaborou-se então um conjunto de medidas pela equipe econômica da presidente, que foi denominado “Nova Matriz Econômica” (NME), pelo então Ministro da Fazenda, Guido Mantega (QUEIROZ, 2018).

Segundo o autor, a NME acabou por colocar em contradição os interesses da burguesia industrial e da burguesia financeira internas, gerando um confronto que alterou o equilíbrio da força entre essas frações da burguesia, aprofundando os antagonismos políticos e dando origem à crise política que passou a se avolumar nos anos seguintes. Em junho de 2013 ocorrem as manifestações contra os reajustes das

tarifas de transporte público em algumas cidades brasileiras, marcando no cenário da política nacional o avanço do discurso neoliberal ortodoxo de anti-governo após a desconstrução dos movimentos populares, polarizando as pautas e dividindo a luta coletiva – a mídia atuou de forma marcante na passagem da demanda popular pelo valor da passagem para reivindicações difusas e reacionárias, como a aprovação da PEC 37³².

Ao analisar o desfecho das manifestações e seus resultados ulteriores, constatamos que, em última instância, o campo político que saiu fortalecido foi àquele alinhado ao projeto neoliberal conservador, para utilizarmos os termos de Boito Jr. (2016). Os novos movimentos sociais de direita e extrema direita – como o MBL, o Vem pra Rua, Revoltados Online, entre outros – que surgem a partir dos acontecimentos de junho de 2013, disputarão as ruas com os partidos políticos e movimentos sociais de esquerda, nos anos seguintes, e se apresentarão como importante elemento na crise política, especialmente, compor a frente de luta do campo neoliberal ortodoxo e (de forma consciente ou não) conseguir mascarar os verdadeiros interesses por trás de suas bandeiras “morais” e “apartidárias” – “contra a corrupção”; “pelo fim da impunidade”; “contra o assistencialismo do Estado”; “sem partido” –, que envolvem o direcionamento político e econômico do país para atender a interesses da frente ortodoxa neoliberal – que vai desde a redução do orçamento público até a privatização de setores estratégicos da economia para atender aos anseios do capital internacional. (BOITO JR., 2016 apud QUEIROZ, 2018).

Outras manifestações que chamaram atenção nacionalmente foram contra a realização do megaevento da Copa do Mundo no Brasil, em junho de 2014, e das Olimpíadas, em 2016 – como poderia o país, sofrendo com questões de infraestrutura, transporte pública precário, etc., realizar eventos desta dimensão? Movimentos sociais se organizaram então na campanha “Copa sem Povo, Tô na Rua de Novo”³³, objetivando denunciar as políticas abusivas e antipopulares em relação à Copa do Mundo; as reivindicações do movimento eram divididas em seis eixos, fazendo alusão à busca do hexacampeonato pela seleção brasileira de futebol – moradia, saúde, transporte, educação, justiça e soberania. Foi produzido também um conteúdo do CFESS Manifesta exclusivamente acerca do tema; intitulado “Na copa, comemorar o quê?”, o manifesto do dia 15 de maio de 2014 traz à tona a lógica destrutiva do capital de investir massivamente na construção de estádios, etc. enquanto o país está

³² Para maiores informações acerca do tema, sugerimos leitura do artigo “Crise Política no Governo Dilma Rousseff: Uma Análise a partir do Conflito de Classes”, de Felipe Queiroz.

³³ Fonte: Agência Brasil. “Movimentos sociais iniciam hoje série de protestos até a Copa do Mundo: É a campanha ‘Copa sem Povo, Tô na Rua de Novo’”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/movimentos-sociais-iniciam-hoje-serie-de-protestos-ate-copa-do-mundo>>. Acesso em mai. 2022.

colapsado em diversas áreas básicas à vida – saúde, educação, moradia, entre outras.

Entendendo que o Serviço Social se coloca como profissão orientada por princípios e valores libertários e emancipatórios, em defesa da ética e dos direitos humanos, compreendemos que o avanço dessa ideologia neoliberal destoa completamente do que norteia a categoria, sendo um grande desafio às/aos profissionais; esse contexto econômico e político trouxe consigo a dificuldade de acesso aos direitos na vida cotidiana, a intensificação do processo de mercantilização da vida social e banalização da vida humana, a reprodução crescente das expressões da “questão social” – desemprego, violência, corrupção, opressão, etc. –, a criminalização dos movimentos sociais, a mercantilização da educação e da saúde, o avanço do Estado penal e da banalização da barbárie, dentre outros.

O tempo presente é de regressão de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. É tempo de esvaziamento do sentido ético na política, expresso na banalização da lógica mercantil, assistencialista e cínica, predominante no processo eleitoral. É tempo de impunidade frente aos crimes praticados durante a ditadura, de avanço da lógica de um Estado penal, de criminalização dos movimentos sociais, de mercantilização da educação e da saúde. O tempo é sombrio, pois revela o avanço do conservadorismo moral expresso, por exemplo, em projetos como “bolsa estupro”, bem como por meio do enraizamento e naturalização dos fundamentalismos religiosos, que negam a defesa do Estado Laico. É tempo de barbárie. (MESQUITA et al, 2012 apud CFESS, 2014b, p.144).

Todas essas questões repercutem diretamente também na produção do CFESS Manifesta; em relação a realização da Copo do Mundo e das Olimpíadas, por exemplo, diversas foram as publicações que citaram a problemática por trás desses eventos. No triênio 2011-2014 foram produzidos 56 manifestos, dentre os quais: 06 sobre questão de gênero, 04 sobre sexualidade e identidade de gênero, 14 sobre trabalho e conjuntura, 01 sobre reforma agrária, 07 sobre saúde, 03 sobre questão indígena, 04 sobre crianças e adolescentes, 01 sobre meio ambiente, 02 sobre pessoas idosas, 02 sobre comunicação, 03 sobre educação, 03 sobre questão urbana, 01 sobre relações internacionais, 02 sobre direitos humanos, 01 sobre pessoas com deficiência e **02 sobre questão racial**.

Foi possível observar que não existe uma periodicidade definida a respeito das publicações – algumas são feitas com dias de diferença uma da outra, outras com meses –, e geralmente são feitas em datas específicas; por exemplo, dia da/o

assistente social, dia da mulher, dia do trabalhador, etc. Sobre a problemática da questão racial, notamos que: vários textos pontuam informações relevantes acerca do tema, respeitando, no entanto, o assunto do qual se trata aquela produção; todos os textos sobre diversidades e direitos humanos colocam a categoria como contrária a qualquer tipo de opressão, incluindo nesta o racismo; apenas duas publicações dizem respeito exclusivamente à questão racial, e ambas foram produzidas no 20 de novembro – dia da consciência negra.

A publicação do “Dia Latino-americano e Caribenho de luta pela Descriminalização e Legalização Aborto”, do dia 28 de setembro de 2011, produzida por Maurílio Matos e Marylucia Mesquita explana que as mulheres negras e pardas das regiões norte e nordeste do Brasil estão mais sujeitas à mortalidade por abortamento.

Sobre o “Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças”, as autoras Ramona Carlos Ferreira e Heleni de Ávila produziram um manifesto no dia 23 de setembro de 2012 e ressaltaram questões como: a maioria das pessoas exploradas e traficadas são afrodescendentes, e migram internamente ou para fora do país; os que não são inseridos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, são empurrados ao “exército industrial de reserva”, são majoritariamente negros e negras; no Brasil, o tráfico para fins sexuais é predominantemente de mulheres e garotas negras e morenas, com idade entre 15 e 27 anos.

No “Dia Nacional do Trabalho Doméstico”, em 27 de abril de 2013, a autora Marinete Moreira produziu um manifesto e pontuou que dentre as trabalhadoras domésticas do país, à época, 95% eram mulheres, e 61% destas eram negras – evidenciando que convivemos com relações trabalhistas marcadas pelo sexismo, racismo precarização, informalidade e não reconhecimento de direitos.

O manifesto “Em defesa da juventude brasileira”, produzido por Camila Valadão, no dia 03 de janeiro de 2014, destaca que a diferença entre jovens negros e brancos é gritante em diversos aspectos, estando os primeiros em situações mais precárias: no que diz respeito à educação, à oportunidade e à renda; em se tratando de moradia, pois são maioria da população urbana residente em favelas, em

instalações impróprias. Há ainda o fenômeno do genocídio da juventude, sendo as vítimas sobretudo negros do sexo masculino com idade entre 15 e 24 anos.

Partindo para as publicações específicas do tema da questão racial, a primeira delas foi elaborada por Magali da Silva Almeida – mulher e ativista negra, assistente social, professora doutora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) –, no dia 20 de novembro de 2011, e se intitula “Zumbis e Dandaras contra a desigualdade racial no Brasil”. A autora ressalta que sendo um

Legado da escravidão, mas também de uma república capitalista e seletiva na garantia da cidadania, homens e mulheres negros/as têm experimentado um viver totalmente desassistido, longe de um sistema de seguridade social e demais políticas públicas que contemplem suas necessidades como seres humanos. Em síntese, negros/as vivenciam uma permanente violação de direitos, marcadamente orientada pelo preconceito racial, de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, que os/as têm impedido, secularmente, do acesso aos direitos, devido às desvantagens históricas, fruto do racismo e da discriminação racial em escala planetária. (ALMEIDA, 2011 apud CFESS, 2014b, p.58).

Expressa ainda que negros e negras são levados para a pobreza e miséria, não só no Brasil, mas no mundo, pela incapacidade do capitalismo em atender aos segmentos oprimidos da sociedade. Apesar de ter a segunda maior população negra do mundo (à época) – depois apenas da Nigéria –, o Brasil apresenta desigualdades abismais entre negros/as e brancos/as; estes são maioria entre os desempregados, 65% dos 95% pobres em cárcere, maioria em taxa de mortalidade materna (três vezes mais do que as mulheres brancas) – seja por eclampsia ou por abortamento inseguro –, vítimas de genocídio, onde a cada jovem branco morto, mais de 100 jovens negros são mortos, dentre outras barbaridades.

A realidade experimentada pela população negra informa que as políticas públicas no Brasil ainda estão muito longe de garantir a equidade entre os diferentes grupos raciais e de gênero. Este quadro se apresenta como desafio para o CFESS e demais entidades da categoria, reforçando a importância de ações de combate ao racismo, sexismo e homofobia nessas arenas de luta, fundamentadas pelos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social. [...] Por isso, o Dia Nacional da Consciência Negra é um momento especial para que os/as negros/as, assim como a sociedade brasileira em seu conjunto, reflitam sobre as formas de inserção da população negra nessa realidade, tão desigual racial e economicamente. É igualmente um momento da resistência histórica e cotidiana da população negra, ao afirmar a luta por atendimento digno na rede pública de saúde e educação; pelo reconhecimento imediato das terras quilombolas; de acesso ao trabalho e do combate ao racismo institucional em todos os níveis; pela valorização e expressão da cultura e religiosidade de matriz africana no Brasil nos currículos escolares. (ALMEIDA, 2011 apud CFESS, 2014b, p.60).

Já a segunda produção foi construída por Heleni de Ávila – assistente social, professora doutora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) –, intitulada “A violência tem classe e cor!”, datada de 20 de novembro de 2013; como é possível inferir, não houve no ano de 2012 uma publicação relacionada ao dia nacional da consciência negra.

Inicialmente, a autora discorre sobre o significado do dia 20 de novembro – que foi escolhido para representar o dia nacional da consciência negra por marcar a data em que faleceu Zumbi, herói da resistência negra escrava no Brasil, no ano de 1695; ou seja, uma homenagem a essa importante figura. Fruto de uma intensa articulação do Movimento Negro Brasileiro, a data é uma referência à reflexão sobre o papel dos negros e das negras na construção do país; é um marco da luta e resistência do povo negro do Brasil.

Heleni rememora ainda a escravidão no país e como esta deixou uma herança na sociedade brasileira, que nos permite entender o racismo atual.

A esperada cidadania após a abolição não aconteceu e, até hoje, é uma luta constante em uma sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os/as escravos/as são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial. Mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou ao longo dos tempos. A atitude do Estado para a reparação da população negra é omissa: a miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos/as afrodescendentes são presentes até os dias atuais e acabam sendo reduzidas à culpa deles/as mesmos/as, por meio de uma manobra ideológica que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo natural. (ÁVILA, 2013 apud CFESS, 2014b, p.219-220).

A autora ressalta que o povo negro é vítima de um processo histórico de exclusão e opressão que o discrimina ora de forma silenciosa, ora de forma escancarada, seja no acesso à justiça ou no mercado de trabalho, na educação, na saúde, etc. E, que este processo é um desafio político para a militância negra e os demais movimentos sociais, estando o Serviço Social nessa luta.

Conhecidas as produções, notamos que há um chamado em algumas delas (principalmente as que abordam diversidade afetiva, questões identitárias e questão de gênero) para o enfrentamento do racismo pela categoria, sem, entretanto, adentrar no assunto – o fazem de forma genérica, sinalizando que é importante combater também o racismo. Os manifestos específicos do tema são os que clamam à categoria o combate ao racismo, mas ainda são poucas as publicações concernentes ao debate

neste triênio, havendo inclusive uma data do 20 de novembro (a de 2012) em que não existiu produção com a temática.

3.3. Gestão “Tecendo na Luta a Manhã Desejada”: 2014-2017

A gestão “Tecendo na Luta a Manhã Desejada”, presidida por Maurílio Castro de Matos, foi eleita para gerenciar o CFESS durante o período de 2014 a 2017, mais precisamente de 15 de maio de 2014 a 15 de maio de 2017; reafirmando o compromisso diário com o projeto ético-político da profissão, o colegiado se norteou em seis eixos fundamentais:

1. Potencializar a fiscalização, para fortalecer a qualidade dos serviços e condições de trabalho, fortalecendo a dimensão da fiscalização profissional, a dimensão afirmativa dos princípios e compromissos da profissão e a dimensão político-pedagógica da fiscalização;
2. Defender princípios éticos e direitos humanos, sob os pressupostos da liberdade como valor central, defendendo a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos, recusando o autoritarismo, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados, debatendo as diferenças e construindo uma outra sociabilidade;
3. Defender uma formação profissional presencial de qualidade, laica, tanto nas unidades públicas quanto privadas; lutar pela ampliação de cursos presenciais de graduação, públicos, de qualidade, com professores/as concursados/as;
4. Construir uma articulação internacionalista, defendendo e expandindo o Serviço Social comprometido com o projeto ético-político para além das fronteiras do Brasil, com a América Latina, Caribe e países de língua portuguesa;
5. Defender uma seguridade social ampliada, estatal, com dotação orçamentária própria e articulada à luta dos movimentos sociais urbanos e rurais; resistir contra qualquer retrocesso dos direitos conquistados no campo da proteção social; lutar contra a descriminalização das drogas e incidir para ampliar os direitos contra a discriminação social;
6. Defender e construir uma comunicação com acesso popular, como forma de enfrentamento do poder político e do controle econômico presente nas relações sociais, com vistas à emancipação dos sujeitos sociais e da classe trabalhadora; contribuir para a qualificação da comunicação no Conjunto CFESS-CRESS. (CFESS, 2017a, p.14).

É preciso ressaltar, no entanto, que apesar da gestão ter como um dos eixos que se baseiam na defesa e construção de uma comunicação com acesso popular, durante o período de regência da mesma, o CFESS Manifesta obteve uma baixa considerável no número de publicações.

No entanto, segundo o relatório final da gestão, inúmeras conquistas foram alcançadas através desses eixos, algumas delas são:

Vários grupos de trabalho (GTs) foram instalados ou continuados, e suas proposições submetidas à deliberação do Conjunto e encaminhadas pela gestão, como o GT Metodologia do Encontro Nacional (EN), cuja proposta foi apresentada e aprovada no 42º EN (último da gestão anterior), para iniciar sua implantação no 43º EN (primeiro desta gestão). Esse GT, mantido no âmbito interno do CFESS, materializou a nova metodologia, definindo os procedimentos e construindo os instrumentais do planejamento, com ampla participação dos CRESS. Outros GTs tiveram também grande importância: Gestão do Trabalho (sob a coordenação da Comissão Administrativo-Financeira e contribuição da Cofi), o qual regulamentou as horas extras de trabalho dos/as funcionários/as do Conjunto e de uma política de capacitação; Reformulação dos Instrumentais de Fiscalização, que durou os três anos da gestão e contou com a participação de agentes fiscais e conselheiros/as de todos os CRESS, consultas prévias aos CRESS e aprovação final no 45º EN; Agenda Permanente, o qual teve por responsabilidade a elaboração dos documentos Ações Estratégicas Continuadas do Conjunto CFESS-CRESS e Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS/CRESS, aprovados no 44º EN; Política Nacional de Combate à Inadimplência, o qual produziu a Política Nacional de Inadimplência apresentada e aprovada no 45º EN; como desdobramento, foi produzido o documento Diretrizes acerca da interiorização das ações políticas dos CRESS, apresentado e aprovado no 45º EN; Trabalho e Formação Profissional, com participação das entidades constitutivas da profissão (CFESS-CRESS, Abepss e Enesso), realizou o monitoramento do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior. (CFESS, 2017a, p.16).

Como podemos notar foram importantes feitos, visando a capacitação e melhoria profissional durante essa época, a qual o Brasil passava por momentos turbulentos, onde enfrentava uma forte crise econômica e um golpe parlamentar, que culminou no impeachment da presidente da república Dilma Rousseff. Segundo o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, inúmeros fatores contribuíram para a crise de 2014/2017;

A crise de 2014/2017 da economia brasileira teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado. A taxa de crescimento do produto potencial da economia brasileira saiu da faixa de 4% ao ano para menos de 2% ao ano. Ao mesmo tempo, o setor público brasileiro abandona um superávit primário de 2,2% em 2012 e gera um déficit primário de 2,7% em 2016. O esgotamento da NME devido à perda de capacidade financeira do governo reduziu diversos investimentos da economia brasileira a partir de 2015, com a forte redução do investimento da Petrobras sendo um exemplo marcante. A crise de sustentabilidade fiscal que se seguiu elevou o risco país, a taxa de juros de longo prazo e a incerteza, reduzindo consumo e investimento de forma substancial em 2015 e 2016. A recomposição de preços e a política monetária necessária para recolocar a inflação na meta também contribuem para a recessão, principalmente devido à perda de credibilidade do Banco Central. Por último, a consolidação fiscal de 2015 devido à pouca duração e intensidade não deve ter contribuído de forma significativa para a recessão atual. (FILHO, 2017, p. 58).

Levando isso tudo em consideração, sabendo das ameaças à democracia, a precarização da vida, recessão aguda e desemprego desenfreado, é de se admirar a

tão baixa postagem por parte do CFESS Manifesta durante essa época; a gestão “Tecendo na Luta a Manhã Desejada”, socializou um total de apenas 27 publicações, e somente quatro sobre a conjuntura do País. Sendo uma delas: “Tempos difíceis, tempos de reflexão e luta”, cujo o tema principal era uma análise de conjuntura e reafirmação do posicionamento crítico da profissão, em favor das seguintes bandeiras:

- Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial e com condições éticas e técnicas para o trabalho;
- Seguridade social ampliada, com políticas públicas, estatais, universais e de qualidade;
- Financiamento público das políticas de seguridade social, baseado na desoneração do trabalho, tributação das grandes fortunas e na gestão submetida ao controle da sociedade;
- Defesa intransigente do orçamento da seguridade social e do fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU);
- Democratização dos meios de comunicação;
- Responsabilização das pessoas responsáveis pela tortura e crimes de lesa-humanidade nos anos da Ditadura Militar brasileira;
- Retirada das tropas brasileiras no Haiti, na defesa da soberania do povo haitiano e contra as violações de direitos humanos;
- Defesa do Estado laico; CFESS Manifesta Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017) 38
- Posição contrária às previsões do Estatuto do Nascituro e do Estatuto da Família;
- Garantia dos direitos da população LGBTI;
- Defesa da legalização das drogas, com ênfase na Política de Redução de Danos para situações de uso prejudicial, submetida ao controle social;
- Posição contrária à manutenção e regulamentação pública das comunidades terapêuticas;
- Defesa da descriminalização e legalização do aborto, compreendendo-o como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos;
- Negação da redução da idade penal e defesa do cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Reforma urbana e agrária – em que seja garantido o direito à terra, à moradia digna, os direitos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais, da população em situação de rua e de catadores e catadoras de materiais recicláveis;
- Reforço às lutas contra as opressões, em conjunto com movimento negro, indígena, de mulheres e demais movimentos sociais que lutam pela equidade de raça, etnia e gênero. (NEVES; SOBRAL; MELIM, 2015 apud CFESS, 2017b, p.35).

Sendo essa a primeira publicação focada na conjuntura do país na gestão em questão, seguida de “Em tempos desiguais, não temeremos!” - Edição especial: análise de conjuntura, onde é debatido brevemente o recém processo de impeachment e os retrocessos ocorridos no governo de Michel Temer em menos de 30 dias de posse do seu governo. A terceira publicação “Em tempos Temerários, reafirmamos a luta por uma seguridade social estatal, ampliada e universal” - Edição especial: contra o desmonte da Seguridade Social, é trazido os impactos da até então PEC 241, os impactos da mesma em vários setores primordiais para a população e a

defesa intransigente da profissão com a seguridade social. A quarta e última publicação “A PEC que vai matar a Seguridade Social” - Edição especial: não à contrarreforma da Previdência, segue a mesma linha da publicação citada anteriormente, e tem como foco principal expressar o posicionamento contrário à PEC 287/2016, que visava a contrarreforma da previdência social e expor as consequências da mesma para a classe trabalhadora.

Dentre todos os 27 manifestos analisados, 06 são sobre Trabalho e conjuntura, 03 sobre Questão de gênero, 05 sobre Educação, 02 sobre sexualidade e identidade de gênero, 03 sobre saúde, 01 sobre pessoas idosas, 01 sobre lutas sociais, 01 sobre direitos humanos, 01 sobre relações internacionais, 01 sobre Assistência Social, 01 sobre Estado Laico, 01 sobre Crianças e Adolescentes e **apenas 01 também sobre Questão Racial**, que é o manifesto intitulado “O longo caminho da desigualdade”; publicação referente ao dia da consciência negra de 2014, escrito pelas autoras Daniela Castilho e Nazarela Rêgo.

A publicação inicialmente traz à tona as histórias de Claudia Silva Ferreira, Amarildo Dias de Souza, Douglas Rafael da Silva Pereira, corpos negros que foram vítimas fatais do Racismo estrutural presentes no Brasil. As autoras dialogam que:

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2013 demonstram que morre um/a jovem negro/a e pobre no Brasil em um intervalo de 25 minutos, fruto da violência direcionada do Estado para com a população pobre. Morre em média, a cada hora, dois/duas jovens negros/as, ou seja, 48 mortos/as em 24 horas; cerca de 335 mortos/as em uma semana e 1344 em um mês. Revelando-se que há uma verdadeira guerra declarada contra essa juventude “sobrante”, que exige cada vez mais sua fatia no bolo da riqueza. O Brasil com P (**) mata preferencialmente pretos e pobres. De acordo com 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, das 53.646 vítimas de homicídio, 36.479 são negras; dos 574.207 presos, 307.715 são negros. De 2009 a 2013, cresceu o número de homicídios no Brasil, de 44.518 mil para 53.646 mil. Das vítimas fatais do ano passado, 36.479 eram negras. (CFESS, 2017b, p.18).

São trazidos dados para elucidar o caráter repressivo do Estado, da Polícia e de denunciar o aprofundamento dessa desigualdade. Algo que chama atenção é que no triênio da gestão, foi publicado apenas um manifesto referente ao Dia da Consciência Negra – que é a publicação descrita acima –, depois disso, até o dia 17 de maio de 2017, não foram encontrados materiais a respeito dessas datas, sendo possível perceber uma falta de debate dessas questões durante a gestão “Tecendo na Luta a Manhã Desejada”.

3.4. Gestão “É de Batalhas que se Vive a Vida! ”: 2017-2020

Partindo para a última gestão que iremos analisar, a “É de Batalhas que se Vive a Vida! ”, sabemos que sua presidente foi a assistente social Josiane Soares Santos, que em conjunto com outras dezessete mulheres compuseram o colegiado responsável por dirigir o Conselho no triênio de 2017 a 2020. Esse foi, sem dúvidas, um colegiado que enfrentou um dos cenários nacionais mais complexos; repleto de regressões de direitos sociais conquistados historicamente, avanço do conservadorismo, ascensão do neofascismo e da extrema direita no cenário político brasileiro e, o mais crítico acontecimento deste século até então – a pandemia do novo coronavírus.

Enfrentamos o desastroso e impopular governo de Michel Temer até janeiro de 2019, sendo sucedido pelo atual chefe do Executivo federal, a quem, durante muitos meses, evitamos nos referir pelo nome, sem acreditar que aquela candidatura, que se recusou a participar de todos os debates públicos durante a campanha, pudesse sair vitoriosa de um processo eleitoral democrático. Ainda em 2019, no primeiro ano de gestão desse senhor, vimos que sua predisposição pessoal, e também de sua equipe de ministros/as e secretários/as, demonstrava explícitas tendências neofascistas, misóginas e autoritárias no plano dos valores, assim como tendências fundamentalistas quanto à radicalidade da política econômica. Além da contrarreforma da previdência, os decretos promulgados – como o que extinguiu uma série de órgãos de controle social – assim como a letargia nas providências para coibir e apurar os crimes ambientais relacionados às queimadas na Amazônia, apenas para citar uns poucos exemplos entre os inúmeros fatos desse primeiro ano de (des)governo, demonstraram inequivocamente que o capitalismo convive bem com o irracionalismo, desde que a agenda ultraneoliberal seja mantida.

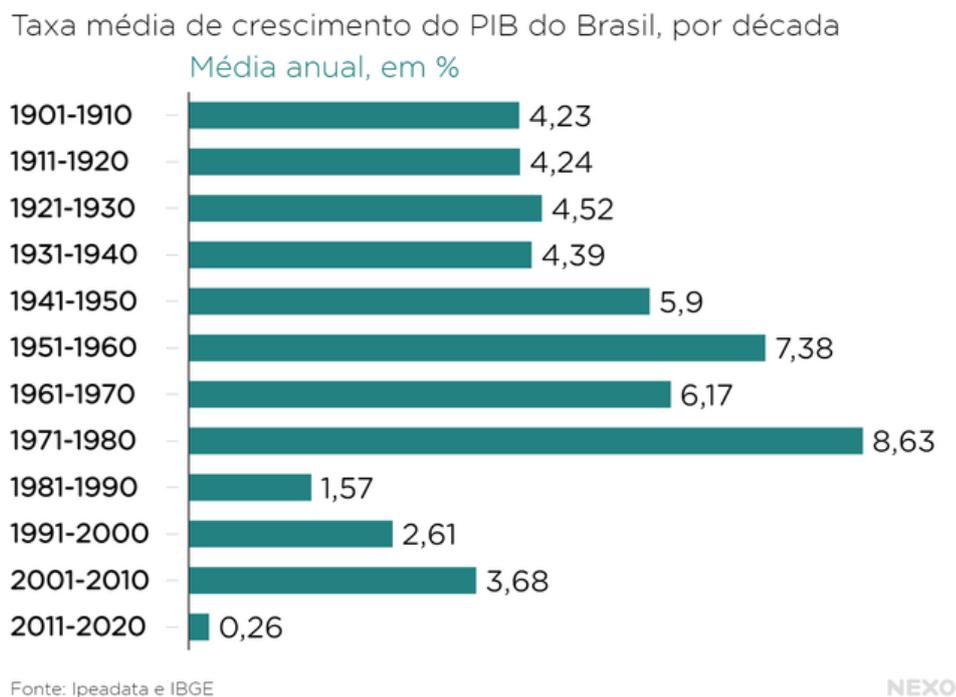
Nos últimos 3 (três) meses de nossa gestão, entretanto, vimos esse cenário escancarar ainda mais as entranhas genocidas desse (des)governo, por ocasião do enfrentamento à pandemia do “novo coronavírus”. Enquanto todos os países do mundo e a ONU foram obrigados a colocar “em suspenso” a agenda do Estado mínimo e recomendar forte investimento público nas ações de proteção social aos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, diante da calamidade que matou milhares de pessoas, o governo brasileiro tentou, enquanto pôde, adiar esses compromissos e o desembolso da “renda emergencial”, votada em regime de urgência pelo Legislativo. (CFESS, 2020, p.14).

Economicamente falando, o PIB neste triênio teve pouco crescimento³⁴, até o ano de 2020, em que houve uma retração; em 2017, o crescimento foi de 1,3%, em

³⁴ “Década perdida: a queda do PIB em 2020 sob perspectiva histórica”; este é o título da matéria do Nexo Jornal que faz um resgate histórico do PIB brasileiro e demonstra que a década de 2011 a 2020 foi uma das piores já vivenciadas pelo país, economicamente falando. A matéria está disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/03/D%C3%A9cada-perdida-a-queda-do-PIB-em-2020-sob-perspectiva-hist%C3%B3rica>>. Acesso em mai. 2022.

2018, 1,8%, 2019, 1,4%, e 2020, queda de 4,1% em relação a 2019. É possível inferir, dessa forma, que entre os anos de 2017 e 2019, o país cresceu a um ritmo lento, e, com a chegada do coronavírus em 2020, a economia despencou de vez. Estudiosos tratam a década de 2011 a 2020 como “a nova década perdida”, graças às crises enfrentadas no período, que acarretaram no pior desempenho registrado na história da economia brasileira desde o ano de 1901.

Imagem 7



Fonte: Nexo Jornal

A professora e economista Débora Freire, em entrevista ao Nexo Jornal, ressaltou que essa “crise dentro da crise” vivenciada pelo país (referindo-se à crise de 2014-2016 e a atual, de 2020) significa, do ponto de vista social, o aumento da pobreza e o agravamento dos grupos sociais mais vulneráveis em serem mais atingidos – há uma queda da renda e um aumento da desigualdade. Nos anos de 2019 e 2020, por exemplo, a taxa de desemprego foi de 11,9% e 13,5%, respectivamente, demonstrando como essas crises impactam diretamente no setor de trabalho, que apresenta taxas de desemprego elevadas, aumento do trabalho informal e da precarização – com jornadas maiores e remunerações menores.

Em se tratando do cenário político, a situação não foi muito melhor; após o golpe de 2016 e a ascensão à presidência do vice-presidente de Dilma Rousseff, o

peemedebista Michel Temer, o ano de 2017 foi marcado por grandes (e em sua maioria, negativos) acontecimentos³⁵. Foi a primeira vez em que um presidente foi denunciado criminalmente no exercício de sua função – e por duas vezes; ocorreu a maior apreensão de dinheiro em espécie já feita na história da Polícia Federal: foram encontrados 51 milhões de reais no apartamento do ex-ministro Geddel Vieira Lima, que foi preso; a Reforma do Ensino Médio foi sancionada pelo presidente, acarretando em um dos maiores retrocessos já sofridos na educação do país – houveram inclusive diversos protestos à época, marcados principalmente pela ocupação das escolas por estudantes em todo o território brasileiro; a Reforma da Previdência foi aprovada em comissão especial na Câmara; ocorreu o julgamento da chapa Dilma-Temer pelo TSE, que terminou em absolvição; o ex-presidente Lula foi condenado a prisão pelo juiz Sérgio Moro, em investigações relativas à Operação Lava-Jato; Temer sancionou a Reforma Trabalhista; entre outros eventos.

O ano de 2018 veio com a proposta de melhorar as circunstâncias, até mesmo por ser um ano de eleição, porém logo no começo do ano, no dia 14 de março, ocorreu o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, e de seu motorista Anderson Gomes³⁶ – a pergunta “quem mandou matar Marielle?” completa neste 2022 quatro anos sem resposta –, um crime nitidamente objetivado por silenciar uma figura que ascendia em importância para a política do Rio de Janeiro, que levantava pautas sociais, principalmente de direitos humanos, e lutava contra as milícias cariocas. Vale salientar que houve uma produção do CFESS Manifesta dedicada exclusivamente a esse acontecimento, intitulada “Marielle semente, Marielle presente!”, publicada no dia 14 de março de 2020.

Mais a frente, no dia 28 de outubro, Jair Messias Bolsonaro (PSL/PRTB) foi eleito, com 55,54% dos votos válidos, a presidente da república³⁷. Com seu discurso encabeçado pelo lema “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”, o representante

³⁵ Fonte: Diário de Pernambuco. “Retrospectiva: relembre os principais fatos políticos de 2017”. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2017/12/retrospectiva-relembre-os-principais-fatos-politicos-de-2017.html>>. Acesso em mai. 2022.

³⁶ Fonte: Agência Brasil. “Assassinato de Marielle Franco completa quatro anos neste 14 de março”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2022-03/assassinato-de-marielle-franco-completa-quatro-anos-nesta-segunda>>. Acesso em mai. 2022.

³⁷ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. “Presidente do TSE confirma eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República”. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>>. Acesso em mai. 2022.

consolidou no Brasil o avanço da onda conservadora enfrentada em caráter global pelas nações, articulando em seu governo “pelo menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante” (ALMEIDA, 2019, p.185-186).

Almeida (2019) discorre acerca dessas linhas de força, afirmando que a primeira refere-se a qual papel deve ter o Estado na economia; no contexto liberal, o discurso é de críticas às políticas de proteção social, incentivo à ideia de esforço individual e valorização da iniciativa privada, em contraposição às políticas compensatórias e identitárias. Essas pautas relacionadas ao “Estado mínimo”, contudo, não dispensam as exigências de serviço público de qualidade na saúde, educação, segurança, saneamento, etc. – ancoram-se na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público, elencando uma aliança entre o liberalismo econômico e o conservadorismo moral, o que nos leva a segunda linha de força: a moralidade e os costumes.

O Brasil, principalmente com a redemocratização, experimentou mudanças consideradas progressistas em termos de direitos reprodutivos e sexuais. Em contraposição, recrudescer a reação para conter a secularização, de um lado, e os comportamentos e os valores mais liberais, de outro. Esse contexto tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da sacralização da família e da reprodução da vida (Duarte, 2017). Família tradicional é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. Atualmente, no Brasil e na América Latina, o que se destaca são setores religiosos, à direita, com ênfase em temas como aborto, sexualidade, gênero, casamento, técnicas reprodutivas e adoção de crianças por casais do mesmo sexo. De um lado, um movimento de manutenção da tradição cristã fortemente marcada pelo catolicismo, de outro, um movimento mais proativo e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo. (DUARTE, 2017 apud ALMEIDA, 2019, p.208).

Esse fenômeno faz com que o conservadorismo dos costumes não se limite aos seus fiéis, mas sim alcance a sociedade como um todo, disputando no plano da norma jurídica os conteúdos da moralidade pública; o que antes parecia ser restrito à esfera privada e individual, reconfigurou-se a agora atua sobre aquilo que se define como público, mais especificamente as normas em forma de lei ou de costumes.

A terceira linha de força refere-se a uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado; exemplos de

ações referentes a essa linha são: a redução da maioria penal, a revisão da lei do armamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, entre outros.

A última linha diz respeito à transgressão da intolerância – que antes era comumente associada à questão religiosa – para o campo das relações sociais, por causa do antagonismo político entre os indivíduos;

[...] a última linha refere-se à qualidade e à intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político. A crise pela qual passa o país tanto ocorre no plano do sistema político como também deslizou para as relações interpessoais, sobretudo da população mais mobilizada politicamente. Na conjuntura atual, muitos brasileiros — pelo menos entre aqueles que acompanham com maior atenção a política nacional — têm experienciado por um tempo prolongado divergências políticas e morais que tencionaram laços de amizade, de trabalho e de família. Em especial, as redes sociais digitais potencializaram ainda mais os conflitos interpessoais. A recorrência frequente nos últimos anos, sobretudo em 2015, ao termo “intolerância” para descrever situações de conflito social é um dos indicadores de como as tensões políticas desceram capilarmente para as relações interpessoais. (ALMEIDA, 2019, p.209).

Assistimos, durante os últimos anos, todos esses fenômenos acontecendo, e tudo só se agravou ainda mais com a pandemia de COVID-19³⁸ em 2020; em 31 de dezembro de 2019 a OMS (Organização Mundial de Saúde) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China – uma semana depois, 07 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação de um novo tipo de coronavírus. Em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização. Em 11 de março de 2020 a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como pandemia.

No Brasil, o primeiro caso registrado da doença foi em fevereiro de 2020³⁹; no primeiro ano da pandemia, o país registrou 1.513.575 mortes ao total, um número 14,9% maior ao comparado com o do ano de 2019 (1.314.103). Segundo dados do IBGE, a região que apontou maior aumento de mortes foi a Norte, com 25,9% - o

³⁸ Fonte: OPAS –Organização Pan-Americana de Saúde. “Histórico da pandemia de COVID-19”. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em mai. 2022.

³⁹ Fonte: EL PAÍS. “Pandemia de COVID-19 provoca em 2020 o maior aumento de mortes no Brasil desde 1984”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-18/pandemia-de-covid-19-provoca-em-2020-o-maior-aumento-de-mortes-no-brasil-desde-1984.html>>. Acesso em mai. 2022.

Amazonas, onde a crise de oxigênio marcou a pandemia, teve o pior aumento entre os Estados (31,9%).

Diante de políticas erráticas por parte do Governo Jair Bolsonaro, que demorou para comprar vacinas, e de um presidente negacionista, que promoveu aglomerações, foi contra os confinamentos impostos pelo Estado e relutou até a usar máscara, o país registrou seguidos recordes de mortes nos meses posteriores. (EL PAÍS, 2021, s/p).

Esse cenário marcou o fim da gestão do Conselho entre 2017-2020, onde não deixou, no entanto, de se reconhecer nesse contexto caótico a oportunidade de fortalecer o posicionamento da categoria em enfrentamento ao que se estava sendo posto; exemplo disso foi a série especial do CFESS Manifesta elaborada nesse triênio, intitulada “Conjuntura e Impacto no Trabalho Profissional”, que contou com 06 publicações. Ademais, foram 03 produções sobre a classe trabalhadora, 01 sobre sexualidade e identidade de gênero, 05 sobre conferências da categoria, 01 sobre o militarismo, 03 sobre a conjuntura do país, 03 sobre saúde, 01 sobre crianças e adolescentes, 01 sobre pessoa idosa e pessoa com deficiência e **03 sobre questão racial** (a maior quantidade de produções acerca do tema dentre as gestões aqui analisadas) – totalizando 27 produções.

Todas as produções sobre a questão racial foram elaboradas no Dia Nacional da Consciência Negra – 20 de novembro –, marcando uma em cada ano do triênio. A primeira, de 2017, foi escrita pela professora Mauricleia Santos, intitulada “Quebrar correntes, resistir, desafiar, lutar, sentir, amar... É pra ter orgulho, é coisa de preto e preta! “; aclamando a luta e resistência negra, a autora explicita que a acumulação do capital só foi possível devido à escravidão e ao tráfico de homens e mulheres negros/as.

Após 400 anos de escravidão, negros e negras ingressam no mundo do trabalho assalariado predominantemente nos serviços mais pesados e precarizados, com salários inferiores, expostos às piores condições de vida e de trabalho. Consequentemente é essa parcela da população que se encontra imersa em todo tipo de violência, como moradias precárias, transportes públicos sem qualidade, falta de acesso à saúde, à educação e outros direitos e serviços. Logo, podemos concluir que é um fato o aumento do racismo na sociedade capitalista brasileira e que a POBREZA TEM COR. (SANTOS, 2017 apud CFESS, 2020b, p.37-38).

Mauricleia discorre ainda sobre: a institucionalização do racismo pelo Estado, pelos governos e pela burguesia; a construção do mito da democracia racial; a combinação dos fatores raça e classe na exploração do/a negro/a brasileiro/a – o

racismo está na base da formação do capitalismo brasileiro, e; algumas das bandeiras do movimento negro no Brasil. Por fim, a autora afirmou que a categoria deve também combater o racismo, sendo esta uma tarefa cotidiana das/os assistentes sociais – ela aproveita a ocasião inclusive para expor que a Campanha dessa gestão será “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

A segunda publicação, de 2018, “Vidas negras importam”, foi elaborada pela presidente do CFESS à época – Josiane Soares. A assistente social inicia sintetizando um panorama nacional de avanço do militarismo na política, exemplificando com a “Bancada da Bala”, e ressaltando como isto certamente implicará no fortalecimento do racismo como componente de criminalização, encarceramento e mortes violentas – reafirmando assim o genocídio do povo negro.

É entre jovens negros do sexo masculino que cresce assustadoramente o número de mortes violentas e encarceramento em massa, fazendo do Brasil o país líder no número de mortes com armas de fogo, de acordo com a Pesquisa Global de Mortalidade por Armas de Fogo (1990-2016) do Instituto de métricas e avaliação em saúde.

O feminicídio também cresce entre as negras. A taxa de homicídios chegou a um patamar de 5,3 por grupo de 100 mil no ano de 2016 entre mulheres negras enquanto entre mulheres não negras ficou em 3,1 – uma diferença de 71% a mais de efetiva violência contra o segmento de mulheres negras de acordo com o Atlas da Violência de 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A mesma pesquisa registra aumento de 15% no índice de homicídios das negras nos últimos 10 anos na contramão da redução de 8% entre as não negras. (SOARES, 2018 apud CFESS, 2020b, p.80).

A autora pontua que o direito à vida é negado de inúmeras formas aos negros e negras; através da violência obstétrica, que afeta predominantemente mulheres negras, quando o Ministério da Saúde afirma que as chances de crianças negras morrerem por desnutrição são 90% maiores que as de crianças brancas, quando a maioria absoluta de pessoas sem habitação e na faixa de renda de até três salários mínimos é de negros/as, etc. “As estruturas de política pública matam! O Estado brasileiro mata!” (SOARES, 2018 apud CFESS, 2020b, p.81).

Josiane fez um chamado ainda à categoria de que não façam parte do racismo institucional que perpassa todos os locais de trabalho que ocupamos, além de convocar os/as assistentes sociais a construir a campanha enviando relatos de experiências profissionais que contribuam na luta diária de ampliar os direitos dos usuários; finaliza afirmando que, para o Serviço Social, vidas negras importam.

A terceira e última produção, “Novembro negro arco-íris”, elaborada por Liliane de Oliveira Caetano, inicia sua publicação citando a Dona Ivone Lara (mulher negra e importante figura do samba brasileira, além de ter sido uma das primeiras assistentes sociais negras no País) para chamar o povo brasileiro à reflexão de que o primeiro passo para a liberdade é o conhecimento das nossas raízes.

Nesse novembro negro, afirmamos que é tempo de celebrar Dandara, Zumbi, Teresa de Benguela, João Candido, Marielle Franco e tantas outras vozes de luta. Sim, pois a despeito do ‘memoricídio que busca desenfreadamente invisibilizar o legado da população negra à sociedade brasileira, também é resistência termos memória e conhecermos nossa história. (CAETANO, 2019 apud CFESS, 2020b, p.108).

A autora levanta ainda o conceito do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista em que vivemos atualmente para dialogar que a luta anticapitalista e contra o machismo não pode estar desarticulada do enfrentamento ao racismo e à LGBTIfobia.; apontando assim para a necessidade de interseccionar as pautas da população negra e LGBTI.

O Serviço Social brasileiro tem construído, com muito esforço teórico e político da categoria, posicionamentos e normativas que são a expressão de seu direcionamento para outra forma de sociabilidade, anticapitalista, antirracista e não heretopatriarcal. Apesar desses enormes avanços, também é inegável que o conservadorismo esteve presente desde os primórdios da profissão e nunca foi superado completamente. Assim, não é o fato de uma pessoa ser assistente social que a torna isenta de reproduzir seja o racismo, a LGBTIfobia ou qualquer outro elemento estrutural e estruturante das relações sociais. Sobretudo se, de fato, nos entendemos como classe trabalhadora, portanto também exposta aos mecanismos de trabalho alienado e alienante, próprios do sistema capitalista. (CAETANO, 2019 apud CFESS, 2020b, p.111).

Enfim, Liliane ressalta que a campanha deste triênio tem conseguido conectar a categoria e a sociedade no enfrentamento ao racismo e convida as pessoas para a ampliação da luta: assistentes sociais no combate ao racismo e a LGBTIfobia.

Ressaltamos que além dessas publicações específicas, outras duas trataram da questão racial – mesmo que superficialmente: o manifesto “Intervenção militar no Rio e o fantasma da Ditadura” rememora a Ditadura Militar brasileira em comparação com a intervenção militar nas favelas cariocas, essas compostas majoritariamente por negros e pobres – reafirmando o processo de criminalização e extermínio do povo negro.

E a produção “Participação popular para o resgate do SUS”, elaborada para a 16ª Conferência Nacional de Saúde, por Maria Inês Bravo, afirma que a categoria precisa se posicionar e lutar ao lado e em defesa do direito à saúde de parcelas significativas da população, que têm seu acesso à saúde obstaculizado pela sua condição de classe, gênero, geração, raça, etnia, sexualidade, deficiência ou qualquer outra situação., ressaltando que

Um elemento fundamental é a defesa de políticas que reforcem a perspectiva de justiça social e de reparação histórica dos segmentos da população aviltados pelo preconceito racial e violações de direitos. Trata-se de enfrentar o racismo estrutural e institucional que se insere entre os determinantes sociais de desigualdades de acesso à saúde no Brasil e resulta no fato de um maior índice de mortalidade materna, violência obstétrica e pré-natal inadequado ocorrer entre mulheres negras. E, nesse caminho, torna-se necessário defender políticas para a saúde da população negra que propiciem melhor acesso e qualidade dos serviços e do atendimento, incluindo ações de atenção e promoção da saúde que contribuam para o enfrentamento das desigualdades no nascer, viver, adoecer, tratar, morar e morrer que negros/as vivenciam. (BRAVO, 2019 apud CFESS, 2020b, p.103).

Após analisadas as publicações, inferimos que, apesar do triênio de 2017-2020 conseguir elaborar mais produções acerca da questão racial, além de denotar um importante avanço para o combate ao racismo dentro da categoria com a Campanha de Gestão “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, ainda são poucas as elaborações sobre o tema; essa gestão do CFESS, em especial, demonstrou um esforço maior em tentar discutir sobre o racismo, porém ainda são escassos esses manifestos construídos pelo Conselho.

Considerações Finais

O racismo existe. É um fenômeno real e cruel que mata pessoas negras diariamente; seja pela falta de assistência médica, pela violência policial, pela situação de rua, pela extrema pobreza - diversas são as situações às quais essa população é exposta em seu cotidiano, lutando por sobrevivência. Porém, eles resistem; resistem (e reexistem) encontrando forças nas suas memórias ancestrais, construindo redes de solidariedade entre si, ocupando espaços que lhes foram negados historicamente e se fazendo ser ouvidos, vistos e notados, afirmando que vidas negras importam sim!

O Serviço Social, enquanto profissão pautada num direcionamento ético-político que se coloca contra todos os tipos de opressão e discriminação na busca de um projeto societário emancipador, vem historicamente enfrentando as expressões da “questão social” gerada pelo agressivo capitalismo em que vivemos, construindo em seu percurso profissional uma aproximação com as bandeiras levantadas pela classe trabalhadora - que pede por um Estado ativo nas políticas públicas de moradia, saúde, educação, saneamento, justiça, etc.

Como maioria absoluta da população que compõe a classe trabalhadora, o povo negro necessita que suas questões sejam discutidas e abraçadas com mais afinco pela categoria profissional que tanto se orgulha de enfrentar as opressões sociais as quais somos submetidos - questões essas que vão além do capitalismo, estruturadas no racismo que é, historicamente, base desse sistema.

A categoria precisa ter uma concepção mais interseccional das opressões que perpassam a classe trabalhadora, entendendo que o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado afetam a população sem existir uma hierarquia entre elas de qual a mais agressiva ou qualquer coisa do tipo - todas elas têm suas particularidades constitutivas e todas são violentas, estando, inclusive, na maioria absoluta das vezes, interligadas.

Como afirmou Audre Lorde em uma conferência do *New York University Institute for the Humanities*, realizada em 1979⁴⁰:

⁴⁰ Fonte: Portal Geledés. “Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre”. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>>. Acesso em mai. 2022.

Sem comunidade não há libertação, apenas o armistício mais vulnerável e temporário entre um indivíduo e sua opressão. Mas 'comunidade' não deve significar uma queda de nossas diferenças, nem a pretensão poética de que essas diferenças não existem. (LORDE, 1979, s/p).

A autora nos convida assim a reconhecermos que mulheres negras e brancas são afetadas pelas opressões de forma diferente, assim como homens e mulheres negras, como homens cis brancos e pobres e homens trans brancos e pobres, e como mulheres negras e hétero e mulheres negras e lésbicas - esse é o entendimento interseccional que necessitamos conceber; reconhecer que somos afetados de formas diferentes, por opressões diferentes, mas que devemos, em conjunto, combater todas essas opressões.

Analisando as três gestões do CFESS que compuseram o período de 2011 a 2020, notamos que, entre as 110 publicações do CFESS Manifesta produzidas neste recorte temporal, no total, apenas 06 (seis) manifestos foram sobre Questão Racial. 06 manifestos. Em 09 anos. E todos eles no Dia da Consciência Negra - 20 de novembro. Será que nos outros dias e meses do ano o racismo não precisa ser discutido? Será que realmente só houve espaço para 06 produções num período de 09 anos de manifestos construídos pelo Conselho? Nem mesmo em todos os 09 dias de Consciência Negra vividos nesse período foram elaboradas publicações.

Ao mesmo passo, percebemos que as publicações sobre Trabalho e Conjuntura totalizaram 29 entre as 110; comparadas às sobre Questão Racial, temos uma diferença de praticamente quatro vezes mais que estas. Não estamos pontuando aqui acerca da importância ou relevância de discutir a Questão Racial ser maior do que a de debater Trabalho e Conjuntura; trouxemos esse exemplo apenas para demonstrar que, se houve espaço para 29 manifestos acerca deste tema - que foi, de longe, o com maior quantidade de publicações -, não poderiam ter sido produzidos mais conteúdos sobre o racismo?

Outro exemplo que achamos interessante relatar é que a produção intitulada "Questão Indígena e Serviço Social", de Alcinélia Moreira e Ramona Carlos Ferreira, datada de 19 de abril de 2012, expõe que "este é o primeiro CFESS Manifesta sobre a temática indígena" (MOREIRA; FERREIRA, 2012 apud CFESS, 2014b, p.102). Apenas no ano de 2012, em uma série de publicações que foi iniciada em 2004, foi produzido o primeiro manifesto acerca da Questão Indígena - oito anos depois. Qual

o lugar das publicações que não discutem expressamente o anticapitalismo no Serviço Social?

Notamos também que, mesmo o cenário nacional de avanços da ofensiva neoliberal tendo se agravado com o passar dos anos, o triênio em que houve mais produções do CFESS Manifesta foi o primeiro aqui analisado; num total de 56 manifestos elaborados, que somando-se os outros dois triênios (com 27 cada), este ainda consegue um número superior. Avançadas as discussões sobre a importância da comunicação para o diálogo dentro da categoria e o alcance mais globalizado de profissionais, não deveriam as produções aumentarem em quantidade com o passar do tempo?

Após alcançarmos os objetivos postos a princípio como direcionamento de pesquisa, principalmente o geral de “conhecer as ações realizadas pelo CFESS em combate ao racismo no período histórico de 2011 a 2020”, e consequentemente responder nossa pergunta de pesquisa, trazemos todos esses questionamentos para refletirmos enquanto futuros/as assistentes sociais, e também àqueles/as que já conquistaram tal título; nunca é tarde para ser diferente e fazer a diferença. Com o reconhecimento de que foram poucas as manifestações do CFESS em face ao enfrentamento das questões raciais (ou que, no mínimo, poderiam ter sido mais), afirmamos que não cabe apenas pontuar o racismo e discutir o cisheteropatriarcado de vez em quando, focando na totalidade do anticapitalismo como direcionamento crítico absoluto da categoria profissional. É pouco, é muito pouco. Precisamos fazer mais.

Não são só as pessoas negras que precisam conhecer o racismo e enfrentá-lo, assim como não é papel delas nos ensinar acerca de seus saberes; todos nós devemos buscar desvelar esse complexo fenômeno que perpassa nossa vivência cotidiana. Parafraseando novamente Audre Lorde (na mesma conferência):

Mulheres de hoje ainda são chamadas a se estenderem através do vazio da ignorância masculina e educarem os homens sobre nossa existência e nossas necessidades. Esta é uma ferramenta antiga e primária de todos os opressores para manter pessoas oprimidas ocupadas com as preocupações do mestre. Agora nós ouvimos que é tarefa de mulheres negras educarem mulheres brancas — em face de tremenda resistência — sobre nossa existência, nossas diferenças, nossos papéis relativos em nossa sobrevivência conjunta. Isto é um desvio de energias e uma repetição trágica de pensamento racista e patriarcal. (LORDE, 1979, s/p).

Um importantíssimo saber deixado pela autora para nós é o de que “não são as ferramentas do mestre que irão dismantelar a casa do mestre” (LORDE, 1979, s/p); precisamos, enquanto resistência, construir nossas próprias ferramentas, em conjunto com a categoria profissional e a sociedade como um todo - e o CFESS Manifesta tem um grande potencial em ser uma dessas ferramentas. Sendo o racismo um fenômeno estrutural da sociedade brasileira, como bem nos mostrou Sílvio de Almeida, não podemos restringir as publicações elaboradas pelo CFESS Manifesta acerca do tema da Questão Racial apenas aos 20 de novembro; sempre deve existir espaço para essa discussão, até porque assunto para tal não falta.

Um avanço que precisamos reconhecer, no entanto, na última gestão do CFESS aqui analisada, foi a produção da “Campanha de Gestão Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”⁴¹, com produções relevantes elaboradas durante todo o triênio. Configurando uma agenda constante e unificada dos Conselhos de Serviço Social em âmbito regional e federal, essa campanha tratou de uma convocação à categoria (CFESS, 2020c).

Com a proposta de “enegrecer nossas pautas anticapitalistas”, o Conselho sintetizou nessa campanha diversas ações, como: a criação de uma identidade visual da campanha, desdobrada em peças gráficas e audiovisuais; as atividades políticas coordenadas pelo Conjunto CFESS-CRESS em ampliação à articulação entre as entidades e organizações do movimento negro existentes no Brasil, e; a conquista de assistentes sociais que compartilharam depoimentos, enviando ao CFESS suas vivências e experiências no combate ao racismo no exercício profissional (CFESS, 2020c).

Concluimos afirmando que precisamos de avanços como esses; estruturar campanhas, produções e manifestos acerca da posição antirracista que a categoria deve assumir em seu cotidiano. O CFESS, como uma das entidades representativas mais relevantes do Serviço Social, deve reafirmar seu compromisso com o enfrentamento ao racismo para servir de direção política e crítica às/aos assistentes sociais brasileiros. Através desse trabalho, buscamos também avançar na construção

⁴¹ Para maiores informações sobre a Campanha, recomendamos a leitura do livro “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo: O Livro”, produzido pelo CFESS. A obra está disponível para acesso em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>>.

de uma categoria nitidamente antirracista, demonstrando que as gerações futuras de profissionais que estão se formando no agora devem agregar cada vez mais essas pautas, para que assim possamos juntas lutar por uma sociedade que se coloque desta mesma forma, pois como diz Angela Davis: “numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Referências

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/quem-somos-1>>. Acesso em mar. 2022.

_____. **Estatuto ABEPSS**. Vitória/ES, aprovado em 2008, alteração aprovada em 2017. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/estatuto-2>>. Acesso em mar. 2022.

ABREU, Ana Cristina Muricy de. **A Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS-CRESS: Avanços e Particularidades**. In: *Revista Inscrita*, CFESS: Brasília, n. 13, Ano 9, p. 59-65, novembro de 2012. Disponível em: <<https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita13-cfess/65>>. Acesso em mar. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Cruzando o Atlântico em Memória da Interseccionalidade**. In: _____. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. cap. 1, p. 17-55.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira**. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 38 (1), p.185-213, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em mai. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Raça e Racismo**. In: _____. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. cap. 1, p. 23-59.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O Pior Quinquênio (2011-15) da Economia Brasileira em 115 anos?** In: *EcoDebate – Site de Informações, Artigos e Notícias Socioambientais*, 17 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2015/04/17/o-pior-quinquenio-2011-15-da-economia-brasileira-em-115-anos-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em mai. 2022.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. **O Metodologismo e o Desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro – 1947 a 1961**. In: *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 01, p.283-316, 2008. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13/78>>. Acesso em mar. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; RAMOS, Sâmya Rodrigues. **O Protagonismo da ABEPSS no Passado e no Presente: 30 Anos de Lutas**. In: *CFESS. 30 anos do Congresso da Virada*. Brasília, 2009. p.157-171. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em mar. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. **O Serviço Social na História: 40 Anos de Lutas e Desafios**. In: *Libertas*. Juiz de Fora, v.20, n.01, p.21-37, jan./jun. 2020. Disponível

em:<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/30270/20617/121639>>. Acesso em mar. 2022.

BRASIL. **Decreto de Lei Nº 525, de 1º de julho de 1938**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em abr. 2022

BUOZI, Jaqueline Garcez. **A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil**. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 133, p. 530-546, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wXYSzbcMNKwwLmdJcPGw9CM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em fev. 2022.

CANAL PÓTERE SOCIAL. **Clássicos do Serviço Social, Grupo de Estudo – José Paulo Netto, Capitalismo Monopolista e SS**. 2019, (57 Min). Disponível em: <<https://youtu.be/3C1jw54RU5c>>. Acesso em mar. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Movimento Negro no Brasil: Novos e Velhos Desafios**. In: *Caderno CRH*, Seção Pontos de Vista. Salvador/BA, v.15, n. 36, p.209-215, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18633/12007>>. Acesso em fev. 2022.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. **O Declínio: Inserção Internacional do Brasil (2011-2014)**. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 57 (2), p.133-151, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/CKYGVYXfKP6GvwydF8WLqPF/?lang=pt>>. Acesso em mai. 2022.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social, v. 8).

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **O CFESS**. 2022. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>>. Acesso em mar. 2022.

_____. **Relatório Final de Gestão: Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)**. Brasília (DF), maio de 2014(a). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinalgestao_tempodeluta-SITE.pdf>. Acesso em mai. 2022.

_____. **Relatório Final de Gestão: Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)**. Brasília (DF), maio de 2017(a). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/RelatorioFinal-GestaoTecendonaLuta2014-2017.pdf>>. Acesso em mai. 2022.

_____. **Relatório Final de Gestão: É de Batalhas que se Vive a Vida! (2017-2020)**. Brasília (DF), maio de 2020(a). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/RelatorioFinal-GestaoEdeBatalhas2017-2020-CFESS.pdf>>. Acesso em mai. 2022.

_____. **CFESS Manifesta: Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)**. Brasília (DF), 2014(b). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf>. Acesso em abr. 2022.

_____. **CFESS Manifesta: Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)**. Brasília (DF), 2017(b). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/LivroCFESSManifesta-2014-2017.pdf>>. Acesso em abr. 2022.

_____. **CFESS Manifesta: Gestão É de Batalhas que se Vive a Vida! (2017-2020)**. Brasília (DF), 2020(b). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2020-ManifestaEdeBatalhas2017-2020.pdf>>. Acesso em abr. 2022.

_____. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo: Campanha de Gestão 2017-2020**. Brasília (DF), 2020(c). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>>. Acesso em abr. 2022.

CRESS 2ª REGIÃO – Conselho Regional de Serviço Social do Maranhão. **Conjunto CFESS/CRESS**. 2016. Disponível em: <<http://www.cressma.org.br/2016/04/11/gestao-do-conselho/>>. Acesso em mar. 2022.

DAMASCENO, M.; AZEVEDO, M. C. S. **Negação da Realidade Histórica: Racismo Reverso entre Colonialidade, Direito e Diferença**. In: *Revista VIDERE*, V.13, n. 28, set-dez. 2021, Dourado/MS. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/12863>>. Acesso em fev. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: Alguns Apontamentos Históricos**. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, Vol.12, n. 23, p.100-122, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em fev. 2022.

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **ENESSO: Que Bicho é esse?** In: *ABC do MESS: O Básico do Movimento Estudantil de Serviço Social*. 2014. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2014/04/cartilha-enesso-1.pdf>>. Acesso em mar. 2022.

_____. **Estatuto ENESSO**. Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>>. Acesso em mar. 2022.

EURICO, Marcia Campos. **A Percepção do Assistente Social acerca do Racismo Institucional**. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em mai. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70**. In: CFESS et al. *30 Anos do Congresso da Virada*. Brasília, 2009, p.43-54.

FEHLBERG, Maria da Penha Almeida. **Serviço Social: Influências Religiosas, Constituição da Profissão e os Desafios Atuais**. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2009. Disponível em: <<http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/68>>. Acesso em mar. 2022.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. **A Crise Econômica de 2014;2017**. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, 31 (89), p.51-60, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?lang=pt#>>. Acesso em mai. 2022.

FSP. **Datafolha revela o brasileiro**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno_especial/2.html>. Acesso em mai. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. p.22-23; p.26-33.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro no Brasil: Ausências, Emergências e a Produção dos Saberes**. In: *Revista Política & Sociedade*. Santa Catarina, V.10, n. 18, p.133-154, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2011v10n18p13>>. Acesso em fev. 2022.

GONÇALVES, Renata. **Quando a Questão Racial é o Nó da Questão Social**. In: *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20racial%20%C3%A9%20insistimos,chamada%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20patria%20brasilis.>>. Acesso em abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**. Disponível em: <<https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-da-bahia/estudos-sobre-a-contemporaneidade-ii/a-juventude-negra-brasileira-e-a-questao-do-desemprego-gonzales/22837461>>. Acesso em fev. 2022.

HASENBALG, Carlos. **Raça e Política no Brasil: A Subordinação Aquiescente dos Negros**. In: _____. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Tradução de Patrick Burglin. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005, cap. VIII, p.233-272.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais**. In: _____. *Relações Sociais e Serviço Social*

no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014. cap. II, p.77-130.

_____. **Em Busca de Atualização.** In: _____. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014. cap. IV, p.343-377.

JESUS, Paula Santos de; ALVES, Daniel Tadeu; EURICO, Márcia Campos. **Racismo Estrutural e seus Desdobramentos: Um Debate Necessário ao Serviço Social.** In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: 40 Anos da “Virada” do Serviço Social. Brasília (DF), 30 de outubro a 03 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/907>>. Acesso em abr. 2022.

LIMA, Isabelle Cristina Custódio de. **40 Anos do Movimento Estudantil de Serviço Social: Desafios e Perspectivas na Atualidade.** In: *Revista Temporalis*, Brasília (DF), n. 38, Ano 19, p. 37-51, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24093>>. Acesso em mar. 2022.

MARANHÃO, César. **Uma Peleja Teórica e Histórica: Serviço Social, Sincretismo e Conservadorismo.** In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. *Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-208.

MARQUES, Carlos Henrique. **Meritocracia ou Democratismo?** In: *Revista Posição*, Ano 4, vol. 4, n.15, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rpo/article/view/724>>. Acesso em fev. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** In: *Artes & Ensaios*; Revista do PPGAV, UFRJ – Rio de Janeiro, n.32, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/download/8993/7169>>. Acesso em fev. 2022.

MENDONÇA, Isabelle Pinto; SANTOS, Vânia Carvalho. **Fundamentos e História: O Surgimento do Sistema Capitalista e a Gênese do Serviço Social no Brasil.** In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: 40 Anos da “Virada” do Serviço Social. Brasília (DF), 30 de outubro a 03 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/823>>. Acesso em abr. 2022.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e Questão Étnico-Racial: Apontamentos Históricos do Debate na Trajetória da Profissão.** In: *Revista Sociedade em Debate*. Pelotas, v. 27, n. 1, p.83-100, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812/1761>>. Acesso em abr. 2022.

MOURA, Clóvis. **O Grande Povoador**. In: _____. *História do Negro Brasileiro*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992, cap. 1, p.07-14.

_____. **A Quilombagem como Agente de Mudança Social**. In: _____. *História do Negro Brasileiro*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992, cap. 3, p.22-32.

_____. **Em Busca da Cidadania**. In: _____. *História do Negro Brasileiro*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992, cap. 7, p.63-79.

_____. **Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio**. In: _____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. Editora Ática S.A; São Paulo, 1988. 1ª parte, cap. III, p. 61-108.

_____. **Miscigenação e Democracia Racial: Mito e Realidade**. In: _____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. Editora Ática S.A; São Paulo, 1988. 2ª parte, cap. IV, p. 218-250.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira* [S.l: s.n.], 2004. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001413002>>. Acesso em fev. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **Escravidão: O Mito do Senhor Benevolente**. In: _____. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. 1ª edição. São Paulo: Perspectivas, 2016, cap. II, p.42-53.

_____. **O Mito do “Africano Livre”**. In: _____. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. 1ª edição. São Paulo: Perspectivas, 2016, cap. IV, p.58-60.

NETTO, José Paulo. **A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa**. In: _____. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 117-309.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

QUEIROZ, Felipe. **Crise Política no Governo Dilma Rousseff: Uma Análise a partir do Conflito de Classes**. In: *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 27, p.136-153, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17521/8885>>. Acesso em mai. 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em fev. 2022.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A Importância da Articulação entre Abepss, Conjunto Cfess/Cress e Enesso para a Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**. In: *Revista Temporalis*, Brasília, n. 22, Ano 11, p. 113-

122, jul./dez. 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1727>>. Acesso em mar. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o Óbvio**. In: *Ensaio Insólitos*, Rio de Janeiro, p. 01-10, 1986. Disponível em:

<http://www.bioliuagum.com/bioliuagum_antropologia/ribeiro_1986_sobreobvio.pdf>. Acesso em mai. 2022.

SANTINI, Maria Angela; et al. **Fundamentos Sócio Históricos do Serviço Social**. In: *Fundamentos do Serviço Social I*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2014, Unidade I, p.07-49.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão**.

In: *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, jan. 2010.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em fev. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro**. 1996. In *L. M. Schwarcz & R. S. Queiroz (Orgs.), Raça e diversidade (pp.147-185)*. São Paulo: Edusp. Disponível em:

<<https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/09/13/todo-brasileiro-se-sente-uma-ilha-de-democracia-racial-cercada-de-racistas/>>. Acesso em fev. 2022.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva; TORRES, Mabel Mascarenhas. **CFESS Manifesta: O Posicionamento Político dos(as) Assistentes Sociais**. In: *Serviço Social em Perspectiva*. Montes Claros (MG), vol. 05, n. 01, p. 252-272, jan./jun. 2021. Disponível em:

<<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3433>>. Acesso em mai. 2022.

SILVA, Maria Izabel da. **A Organização Política do Serviço Social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”**. In: *Revista Serviço Social e Realidade*. Franca, UNESP, v. 2, n. 16, 2007. Disponível em:

<<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/113/143>>. Acesso em abr. 2022.

SILVA, Anália Barbosa; SILVA, Diego Tabosa da; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O Serviço Social no Brasil: das Origens à Renovação ou o “Fim” do “Início”**. In:

4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: 80 Anos de Serviço Social, Tendências e Desafios. Belo Horizonte: CRESS-MG, de 19 a 21 de maio de 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/47411213-O-servico-social-no-brasil-das-origens-a-renovacao-ou-o-fim-do-inicio.html>>. Acesso em abr. 2022.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira; et al. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1985.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando as Determinações Sócio-históricas do Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social na Articulação entre Demandas Sociais e Projetos Profissionais**. In: *Revista Temporalis*, Brasília, n. 04, Ano II, p. 01-24, jul./dez. 2001. Disponível em:

<<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00el373q8j6.pdf>>. Acesso em mar. 2022.

VERGNE, C. M., VILHENA, J., ZAMORA, M. H., & ROSA, C. M. (2015). **A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas.** *In: Revista Psicologia & Sociedade*, 27(3), 516-528. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p516>>. Acesso em fev. 2022.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Lélia Gonzalez e Outras Mulheres: Pensamento Feminista Negro, Antirracismo e Antissexismo.** *In: Revista da ABPN*. São Paulo, v.1, n. 1, p.52-63, mar./jun. 2010. Disponível em: <<https://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2016/08/L%C3%A9lia-Gonzalez-e-outras-mulheres-Pensamento-feminista-negro-antirracismo-e-antissexismo-Elizabeth-do-Esp%C3%ADrito-Santo-Viana-Universidade-Federal-do-Rio-de-Janeiro.pdf>>. Acesso em fev. 2022.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília/DF, 2009, p.01-28. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em mar. 2022.